

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

IURI YUDI FURUKITA BAPTISTA

**A COMUNICAÇÃO EM CHARLES HORTON COOLEY:**  
CIRCUNSTÂNCIAS, IDEIAS E DISCUSSÃO

Porto Alegre

2015

IURI YUDI FURUKITA BAPTISTA

**A COMUNICAÇÃO EM CHARLES HORTON COOLEY:**

CIRCUNSTÂNCIAS, IDEIAS E DISCUSSÃO

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Ricardo Rüdiger

Porto Alegre

2015

IURI YUDI FURUKITA BAPTISTA

**A COMUNICAÇÃO EM CHARLES HORTON COOLEY:**

CIRCUNSTÂNCIAS, IDEIAS E DISCUSSÃO

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Francisco Ricardo Rüdiger  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Hermílio Pereira Dos Santos  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre

2015

BAPTISTA, Iuri Yudi Furukita. **A comunicação em Charles Horton Cooley**: circunstâncias, ideias e discussão. Porto Alegre/RS, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

## RESUMO

Inserindo-se no campo da história das teorias da comunicação, esta dissertação é uma pesquisa documental da contribuição deixada pelo sociólogo estadunidense Charles Horton Cooley. Publicada nas primeiras décadas do século XX, sua obra é uma das pioneiras a tratar a comunicação como um objeto de estudo distinguível no campo sociológico, versando tanto sobre sua instância simbólica e individual, quanto sua instância técnica e social. A dissertação resultante da pesquisa observou o contexto histórico e teórico para elencar, compor, analisar e discutir os conceitos e características da comunicação apresentados por Cooley. Partindo da apreciação feita por Hans-Joachim Schubert, identifica-se na teoria social do sociólogo estadunidense a epistemologia pragmática que correlaciona os conhecimentos subjetivo, objetivo e social através de símbolos significativos. Cooley atribui à comunicação o papel de fundamentado conhecimento, do indivíduo (*self*) e da sociedade; primeiro por atribuir-lhe a produção dos significados simbólicos, segundo para responsabilizar pelo desenvolvimento do sujeito do conhecimento, terceiro por ela fazer a sociabilidade aflorar da própria natureza humana.

**Palavras-chave:** Teorias da comunicação. Comunicação em massa. Interacionismo Simbólico. Pragmatismo Americano. Charles Horton Cooley.

BAPTISTA, Iuri Yudi Furukita. **Communication for Charles Horton Cooley**: circumstances, ideas and discussion. Porto Alegre/RS, Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

### **ABSTRACT**

Inside the field of the history of communication theories, this dissertation proposes a documental research of the American sociologist Charles Horton Cooley. Published mainly in the first decades of the twentieth century, his work is one of the first to address the communication media as a distinguishable object of study in the sociological field, dealing both with its symbolic and private instance, as its technical and public instance. The dissertation observes the theoretical context to lecture, write, analyze and discuss the concepts and characteristics of the communication presented by Cooley. Based on the analysis made by Hans-Joachim Schubert, it is identified in Cooley's social theory the pragmatic vision that correlates the subjective, objective and social knowledge through meaningful symbols. What follows, then, is that Cooley gave to communication the role of the knowledge, the individual (self) and the society foundation; first for its role in the production of symbolic meanings, second for developing the subject of knowledge, third for making the sociability to spring out of the human nature.

**Key words:** Communication Theories. Mass Communication. Symbolic Interactionism. American Pragmatism. Charles Horton Cooley.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2</b>	<b>CONTEXTO HISTÓRICO E TEÓRICO .....</b>	<b>13</b>
	2.1 Estados Unidos na virada para o século XX.....	13
	2.2 Surgimento da sociologia nos Estados Unidos.....	18
<b>3</b>	<b>A VIDA E OBRA DE CHARLES HORTON COOLEY .....</b>	<b>26</b>
	3.1 A vida de Charles Cooley .....	27
	3.2 A obra de Charles Cooley.....	40
<b>4</b>	<b>A COMUNICAÇÃO NA OBRA DE CHARLES COOLEY.....</b>	<b>66</b>
	4.1 A teoria do transporte.....	66
	4.2 A natureza humana e a ordem social.....	67
	4.3 Organização social.....	73
	4.4 Processo social .....	93
<b>5</b>	<b>O CONHECIMENTO, O INDIVÍDUO E A SOCIEDADE.....</b>	<b>96</b>
	5.1 O fundamento do conhecimento .....	97
	5.2 O fundamento do indivíduo .....	109
	5.3 O fundamento da sociedade .....	113
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>120</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>124</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O problema de pesquisa dessa dissertação surgiu nas primeiras reuniões de orientação com o professor Francisco Rüdiger. Em seu livro *Asteorias da comunicação* (RÜDIGER, 2011), ele cita trechos de *Social Organization* (COOLEY, 1909) que chamaram atenção desse autor por ter pesquisado a obra de Marshall McLuhanna monografia de conclusão de graduação. Havia naqueles trechos de Charles Horton Cooley um deslumbramento com o avanço tecnológico dos meios de comunicação e um anseio de enxergar a organização social a partir de suas estruturas comunicativas que eram similares aos encontrados na obra de McLuhan, porém publicados meio século antes.

Após a comunicação na teoria social de Cooley ser definida como objeto de pesquisa, a leitura de sua obra avançou e essa proximidade entre os autores acumulava cada vez mais evidências. Além de diversas afinidades teóricas, também se descobre que McLuhan era versado na sociologia da escola de Chicago (MARCHESSAULT, 2005, p.97) e que Harold Innis, a referência mais direta e explícita de McLuhan, havia concluído seu doutorado na Universidade de Chicago em 1920 (SUBTIL, 2013, p.126). Em seus estudos em Illinois, Innis tomou conhecimento e foi influenciado por George Mead e Robert Park, à época, professores na mesma universidade.

Por mais interessante que seja investigar essas relações intelectuais e geográficas, não foi objetivo dessa dissertação disputar láureas de “primeiro a versar sobre tal assunto” ou acusar teóricos posteriores a Cooley de apropriação intelectual. Michel Foucault analisa a ideia de ineditismo como impertinente: “entre uma formulação inicial e a frase que - anos, séculos mais tarde – a repetiu mais ou menos exatamente, ela não estabelece nenhuma hierarquia de valor; não faz diferença radical” (FOUCAULT, 1986, p.165). Assim, apesar do impulso inicial de relacionar a obra de Cooley com teorias comunicativas mais contemporâneas, a dissertação tomou outros rumos.

Ao se debruçar sobre a teoria comunicativa de Cooley, essa pesquisa não possuiu a pretensão de reconstituir em completude uma forma de pensar que existiu no início do século XX, mas de recapitulá-la para possibilitar a compreensão de seus conceitos, unidades e relações. Sobre essa distinção de propostas, Foucault evoca a necessidade de distanciar o trabalho histórico de sua idealização como “uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças” (FOUCAULT, 1986, p.07). A história das teorias da comunicação é aqui entendida menos como um relato daquilo

que aconteceu no passado e mais como uma interpretação daquilo com que temos contato no presente.

Assim, ao terminar a primeira leitura dos três principais livros de Charles Cooley – *Human Nature and the Social Order* [1902], *Social Organization* [1909] e *Social Process* [1918] – as perguntas comparativas fluíram naturalmente: o que dizemos saber hoje em relação ao que diziam saber naquela época? O que está diferente, o que está similar? Que postulações anteriores parecem ingênuas hoje e que postulações atuais poderão parecer ingênuas futuramente? Será que continuarmos a fazer as mesmas questões significa estagnação ou elas aumentaram em profundidade e capilaridade?

A leitura das obras de Cooley é de grande interesse por retratar e analisar etapas primordiais de processos que se consolidaram ao longo do século XX: a urbanização, a democratização, o encurtamento espaço-temporal, a massificação da comunicação, a midiaticização da opinião pública, a relativização do conhecimento, a legitimação das ciências sociais, a busca pela compreensão da mente, o estudo da infância, a construção de uma ética aplicável à vida moderna, a negação do dualismo cartesiano, a institucionalização da filantropia, o questionamento do criacionismo e o combate aos problemas sociais.

Além disso, com extrema clareza e simplicidade, o sociólogo estadunidense também escreveu sobre diversas questões com as quais o campo da comunicação social se ocupa ainda hoje, em áreas tão diversas como: intermediação simbólica, mecanismos sociais, tecnologia comunicativa, características do conteúdo veiculado pelos meios massivos, semiologia, complexidade, multidão, imaginário, opinião pública, grupos primários, sociedade da disciplina, evolucionismo social, economia da atenção, estudos culturais, e a formulação ética e moral dos fabricantes e consumidores de produtos comunicativos.

Hanno Hardt, ao escrever sobre o *American Journal of Sociology* - periódico de maior relevância no campo da sociologia estadunidense ao longo da primeira metade do século XX e que, portanto, era um espaço primário para a divulgação dos trabalhos de sociólogos pragmáticos, reformistas, interacionistas e integrantes da escola de Chicago, incluindo Cooley - argumenta que:

Embora publicados duas gerações atrás, essas contribuições para uma crítica da mídia são lembretes do problema universal da comunicação e da mídia na sociedade e do número de questões não resolvidas, apesar dos enormes esforços dedicados ao longo dos últimos quarenta anos, para entender o funcionamento do processo comunicativo. (HARDT, 1992, p.56)<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Com a exceção de Briggs e Burke (2006), Coser (1980), Foucault (1986), Gil (2008) e Morin (1999), todas as citações diretas desse trabalho são nossas traduções para os originais em inglês.

A pesquisa apresentada nessa dissertação evidencia: as características ditas próprias da sociedade contemporânea são nada novas. Cem anos atrás, Cooley já denunciava a superficialidade, o comportamento massivo, a desintegração das relações tradicionais, o excesso de informação, a instantaneidade, a ubiquidade e, especialmente, a crença de que o desenvolvimento técnico dos meios de comunicação dão as condições estruturais para que aflore uma sociedade mais igualitária, livre e gerida pelas faculdades superiores da natureza humana. A promessa de que a humanidade habitará a Terra como uma grande, empática e solidária família é anterior ao rádio, à televisão, ao computador, à internet e aos aparelhos celulares.

Quão diferente é esse trecho daquilo que se ouve, lê ou diz sobre a internet cem anos depois:

Não é exagero dizer que essas mudanças [dos meios de comunicação em massa] são a base, do ponto de vista mecânico, para basicamente tudo o que é característico na psicologia da vida moderna. [...] Elas tornam possível que a sociedade seja mais e mais organizada nas faculdades superiores do homem, na inteligência e simpatia, em lugar da autoridade, casta e rotina. Elas significam liberdade, perspectiva, indefinidas possibilidades. (COOLEY, 1909, p. 81)

Ou também:

Que prática estranha é, quando você pensa nela, que um homem deva se sentar à mesa para seu café da manhã e, em lugar de conversar com sua mulher e filhos, segure em frente a sua face uma espécie de tela em que está inscrita uma fofoca mundial!(COOLEY, 1909, p.83)

Foi com essas reflexões que a pesquisa chegou ao seu segundo momento, a leitura das obras sobre Cooley e sua teoria. Dois livros são fundamentais por serem resultados de extensas pesquisas biográficas e bibliográficas, *Charles Horton Cooley: His Life and his Social Theory* (1942) de Edward Jandy e *Charles Horton Cooley: Imagining Social Reality* (2006) de Glenn Jacobs. Dentre os escassos artigos e capítulos de livros dedicados inteira ou parcialmente a comentar a sociologia de Cooley, têm destaque os de George Mead (1930), Evans Wood (1930), Lewis Coser (1971 e 1980), Daniel Czitrom (1982), Hans-Joachim Schubert (2006), Peter Simonson (2010) e Norbert Wiley (2011).

Como ficará claro na leitura dos itens 3.2 e 5.1 dessa dissertação, as questões que esses comentaristas abordam são sobretudo metodológicas e epistemológicas. É evidente a existência de uma pacata ingenuidade interiorana nas reflexões publicadas por Charles Cooley, e é nesse ponto que seus críticos normalmente colocam o dedo. Há entre as repercussões da obra do sociólogo de Ann Arbor um assunto recorrente e capaz de gerar exaltadas discordâncias: o obituário escrito por George Mead para o *American*

*Journal of Sociology* em 1930. A partir de Jandy (1942), escrever sobre Cooley implica tomar partido de um ou de outro nesse embate intelectual que será pormenorizado no item 5.1.

É em decorrência da polêmica relação entre Charles Cooley e George Mead que essa pesquisa finalmente definiu as argumentações a serem desenvolvidas particular nessa dissertação. Enquanto os capítulos 2, 3 e 4 possuem como objetivo primário o relato das informações levantadas pela pesquisa, o capítulo 5 desenvolve uma interpretação do papel da comunicação na teoria social de Cooley. Como está explícito no resumo, esse trabalho defende que a comunicação é o mecanismo que fundamenta a origem e o desenvolvimento do sujeito (*self*), da sociedade (*larger mind*) e do conhecimento (simbólico e interativo).

Sobre a condução da pesquisa, cabe citar a diferença que Edgar Morin faz entre *método* e *metodologia*: o primeiro é o caminho realizado, que só pode ser descrito ao final da pesquisa, e a segunda, que também é apresentada aqui, agrega as diretrizes epistemológicas que a pesquisa pressupõe.

As metodologias são guias a priori que programam as pesquisas, enquanto que o método derivado do nosso percurso será uma ajuda à estratégia (a qual englobará, de modo utilitário, segmentos programados, isto é, 'metodologias', mas comportará necessariamente descoberta e inovação). (MORIN, 1999, p.39)

Quanto ao nível de pesquisa, uma competência norteia o trabalho: a descritiva. Esse trabalho resume sua proposta última na descrição detalhada dos estudos comunicativos de Charles Horton Cooley. Contudo, “há pesquisas que, embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias” (GIL, 2008, p.28). O surgimento da competência exploratória se caracteriza pelo desenvolvimento, esclarecimento e modificação de ideias com vista à formulação de perguntas mais específicas acerca do objeto estudado.

Antonio Carlos Gil ressalta que, “de todos os tipos de pesquisa, estas [as exploratórias] são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso” (GIL, 2008, p.27). Ao estilo da ciência naturalista, que se embrenha em biomas e ecossistemas para descrever, desenhar e catalogar aquilo que ainda está por se revelar, que antes da realização do estudo só existe em potência, o nível exploratório não possui *a priori* um esquema metodológico minucioso e rigoroso.

A proposta de natureza e delineamento do objeto será bibliográfica e *ex-post-facto*. Quase todos os trabalhos científicos pressupõem a primeira, porém alguns - como é o caso desse projeto - utilizam a própria pesquisa bibliográfica como objeto de estudo. O

delineamento *ex-post-facto* resume-se à posterioridade ao experimento. “O pesquisador não tem controle direto sobre as variáveis independentes, porque já ocorreram suas manifestações ou porque são intrinsecamente não manipuláveis” (KERLINGER *apud* GIL, 2008, p.54). Sendo uma pesquisa de caráter documental, seu objeto é evidentemente *ex-post-facto*, os fenômenos estudados já aconteceram e não são replicáveis.

Composta por quatro capítulos além dessa introdução, esse trabalho prosseguirá com o ambiente histórico e sociológico da vida e obra de Charles Horton Cooley. O item 2.1 traz um breve panorama político, econômico, social e tecnológico dos Estados Unidos da América ao fim do século XIX e início do XX. Os eventos marcantes desse recorte são o processo de urbanização, a chegada de milhões de imigrantes e o desenvolvimento de uma economia industrial socialmente desigual. Dado o tema dessa dissertação, há uma atenção particular para o panorama da comunicação social desse período, versando os *nickelodeons*, os periódicos impressos populares, a invenção do telégrafo e a expansão das estradas de ferro pelo país.

O item 2.2 descreve o surgimento da disciplina sociológica nos Estados Unidos tendo por referência os manuais teóricos de Lewis Coser (1971 e 1980), Hanno Hardt (1992), Daniel Czitrom (1982) e Herbert Blumer (1969). Nota-se que a sociologia norte-americana começa marcada pelas correntes reformistas, advinda de um movimento de crítica social à concentração de renda e poder. William James, Thorstein Veblen, Edward Ross, Franklin Giddings, John Dewey, entre outros, pretendiam buscar na ciência uma legitimação e um plano de ação racional para as mudanças sociais. O início da sociologia nos Estados Unidos, portanto, está fortemente ligado ao movimento reformista, no sentido de que buscava conhecer para poder propor planos de ação.

O próximo capítulo ainda pertence à ambientação do objeto de estudo recortado para essa pesquisa, isto é, a teoria comunicativa de Charles Cooley. Em seu primeiro subtítulo, o texto utiliza principalmente a biografia de Edward Jandy para apresentar alguns dos eventos principais da vida do autor aqui pesquisado. Por seu hábito de escrever diários, há uma relativa riqueza de informações sobre os acontecimentos biográficos de Cooley. Além disso, pela metodologia introspectiva utilizada no desenvolvimento de sua sociologia, o estadunidense extraiu muitos conceitos teóricos de reflexões contidas nesses diários, chegando inclusive a afirmar que sua sociologia era uma extensão deles.

O item 3.2 procura elencar os principais pontos abordados pela obra sociológica de Cooley. Há ali um apanhado das questões, teorias, métodos e respostas propostas pelas publicações do estadunidense. Fosse para resumir em uma palavra sua compreensão de sociedade, Cooley diria ser organicismo, pois sua teoria social, ao estilo emersoniano, não

quer separar, escandir, seccionar. “Corte essas palavras e elas irão sangrar; elas são vascular e vivas.”(EMERSON, 1850)Em todos os temas abordados, Cooley busca conciliar os dualismos e trabalhar com gradações, simbioses e interdependência.

No quarto capítulo, o objeto de pesquisa propriamente distinguido é apresentado em detalhes e nuances. Organizado por obras, cada subtítulo destila da teoria social de Charles Horton Cooley os escritos, os conceitos e as teorias que abordam a comunicação, seja ela individual ou massiva. *The Theory of Transportation* [1894], em verdade, é uma teoria da comunicação física e psíquica, versando as influências sociais e econômicas dos meios de comunicação desde a antiguidade até a modernidade. Os correios dos antigos romanos, os animais de carga nativo-americanos e as ferrovias transcontinentais dos Estados Unidos do século XIX: tudo isso serve para Cooley ilustrar que a capacidade de superar o tempo e o espaço imprime em cada sociedade características e organizações particulares.

Na teoria de Cooley, o impulso pela sociabilização está intimamente relacionado à natureza humana. No item 4.2, destacamos do primeiro livro de Cooley, *Human Nature and the Social Order* [1902], as teorias sobre como a interação social participa do desenvolvimento do *self*, ou seja, a consciência que uma pessoa tem de sua própria existência. Há também um detalhamento da fusão entre imaginação, pensamento e comunicação, um fundamental conceito dentro da teoria psicossocial do sociólogo. Extirpando a sociedade de qualquer elemento material, Cooley a define nesse livro como habitante da mente das pessoas. A interação social ocorre exclusivamente mediada por ideias pessoais, que são opiniões, sentimentos, percepções ou até mesmo intuições que as pessoas possuem umas das outras.

*Social Organization* [1909] é o segundo livro da trilogia de Charles Cooley, o elo entre a natureza humana e o processo social. Assim como em *Human Nature*, a comunicação é um elemento-chave dessa obra, que versa sobre o papel dos grupos primários e dos ideais primários – ambos desenvolvidos diretamente da natureza humana – para o surgimento da democracia, a organização social ideal para a modernidade. Cooley desenvolve aqui seu reformismo democrata liberal, propondo diante do desenvolvimento técnico da comunicação em massa uma sociedade integrada organicamente pelos sentimentos comuns aos grupos primários: empatia, solidariedade, pertencimento e coletivismo.

Em *Social Process* [1918], a prosa de Cooley ganha abstração, sendo um desfecho para o tudo que já havia escrito em seus outros trabalhos. Assim como a sociedade em sua compreensão autodeclarada organicista, sua obra também estava interligada e correlacionada, tratando-se sempre de um mesmo pensamento, ainda que encarado por diferentes pontos de vista. Como análise mais abrangente, o sociólogo explica que o processo social se desenvolve

em duas vertentes evolutivas, uma social e outra cultural. Enquanto o capital biológico se propaga pelo material genético, o capital cultural se perpetua e difunde por meio da comunicação, sendo ambos correlacionados e operados pelo método da tentativa, erro e acerto.

O quinto e último capítulo inicia com um relato da repercussão da teoria comunicativa do sociólogo, dando grande destaque ao embate entre George Mead e Charles Cooley. Acusando Cooley postumamente de mentalismo, solipsismo e ingenuidade cristã interiorana, Mead encontrou apoio ou oposição de outros autores que estudaram a sociologia de Cooley ao longo desses 85 anos desde que publicou sua crítica. É partindo das discussões levantadas por George Mead que se chega à análise dessa dissertação, desenvolvida nos dois itens seguintes, o 5.2 e 5.3. A pesquisa realizada leva à compreensão de que a comunicação na teoria social de Cooley acumula as funções de fundamento do indivíduo, da sociedade e do conhecimento.

## 2 CONTEXTO HISTÓRICO E TEÓRICO

Nesse capítulo, os contextos histórico e teórico do objeto de estudo serão descritos em dois itens distintos. O primeiro item é um breve relato das transformações econômicas, políticas, tecnológicas e sociais que ocorreram nos Estados Unidos da América na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Para tanto, são usadas como referências três obras de história geral e duas de história dos meios de comunicação, respectivamente: *American History* de George Crothers (1964), *An Outline of American History* de Howard Cincotta (1994), *American History* de Alan Brinkley (1999), *Media and the American Mind* de Daniel Czitrom (1982) e *Uma história social da mídia* de Asa Briggs e Peter Burke (2006).

O segundo item desse capítulo procura esboçar um panorama do contexto teórico em que Charles Horton Cooley estava imerso, ou seja, o campo da sociologia e a área da comunicação nos Estados Unidos nas sete décadas em que viveu. Como referências, foram consultados um manual de sociologia e três manuais de comunicação, respectivamente: *Tendências Americanas* de Lewis Coser (1980), *Symbolic Interactionism* de Herbert Blumer (1969), *Media and the American Mind* de Daniel Czitrom (1982) e *Critical Communication Studies* de Hanno Hardt (1992). Embora destaquem características diferentes de conjuntos de autores diferentes em áreas de conhecimento diferentes, as três correntes teóricas delimitadas possuem conceitos, objetivos e teóricos em comum – além de todas incluírem a obra de Cooley.

Enquanto Lewis Coser (1980) elenca Albion Small, George Vincent, William Sumner, Lester Ward, Edward Ross, Thorstein Veblen, Charles Cooley, George Mead, William Thomas e Robert Park para caracterizar a corrente intelectual que denominamos *reformista*; Hanno Hardt (1992) reúne William James, Charles Peirce, John Dewey, George Mead, Charles Cooley, Lester Ward, Thorstein Veblen e Simon Patten para delimitar a corrente sociológica que denominamos *pragmática*; e Herbert Blumer (1969) reúne George Herbert Mead, John Dewey, William I. Thomas, Robert E. Park, William James, Charles Horton Cooley, Florian Znaniecki, James Mark Baldwin, Robert Redfield e Louis Wirth na escola filosófica do *interacionismo simbólico*.

### 2.1 Estados Unidos na virada para o século XX

A segunda metade do século XIX ficou caracterizada nos Estados Unidos da América como um período de transformações estruturais na economia, sociedade e demografia. Os

processos de industrialização, desenvolvimento tecnológico, urbanização e difusão territorial estavam naturalmente correlacionados e chegaram ao ápice na virada para o século XX. “Entre duas grandes guerras – a Guerra Civil Americana e a Primeira Guerra Mundial -, os Estados Unidos da América chegaram à maioria. Em um período de menos de 50 anos, foram transformados de uma república agrária em um Estado urbano” (CINCOTTA, 1994, p.180).

As transformações destacadas pelos manuais de história geral do país são: o desenvolvimento das indústrias siderúrgicas e energéticas; a explosão demográfica urbana; o surgimento das ferrovias transnacionais, dos telégrafos e dos telefones; a ocupação territorial do interior e da costa ocidental; a formação de impérios industriais e a rejeição de uma grande massa de trabalhadores a uma subvida nas periferias das grandes cidades. Os discursos que fundamentavam esses acontecimentos eram o darwinismo social e o liberalismo econômico: o ambiente socioeconômico do país estava se transformando e sobreviveriam os indivíduos que estivessem mais aptos a suas novas condições.

A América gradualmente deixou de ser uma nação de pequenos agricultores, comerciantes e bandeirantes. Máquinas começaram a mudar a natureza da vida do trabalho, tanto nas fazendas quanto nas fábricas. A população cresceu rápido. Mais e mais pessoas começaram a viver nas cidades e a trabalhar por um salário. As companhias comerciais se tornaram grandes, ricas e poderosas. A América estava se tornando “industrializada”. (CROTHERS, 1964, p.129)

A população dos Estados Unidos mais que dobrou entre 1860 e 1900, aumentando de 31,5 milhões para 76 milhões de pessoas. Cerca de 25 milhões de imigrantes chegaram ao país entre 1865 e 1915. “Em 1890, a maioria da população de algumas das mais importantes áreas urbanas consistia em imigrantes nascidos no exterior e seus filhos: 87% da população de Chicago, 80% em Nova York e 84% em Milwaukee e Detroit” (BRINKLEY, 1999, p.628). Em certo momento, Chicago tinha mais poloneses que Varsóvia, Nova York tinha mais irlandeses que Dublin e mais alemães que Hamburgo.

Nenhuma cidade estadunidense ultrapassava um milhão de habitantes em 1860. Trinta anos depois, as populações de Nova York, Chicago, Illinois e Filadélfia haviam chegado à quinta casa numérica (CINCOTTA, 1994, p.184). Em seguida, Nova York dobraria sua população de 1,5 milhão em 1860 para mais de 3 milhões em 1900 (BRINKLEY, 1999, p.625). À beira dos grandes lagos norte-americanos, a população de Detroit quadruplicou entre 1830 e 1860 e a de Chicago multiplicou-se duas vezes por dez: de 10 mil para 100 mil entre 1830 e 1860, e de 100 mil para um milhão entre 1860 e 1890 (BRINKLEY, 1999, p.627).

Em direção à costa oeste, mais de cem mil caçadores de fortunas rumaram para o Colorado somente no ano de 1859. “Do Rio Missouri à costa do Pacífico, as terras montanhosas e as pradarias começaram a se encher de fazendas, minas e cidades” (CROTHERS, 1964, p.130). O número de estadunidenses morando em cidades superou o de moradores rurais na segunda década do século XX, tendo a porcentagem dos habitantes urbanos evoluído no seguinte ritmo: 6,1% em 1800, 15,4% em 1850, 39,6% em 1900 e 59,6% em 1950.

Os processos de urbanização e difusão territorial foram concomitantes ao desenvolvimento das indústrias siderúrgicas e petrolíferas. Um grande marco do século XIX foi a conquista do oeste norte-americano com estradas de ferro transcontinentais. Em maio de 1869, a ferrovia da Union Pacific (que rumava oeste a partir do Nebraska) se encontrou com a linha da Central Pacific (que rumava leste a partir de San Francisco) em Utah. Em vinte anos, haveria mais outras quatro rotas ligando as duas costas e, entre 1860 e 1890, as 30 mil milhas de linhas ferroviárias no país subiriam para 166 mil (CROTHERS, 1964, p.131).

“Para os observadores contemporâneos, a locomotiva era o grande ícone da época, uma ‘varinha mágica’ que transformava igualmente as cidades e os campos. Muitas viam nela o símbolo central do progresso americano” (BRINKLEY, 1999, p.600). Para onde os trilhos apontavam, brotavam fazendas e cidades, surgiam oportunidades e seus caçadores. Os estadunidenses logo passaram a viver em um grande mercado nacional. “Não importa onde eles viviam, não importa em que época do ano, os americanos confiavam nas ferrovias para satisfazer suas necessidades básicas” (BRINKLEY, 1999, p.601).

Alan Brinkley (1999, p.595) elenca uma série de fatores que contribuíram para o desenvolvimento pujante da indústria estadunidense no século XIX: abundância de matéria-prima (ferro, petróleo, madeira); numerosa e crescente mão-de-obra barata; um surto de inovação tecnológica; a emergência de empreendedores talentosos, ambiciosos e implacáveis; um governo federal ansioso para assistir ao crescimento do comércio; e um volumoso e crescente mercado interno para produtos manufaturados. Também na agricultura a automatização trazia resultados: “Um trabalhador rural conseguia em 1890 produzir vinte vezes mais trigo que ele teria conseguido quarenta anos atrás” (CROTHERS, 1964, p.132).

No setor energético, o petróleo estadunidense, descoberto em 1859 na Pensilvânia, se tornou um forte concorrente das gorduras vegetais e animais nos mercados de iluminação artificial e lubrificação de máquinas. Em seguida, os motores a combustão substituíram os motores a vapor e, antes do fim do século, os primeiros automóveis começaram a ser fabricados (CROTHERS, 1964, p.132). A eletricidade logo se popularizou com as invenções

do telégrafo, telefone e lâmpada. “Já em 1879, Thomas A. Edison tinha inventado uma lâmpada elétrica razoável e sua companhia vendia eletricidade para iluminar casas e fábricas na cidade de Nova York” (CROTHERS, 1964, p.133).

Dado o campo de conhecimento dessa dissertação, faz-se de interesse acrescentar que, embora o telégrafo tenha sido uma invenção britânica, o código que tornou seu uso popular foi criado pelo norte-americano Samuel Morse. Ilustrando o imaginário organicista que rondava esse meio de comunicação, Morse afirmou em 1838 que não demoraria para que “toda a superfície desse país esteja canalizada por esses nervos que difundirão um conhecimento de tudo que está acontecendo pelo território inteiro com a velocidade do pensamento; transformando, de fato, o país todo em uma vizinhança” (*apud* CZITROM, 1964, p.12).

Em relação à telefonia, os Estados Unidos estavam bem à frente da Europa em 1904, tendo 6,5 telefones para cada cem pessoas em Manhattan, enquanto que em Londres, esse número era de 1,4 (BRIGGS e BURKE, 2005, p.153). Por outro lado, o meio de entretenimento mais popular era o *nickelodeon*:

Em um verão de 1909, enquanto passeava por uma cidade provincial da Nova Inglaterra, o economista Simon Patten encontrou a biblioteca, a igreja e as escolas, “as instituições de conservação moral de uma cidade respeitável”, todas fechadas. Em contraste a esse literalmente escuro lado da cidade, Patten descreveu o lado mais brilhante, em que as pessoas estavam. Ao lado das lojas de doces, frutas, castanhas e sorvetes, Patten notou as multidões nos teatros de níquel. (CZITROM, 1982, p.45)

Embora a prensa não fosse invenção recente, foi ela que caracterizou a comunicação em massa da época. O desenvolvimento técnico das prensas rotativas e os esforços de erradicação do analfabetismo influenciaram o crescimento dos jornais diários. “Em 1860, existiam apenas 100 colégios públicos em todos os Estados Unidos. Em 1900, o número tinha chegado em 6.000 e em 1914, mais de 12.000” (BRINKEY, 1999, p.656). Assim, o número de jornais vendidos no país aumentou três vezes mais rápido que o crescimento populacional ao longo das últimas décadas do século XIX, passando de 3 milhões de exemplares em 1870 para 24 milhões em 1910 (BRINKLEY, 1999, p.651).

Foi nesse surto de crescimento que os jornais chegaram ao estágio de desenvolvimento técnico e editorial pelos quais se caracterizam até hoje. “Especialização em funções editoriais, cooperativas racionais de coleta de notícias e uma explosão de anunciantes nacionais fizeram desse período um divisor de águas na história do jornalismo americano” (CZITROM, 1982, p.92). Os modelos editoriais de dois magnatas dos meios de comunicação, Joseph Pulitzer e William Hearst, foram largamente replicados, ampliando a circulação de jornais especializados nas mais escabrosas e banais notícias sobre sexo, escândalo e violência.

Evidentemente, o surto de desenvolvimento industrial não ofereceu prosperidade universal a todos os estadunidenses. De alguns poucos milionários que existiam antes da Guerra de Secessão (1861-1865), eles logo somavam quatro mil em 1892. Estima-se que nessa ano 1% das corporações estadunidenses concentrava o controle de 33% da produção industrial (BRINKLEY, 1999, p.604) e que 1% das famílias estadunidenses concentrava 88% dos ativos nacionais (BRINKLEY, 1999, p.610) no começo do século XX. O mais marcante caso de acúmulo de riquezas foi o de John Rockefeller, cuja Oil Standard Company controlava o acesso a cerca de 90% de todo o petróleo refinado do país em 1880 (BRINLEY, 1999, p.603).

A concentração de poder e riqueza se valia largamente de duas teorias populares à época: o darwinismo social de Herbert Spencer e o liberalismo de Adam Smith. “Como dizem os relatos, John D. Rockefeller teria justificado: ‘o crescimento de uma grande empresa é meramente a sobrevivência da mais apta’” (CINCOTTA, 1994, p.209). Tentar regular os negócios e a iniciativa privada seria, portanto, forçar um enfrentamento contra o processo natural de desenvolvimento evolutivo e afrontar a liberdade de empenho, competição e sucesso.

Na base da pirâmide social, cerca de 10 milhões de estadunidenses viviam abaixo da linha da miséria.

Por volta do ano de 1900, os Estados Unidos tinham a taxa de fatalidade relacionada ao trabalho mais alta que qualquer outro país industrializado do mundo. A maioria dos trabalhadores industriais ainda trabalhava dez horas por dia (doze na indústria siderúrgica) e, ainda assim, recebia entre 20 e 40 por cento menos do que era considerado o mínimo necessário para uma vida decente. (CINCOTTA, 1994, p.209)

As diferenças sociais se tornaram gritantes e uma corrente reformista surgiu em favor das classes operárias. “As críticas da classe média apontavam para a corrupção que os novos titãs industriais pareciam gerar em suas próprias empresas e na política local, estadual e nacional” (BRINKLEY, 1999, p.605). Se o liberalismo e o darwinismo social se apoiavam nos princípios republicanos de liberdade de imprensa, fé e atuação, os que estavam na base da pirâmide social enxergavam no poderio dos grandes monopólios uma ameaça aos valores republicanos de acessibilidade da riqueza e do poder.

“Em geral, os reformistas acreditavam que expandir o escopo do governo garantiria o progresso da sociedade estadunidense e o bem-estar de seus cidadãos” (CINCOTTA, 1994, p.212). Dentre suas reivindicações, estavam justiça social, honestidade governamental, regulação efetiva da economia, ações antimonopólios e reiteração do comprometimento estatal com o serviço aos cidadãos. Uma onda de greves, rebeliões e atos de desobediência

civil levaram a sucessivas conquistas políticas na instância federal, em especial nos mandatos dos presidentes Grover Cleveland, Theodore Roosevelt e William Taft.

O presidente Cleveland assina em 1887 o InterstateCommerceAct e cria a InterstateCommerceCommission (ICC) para proibir e fiscalizar tabelas de custos discriminatórias, taxas abusivas, abatimentos predatórios e quaisquer práticas que ferissem o livre comércio em benefício de determinados grupos (CINCONTTA, 1994, p.185). No governo de Roosevelt, houve importantes avanços nos modelos de tributação e nos direitos dos trabalhadores. Foram estabelecidos nas primeiras décadas do século XX a jornada de oito horas de trabalho, a atribuição da responsabilidade da segurança no trabalho aos empregadores, a taxação de heranças e o aumento do imposto de renda empresarial.

Eleito em 1908, William Taft foi um dos reformadores políticos mais importantes dentre os presidentes dos Estados Unidos. Sua primeira ação foi uma revisão das tarifas alfandegárias, seguida da estatização da regulamentação dos serviços bancários e financeiros. No setor agrário, “uma lei federal de empréstimos disponibilizou crédito a fazendeiros por taxas de juros mais baixas que as de mercado” (CINCONTTA, 1994, p.217). Taft também atacou a formação de cartéis, investigou abusos corporativos, melhorou os serviços postais e reforçou as relações diplomáticas com a Ásia e a América Latina.

## **2.2 Surgimento da sociologia nos Estados Unidos**

A sociologia, enquanto disciplina, aparece nos Estados Unidos durante esse período de resposta aos surtos urbanos e industriais no país, sendo marcada pelo fervor moral, pela reforma social e pela busca de legitimar-se na secularização e institucionalização. Por mais que os sociólogos buscassem respeitabilidade acadêmica ressaltando os empenhos teóricos e metodológicos de seu trabalho, o fundo moral, reformista e religioso sempre se fazia explícito. “Como Albion W. Small e George E. Vincent declararam no primeiro manual de Sociologia americana: ‘A Sociologia nasceu do moderno ardor de melhorar a sociedade’” (COSER, 1980, p.383). A Associação Americana de Ciência Social, por exemplo, colocava como objetivos em 1866:

Ajudar o desenvolvimento da ciência social e guiar o espírito público para os melhores meios práticos de promover as emendas de leis, progresso da educação, prevenção e repressão dos crimes, reforma dos criminosos e o progresso da moral pública, a adoção de regulamentos sanitários e a difusão de princípios sadios sobre as questões de Economia, Comércio e Finanças. (*apud* Coser, 1980, p.382)

O movimento reformista e os primeiros sociólogos estavam fortemente ligados à igreja evangélica, segundo um relatório de Paul Baker (*apud* COSER, 1980, p.379), em 1927, dos

258 sociólogos que responderam a seu questionário, 61 eram ou tinham sido pastores e 18 receberam educação em escolas teológicas. Alguns perderam a fé cristã ao serem confrontados com as teorias de Charles Darwin e Herbert Spencer; outros, como Small e Vincent, mantiveram-na. De qualquer forma, o que os pastores buscavam, assim como os sociólogos com influências evangélicas, era transformar os Estados Unidos da América em um lugar mais próximo da doutrina moral cristã.

HannoHardt, ao delimitar o pragmatismo, uma corrente teórica contemporânea e correlacionada à corrente reformista descrita por Lewis Coser, afirma que “a religião como um modo de vida e a luta pela verdade científica eram consideradas compatíveis, uma vez que o humanismo e o empirismo foram aglutinados por uma geração de filósofos sociais cientes das tradições religiosas em suas disciplinas” (HARDT, 1992, p.72). Coser (1980, p.380) ainda acrescenta que os pastores evangélicos teriam também uma motivação privada no confronto à desigualdade social: tentar restaurar o prestígio e poder que detinham antes da Guerra Civil Americana.

Essas primeiras formulações sociológicas, explica Hardt, capturavam e refletiam as preocupações de uma geração estadunidense que vivenciou mudanças sociais e econômicas decisivas. Diante da cultura urbana e industrializada, dos numerosos imigrantes e do desenvolvimento tecnológico, “[...] o objetivo sempre foi estabelecer a democracia nos Estados Unidos” (HARDT, 1992, p.63). As propostas eram, no entanto, conservadoras. Os valores tradicionais de liberdade, republicanismo e propriedade privada deveriam ficar inalterados: eles queriam mudanças, mas mudanças limitadas.

Segundo explicação de John Dewey, o pragmatismo seria uma extensão do empirismo histórico, porém, com uma diferença fundamental: não estaria preocupado com os fenômenos antecedentes que explicassem as configurações atuais da sociedade; por outro lado, o pragmatismo se ocuparia em pensar as causas das consequências futuras, em prover planos de ação que gerassem os precedentes históricos necessários a um futuro melhor. “E essa mudança de ponto de vista é quase revolucionária em suas consequências” (DEWEY *apud* HARDT, 1992, p.43).

Quanto à comunicação em massa, o reformismo entendeu-a como um processo social estratégico para a democratização do país. “Os Estados Unidos tinham se tornado uma sociedade pluralista, a comunicação e o papel da mídia já não eram questões de expressão individual” (HARDT, 1992, p.73). A comunicação era encarada pelos sociólogos como compartilhamento de experiências, um fundamento das noções de verdade e realidade dentro da sociedade; dessa forma, eles a estudaram como um conjunto de práticas relevantes para a

organização e o controle dos diversos e complexos interesses existentes dentro de uma nação moderna.

De fato, o significado dos telégrafos, ferrovias, rodovias e rios como meios de transporte, e a difusão de escolas e jornais como fontes institucionais de conhecimento e experiência oferecia o contexto histórico para um discurso teórico sobre o lugar da comunicação na sociedade moderna. (HARDT, 1992, p.35)

Evidentemente, o sentido reformista se estendia às teorias da comunicação, depositando grandes esperanças no avanço técnico dos meios. “Juntos, eles entendiam a comunicação moderna essencialmente como uma agente de restauração de um amplo consenso moral e político na América...” (CZITROM, 1982, p.91) Vivendo em meio ao êxodo rural, os sociólogos não fugiam à regra: também eram emigrantes de pequenas cidades interioranas e buscavam respostas para os problemas sociais das metrópoles a partir do modelo comunitário que tinham como referência. Dessa forma, para muitos deles, os problemas morais da urbanização estavam relacionados ao comportamento massivo, à falta de empatia entre os indivíduos.

HannoHardt destaca que o pragmatismo foi o início de uma posição crítica na teoria social dos Estados Unidos da América. Autores como Lester Ward, Thorstein Veblen e John Dewey, “[...] motivados por uma fé no progresso e uma preocupação ética pelo bem-estar dos indivíduos, refletiram uma crítica ao poder e sugeriram um aumento no papel do Estado no desenvolvimento da civilização ocidental” (HARDT, 1992, p.57). Foi uma resposta que ganhou força com a aliança de reformistas sociais e cientistas sociais, explica Hardt (1992, p.56), uma resposta fundamentada na esperança de que a ciência poderia fazer mais do que descrever a realidade, poderia modificá-la.

Nesse mesmo contexto, surge a corrente filosófica do interacionismo simbólico, que mantém correlações teóricas e justaposições estruturais com o pragmatismo. A essência dessa escola de pensamento é o abandono da concepção material de sociedade – um agregado de indivíduos – para uma concepção imaterial – um conjunto comunicativo de códigos e significados que une as pessoas. Anthony Giddens (*apud* HARDT, 1992, p.18) teria sugerido que o interacionismo simbólico se aproximaria de um funcionalismo “microsocial”, pois enquanto esse último trata de escala “macrossociais”, o primeiro lidaria com relações sociais mais particulares e com a comunicação interpessoal.

Herbert Blumer (1986, p.02) explica que o interacionismo está calcado em três premissas: primeiro, os seres humanos agem em relação às coisas de acordo com os significados que essas coisas possuem para eles; segundo, o significado que essas coisas possuem para os humanos advém da interação social entre os indivíduos; terceiro, esses

significados socialmente construídos estão em constante modificação ao serem utilizados pelos indivíduos através de processos interpretativos. Para Blumer, o que diferencia particularmente o interacionismo simbólico de outras correntes filosóficas é a segunda premissa, por isso a escola teria a interação como núcleo em seu nome.

De acordo com Lewis Coser (1980, p.386), o primeiro curso de sociologia dos Estados Unidos foi ministrado na Universidade Yale por William Sumner em 1875 com enfáticas objeções do reitor. “Sumner, o mais franco discípulo de Hebert Spencer nos Estados Unidos, combinou o evolucionismo, o *laissez-faire* e o pessimismo malthusiano com o ardor puritano” (COSER, 1980, p.387). Por influência das obras de Darwin e Spencer, Sumner perdeu a fé religiosa e abandonou sua breve carreira como reitor episcopal para dar aulas em Yale. Por suas críticas ao protecionismo monopolista e ao imperialismo na Guerra Hispano-Americana, o setor conservador da universidade tentou repetidamente afastá-lo da instituição.

Sua obra prima, *Folkways* (1906), foi escrita ao fim de sua vida e defende que a raça humana desenvolve um conjunto de hábitos (*folkways*) por meio de erros e acertos que maximiza a adaptação humana ao ambiente. Conforme os *folkways* se consolidam, se tornam costumes e, eventualmente, podem resultar em instituições. Desvios e subversões a esses hábitos, além de sofrerem censura e repressão da sociedade, estariam fadados a fracassar por desafiarem a evolução natural das atividades humanas. Além disso, Sumner também cunhou o conceito de *etnocentrismo*, a tendência de um grupo social considerar-se o centro referencial para todos os outros grupos.

Um dos pioneiros da sociologia nos Estados Unidos, Albion Small era diácono da Igreja Batista de Chicago e trazia em seu plano de aula no ColbyCollege três tópicos: “Sociologia Descritiva – A sociedade real do passado e presente, o mundo como é”; “Sociologia Estática – O mundo como deveria ser”; e “Sociologia Dinâmica – Os métodos existentes para uma aproximação do ideal, o mundo em processo de melhoria” (COSER, 1980, p.386). Em seu livro *Adam Smith and Modern Sociology* [1907], Small afirma que “a sociologia, em seu maior âmbito e em seu aspecto metodológico, é apenas uma Filosofia Moral consciente de sua tarefa” (*apud* COSER, 1980, p.384).

Assim como Sumner, Lester Ward também tinha grande admiração pela obra de Darwin, porém discordava de Spencer e da ideia de que a teoria da evolução natural também se aplicaria ao desenvolvimento social. “Ward lançou as bases para uma interpretação dualista, segundo a qual a evolução natural se processa sem propósito, enquanto a evolução humana é modelada pela ação intencional” (COSER, 1980, p.393). Em lugar de se moldar ao

ambiente, a humanidade molda o ambiente conforme seu interesse. Por isso Ward diferencia a natureza guiada pela *gênese* e a sociedade gerida pela *telese*.

Aluno e parente de Ward, Edward Ross ficou órfão aos oito anos de idade e aproveitou sua herança para adquirir uma “verdadeira educação” na Alemanha. Autor de mais de 200 artigos e 24 livros, “[...] o principal objetivo de Ross era sem dúvida esclarecer as maneiras pelas quais as sociedades controlam os seus membros componentes, a fim de levá-los a aceitar as exigências sociais” (COSER, 1980, p.397). Sociólogo crítico, Ross detalhava as formas coercitivas e persuasivas com que a sociedade impunha valores morais e estéticos. “Como outros, o autor apelou por justiça social e solicitou que o controle dos sistemas sociais e econômicos fosse conduzido com equilíbrio e moderação” (HARDT, 1992, p.61).

Fundador do pragmatismo norte-americano, Charles Peirce se interessava pelo caráter linguístico e semiótico da verdade e do progresso científico. “Com o trabalho de Charles Peirce, a natureza simbólica do indivíduo e as qualidades do discurso humano se tornaram condições necessárias para uma teoria da sociedade” (HARDT, 1992, p.36). Peirce postulou que tudo que é capaz de ser compreendido como representante de outra coisa é um signo e descreveu a importância dos signos como instrumentos públicos de produção de sociabilidade. Em sua máxima “minha linguagem é a soma total de mim” (PEIRCE *apud* HARDT, 1992, p.36), o semiótico também pressupõe o caráter imaterial e coletivo do sujeito, desacreditando em um indivíduo material e autônomo.

William James era articulado e sociável, conseguindo notoriedade entre os sociólogos de seu período e se tornando um expoente do pragmatismo americano. Seus pensamentos se particularizam pelo utilitarismo que, inclusive, acometem a si mesmos, pois para James, as teorias estão mais próximas de instrumentos e ferramentas do que de respostas ou dogmas. O pragmatismo lhe é caro porque não possui cânones, porque tem flexibilidade para considerar todas as hipóteses e evidências, tendo como única e última prova o teste prático: funciona ou não funciona?

Especialmente ocupado em propor caminhos para se transformar a sociedade estadunidense em uma “grande comunidade”, John Dewey teve uma carreira teórica e profissional prolífera e alternante entre abordagens filosóficas e políticas. Como professor em Michigan, a crítica de Dewey ao organicismo de Spencer influenciaria alunos que se tornariam colegas, como Charles Cooley e Robert Park. “Na formulação de Dewey, a sociedade existia para além do benefício de seus membros individuais” (CZITROM, 1982, p.92). Os meios de comunicação, por sua função referencial (a comunicação de ideias e fatos),

teriam, então, por papel primordial gerar uma sociedade conduzida pela “inteligência organizada” (*apud* CZITROM, 1982, p.93).

Um capítulo à parte na história da sociologia nos Estados Unidos, o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago foi o centro nacional mais importante da disciplina nas três primeiras décadas do século XX e se notabilizou pelas pesquisas de campo. De acordo com Coser (1980, p.409), um dos principais motivos para que esse departamento tenha dominado largamente o campo sociológico da época foi a particular liberdade oferecida por seu chefe, Albion Small. Ele exemplifica que os departamentos de Colúmbia, dirigido por Franklin Giddings, e Yale, dirigido por William Sumner, provavelmente não conseguiram a mesma expressividade que o de Chicago por serem chefiados por personalidades fortes e monopolizadoras.

Enquanto a primeira geração da chamada Escola de Chicago foi caracterizada pelo ímpeto reformador do pragmatismo, a segunda voltou-se particularmente aos estudos empíricos em guetos e comunidades da grande e industrializada metrópole, buscando tornar a sociologia relevante para questões públicas como a criminalidade. “O que fascinava a maioria dos seus membros era a variedade de estilos de vida urbana, de organização e desorganização urbanas, de ocupações e profissões, lícitas ou ilícitas, que se podiam observar no ‘laboratório’” (COSER, 1980, p.410).

William Thomas, filho de pastor metodista, nasceu no interior de Virginia, estudou em Tennessee e depois lecionou em Chicago, assim, costumava brincar que era como se tivesse vivido em três séculos diferentes. Em sua obra, sua história de vida se reflete no interesse pelas maneiras com as quais as pessoas encaram a mudança de um contexto agrário para a vida nas grandes cidades modernas. Sua principal obra, *O camponês polonês na Europa e na América*, foi produzida em coautoria com Florian Znaniecki e publicada em cinco volumes entre 1918 e 1920, somando mais de duas mil páginas na versão original.

Thomas e Znaniecki procuraram mostrar como diferentes modos de organização e controle sociais criavam diferentes estruturas de valor no ambiente significativo dos que migravam da aldeia para a cidade, e como essa mudança de valores, por sua vez, resultava em diferentes atitudes pessoais. (COSER, 1980, p.412)

Em 1914, Thomas convidou Robert Park para, aos cinquenta anos, trocar a carreira de jornalista pela profissão acadêmica na Universidade de Chicago. Graduado em Michigan (onde foi aluno de John Dewey), com mestrado em Harvard e doutorado na Alemanha, Park seguiu a carreira jornalística para dar vazão a seu ímpeto reformista. De volta à universidade, rejeitou a vertente estatística da sociologia para definir a disciplina como “a ciência do comportamento coletivo” (*apud* COSER, 1980, p.415). Para ele, a vida social é fluída e

compreensiva, sendo governada principalmente por quatro processos: competição, conflito, acomodação e assimilação.

Como professor, Park foi um dos principais responsáveis pelos estudos de campo que tornariam o Departamento de Chicago a principal referência sociológica nos Estados Unidos. Usando a metrópole como laboratório, ele e seus orientandos desenvolveram o conceito de ecologia humana, enxergando no microcosmo ambiental padrões espaciais de formação do comportamento humano (CZITROM, 1982, p.116). Na comunicação, Park replicou a concepção referencial de John Dewey e Charles Cooley, mas também descreveu com primor os diferentes modelos de jornalismo e de editoriais dos jornais que se desenvolviam e popularizavam entre os trabalhadores urbanos.

Outro sociólogo influenciado pelo reformismo de Ward foi o emigrante norueguês Thorstein Veblen, um estudante rebelde em Yale e um professor arredo em Chicago. Economista por formação, Veblen valia-se de um estilo complicado e polissilábico para disfarçar seu radicalismo contra os pressupostos econômicos. Sua teoria econômica institucionalista dá ênfase às rotinas de conduta, às classes e capitais ociosos, à cultura competitiva (deformadora do caráter humano) e à interpretação tecnológica da história.

Dedicado a um *ethos* de aplicação incessante às tarefas a serem executadas, a uma ética de trabalho um tanto ‘puritana’, Veblen foi uma espécie de Benjamin Franklin vivendo na época do Grande Gatsby. Ele fugastiu o desperdício da era dos barões ladrões e contrastou a racionalidade do processo mecânico com os caprichos irracionais dos especuladores, financistas e outros malfeitores da grande riqueza. (COSER, 1980, p.401)

Por fim, George Mead nasceu e cresceu em Oberlin, pequena cidade de Ohio, onde seu pai era professor de Teologia. Perdeu o pai cedo e teve de trabalhar no restaurante da universidade, dar aulas particulares, lecionar no ensino médio e trabalhar como agrimensor para pagar seus estudos. Formado em Filosofia em Harvard, Mead levou adiante o pragmatismo de seu professor e orientador, William James. Como de costume à época, completou sua formação na Alemanha antes de voltar para lecionar na Universidade de Michigan ao lado de Cooley e de Dewey. Apenas dois anos depois, em 1893, Dewey foi para Chicago e convenceu Mead a ir também.

Nos quase quarenta anos lecionando em Chicago, Mead tornou-se “o filósofo dos sociólogos” (COSER, 1980, p.407) mesmo sem muita destreza em escrever – boa parte das obras que deixou são anotações de conferências posteriormente publicadas. Junto com sua tradição progressista e pragmática, Mead se notabiliza dentre os interacionistas simbólicos:

Seguindo James, e até certo ponto num paralelo com o pensamento de Cooley, Mead insistiu em que a consciência deve ser compreendida como um fluxo de pensamento oriundo da relação dinâmica entre uma pessoa e seu ambiente significativo. Os

indivíduos estão sempre envolvidos numa sucessão de empreendimentos conjuntos com associados, e isso forma e condiciona seus espíritos e egos. A reflexividade é a essência da personalidade. (COSER, 1980, p.407)

Rompendo com o individualismo pragmático de James, Mead postula que um indivíduo só se torna quem é através da socialização, pois é do ambiente significativo que tira sua linguagem, hábitos e comportamento. A sociedade ideal, a democracia, viria do desenvolvimento da comunicação e da capacidade dos indivíduos de entenderem seu papel na comunidade. “Quando Mead se referia à necessidade de cooperação e empatia entre os indivíduos, ele enfatizava a importância do *self* moral como participante no processo de democracia” (HARDT, 1992, p.48). Para Mead, é somente enquanto seres sociais que os humanos são seres morais.

### 3 A VIDA E OBRA DE CHARLES HORTON COOLEY

Nesse terceiro capítulo, a dissertação se volta para as descrições da vida e da obra de Charles Horton Cooley. O primeiro item desse capítulo destaca os pontos mais relevantes dos 65 anos de vida de Cooley (17/08/1864 – 07/04/1929). De um garoto patologicamente tímido e fisicamente debilitado até os cursos ministrados para centenas de alunos na Universidade de Michigan, Cooley cresceu, viajou, estudou, trabalhou, pesquisou, publicou, casou e teve filhos. Essa dissertação cobre esses eventos com um relativo detalhamento, procurando ater-se à narrativa biográfica, ou seja, evitando fazer inferências de causalidade com a sua produção teórica.

Assim como a vida do autor não basta para explicar sua teoria, destacar que a obra de Cooley é reflexo do contexto em que ele viveu só pode ser tautologia. Quantos outros homens viveram eventos semelhantes aos da vida de Cooley sem que produzissem teorias semelhantes? Não se pode inferir que a sociologia de Cooley seja introspectiva *porque* ele foi um garoto tímido e introspectivo. Afinal, ele trabalhou como estatístico na juventude e nem por isso sua sociologia se valeu desse método de pesquisa. Com isso, não se procura alienar a pessoa e sua produção teórica, essa relação é pressuposta- de que outro meio a obra de Cooley poderia ser produto se não do contexto em que ele viveu? -, porém não causal.

O segundo item relata as características metonímicas de sua obra sociológica. Como afirmado na Introdução, a sociologia de Cooley se dizia organicista, buscando sempre defender unificações e relacionamentos para propor uma sociedade democrática conduzida pelas faculdades mais nobres dos humanos. Embora tentar uma completa dissociação fosse ingenuidade, esse item procura se ater aos conceitos e teorias sociológicos que não tratem diretamente da comunicação. Naturalmente, isso porque as contribuições de Cooley à teoria da comunicação serão tratadas em profundidade no próximo capítulo.

Enfim, cabe ressaltar que esse item se baseia particularmente no livro *Charles Horton Cooley: His Life and His Social Theory* de Edward Jandy (1964). Jandy foi provavelmente o único pesquisador até agora a ter acesso e a fazer uma extensiva leitura das cartas, diários e papéis avulsos de Cooley, o que torna seu livro a referência mais importante e utilizada por aqueles que investigam detalhes da vida e teoria do sociólogo. Embora falte perspicácia e sobre galanteios na obra de Jandy, há nela um primor na apresentação de dados, fatos, datas e nomes - além de uma volumosa e relevante quantidade de trechos dos diários e cartas escritas e recebidas pelo teórico norte-americano -, justificando, assim, o destaque aqui dado a essa obra.

### 3.1A vida de Charles Cooley

O bisavô de Charles Horton Cooley foi Benjamin Cooley, um colonizador europeu que se fixou em Massachusetts antes de 1640 e se tornou um membro do quadro governamental regional. O pai de Charles Cooley, Thomas McIntyre Cooley, foi o oitavo de quinze filhos, portanto, é imaginável a dificuldade que o patriarca teve para conseguir prover até mesmo as necessidades mais básicas de toda família. Embora as ofertas de escolarização não fossem escassas na época, a possibilidade financeira de aproveitá-las certamente oeram. Graças à tutela da mãe, que logo viu a inclinação do filho para a leitura, Thomas Cooley teve o privilégio de estudar por alguns anos durante a infância.

“Ele deve ter decidido cedo para si mesmo que qualquer que fosse a utilidade que ele poderia ter, ela dificilmente estava na fazenda, pois aos dezoito anos ele já era encontrado em um escritório de advocacia em Palmira, no estado de Nova York” (JANDY, 1942, p.10). Impregnado do espírito liberal e evolucionista de meados do século XIX, Thomas Cooley migrou para oeste em busca de oportunidades que satisfizessem sua ambição. O destino era a pujante Chicago, mas a falta de dinheiro forçou uma parada em Adrian, no estado de Michigan, onde conheceu e desposou Mary Elizabeth Horton em 1846.

Nos dez anos seguintes, a vida de Cooley foi dinâmica e ansiosa por sucesso, trabalhando alternadamente como advogado, editor do *The Adrian Watchtower* e corretor de imóveis em Toledo, Ohio. Um contemporâneo o descreveu como um homem de poucas e claras palavras; modesto, bem-humorado e gentil sem deixar de ser vívido e seguro; entre os advogados, era mais notado pela tendência poética do que pelo talento legal. “Na corte, ele não era considerado um forte advogado; seu talento e capacidade estavam no campo de interpretação e aplicação das leis” (JANDY, 1942, p.11).

Assim, quando foi designado ao cargo de compilador de leis estaduais em 1857, seu trabalho se destacou e ele foi transferido para o cargo de escrivão da Suprema Corte de Michigan. Dois anos depois, foi indicado para ser um dos três primeiros professores que fundaram a Escola de Direito da Universidade de Michigan. Em 1864, Cooley chega ao topo de sua carreira ao ser nomeado juiz da Suprema Corte em que já trabalhava. Ele acumularia três cargos pelos próximos vinte anos, tendo uma vida de prestígio, honrarias e reconhecimento nacional por sua distinção no campo de saber jurídico.

Durante toda a sua vida, o juiz foi um homem de vigorosas ambições, um homem cuja mente e energia eram definitivamente direcionadas para o sucesso. Um certo fervor por agir e uma paixão por reconhecimento acompanhavam seu temperamento inquieto e ansioso. (JANDY, 1942, p.13)

A casa da família Cooley ficava na *State Street* de Ann Arbor, em frente ao campus da Universidade de Michigan. Thomas Cooley estava sempre profundamente interessado nas questões familiares, mesmo que atribulado com as diversas incumbências profissionais. Mary Elizabeth Horton deu à luz a seis filhos ao longo de vinte e cinco anos, sendo ao mesmo tempo uma mãe dedicada e ativamente interessada em questões públicas e sociais de sua comunidade. Ela também costumava acompanhar o marido nas viagens profissionais dele, principalmente no período em que ele chefiou a *Interstate Commerce Commission*.

“Nenhum dos pais interferiu muito na liberdade e desenvolvimento dos filhos, cujos desejos eram sempre respeitados, particularmente mais tarde, quando em relação às suas escolhas de carreira” (JANDY, 1942, p.12). Embora mais ambicioso por prestígio que por bens materiais, Thomas Cooley acumulou um modesto patrimônio capaz de permitir seguramente as melhores oportunidades escolares e culturais para seus filhos. “De forma geral, a deles era uma vida em família agradável, uma vez que o pai e a mãe tinham uma generosa quantidade de empatia e tolerância” (JANDY, 1942, p.12). A falta de rigidez também se estendia à religião; os Cooley eram do congregacionalismo protestante sem nunca praticarem ou imporem estritos hábitos religiosos.

Nascido em 1864, mesmo ano em que seu pai foi designado juiz da Suprema Corte Estadual, Charles Horton Cooley foi o quarto dos seis filhos. “Ficou evidente desde cedo que o menino iria assemelhar ao pai em diversas maneiras, principalmente na constituição física, temperamento e disposição mental” (JANDY, 1942, p.13). Pelo menos até a puberdade, Charles foi um garoto mirrado, frágil e dono de uma voz aguda da qual ele era excessivamente consciente. Separado sete anos de sua irmã mais velha e sete anos do nascimento de seu quarto irmão, ele manteve por boa parte de sua infância as vantagens e desvantagens de ser o caçula da família.

“Inacreditavelmente tímido, extremamente sensível em relação a ter sua própria imagem turvada por outros, um menino como ele dificilmente poderia encontrar um lugar agradável entre seus colegas de brincadeira” (JANDY, 1942, p.14). As crianças de sua idade mantinham uma cultura de competitividade física e moral agressiva demais para garotos como Charles. “Não é de surpreender, portanto, que por conta de sua enfermidade e sua falta de solidez física, ele tenha desenvolvido marcados sentimentos de inferioridade.” (JANDY, 1942, p.14)

Edward Jandy afirma em *Charles Horton Cooley: his life and his social theory* (1942, p.16) que desde a primeira infância, Cooley sofria de “eliminação obstativa”, o que para Peter Simonson (2010, p.91) é um eufemismo para prisão de ventre. A leitura realmente dá a

entender se tratar de um problema digestivo, pois Jandy afirma que Cooley nunca falou sobre esse problema com qualquer pessoa e que ele só desapareceu quando Cooley, aos dezenove anos de idade, passou alguns meses na Europa, mudando, portanto, completamente a dieta e fazendo longas caminhadas pelos Alpes suíços.

Essa condição influenciou incalculavelmente sua saúde física; ela coloriu seu temperamento e sua vida mental e afetiva. [...] Parece mesmo um longo período, do começo da infância até a pós-adolescência, para que um sistema extremamente preguiçoso se tornasse normalmente ativo. Que essa condição fosse psicogênica, não parece improvável. (JANDY, 1942, p.16)

E quanto à certeza de que era mesmo esse o problema de saúde enfrentado por Cooley durante a infância e adolescência, só se pode ter como argumento a objetividade e firmeza de Jandy. Cooley apenas afirma que “minha saúde era miserável, de forma que minha infância foi em geral muito lúgubre. Há nada que eu deseje menos que a viver outra vez” (COOLEY *apud* JANDY, 1942, p.17). Provavelmente por se tratar de um assunto embaraçoso, Jandy se absteve de detalhar suas fontes de informação. Mas dada a proximidade com Cooley, que foi seu professor, orientador e amigo na Universidade de Michigan, há de se dar algum crédito à segurança com que faz a afirmação.

Para suprir sua aguda necessidade de aprovação, o jovem Charles mergulhava em um grupo imaginário de personagens que retirava de seus livros ou construía em seus sonhos acordados. “Se o mundo real se revela demasiado severo para uma personalidade tão frágil, ela cria um para si próprio – um mundo interno, irreal em certo sentido, porém muito mais real em outro, e certamente mais satisfatório” (JANDY, 1942, p.14). Charles era um sonhador, suas memórias escritas próximas de completar quarenta anos dão conta de descrever isso:

Uma das primeiras coisas de que eu me lembro é de um hábito de sentar sozinho e pensar. Eu ficava ofendido que as pessoas rissem de mim quando eu fazia disso uma razão para deitar no sofá de tarde. [...] Minha vida de verdade corria internamente, um tanto vaga em seus pensamentos e aspirações, mas intensa e perspicaz. Eu era apaixonadamente ansioso por aplausos e uma grande parte de minha vida mental era gasta em imaginar situações nas quais eu era o glorioso herói. (COOLEY *apud* JANDY, 1942, p.15)

Em reforço a essa afirmação, Daniel Czitrom (1982, p.94) explica que a retração de Cooley fez com que suas meditações e sonhos acordados tomassem a forma de um diário, um hábito que Cooley manteve com considerável regularidade por mais de quarenta anos. Cooley teria confessado que “minha vida mais intensa era sempre uma vida sonhada. Eu fazia pouco, lia uma grande quantidade, e imaginava infinitamente” e que seus diários eram “uma vigorosa tentativa de agarrar e controlar minha vida” (*apud* CZITROM, 1982, p.94).

Cooley ainda relata que ele mesmo se tinha por um covarde, e que isso evidentemente era um martírio, um fardo em sua autoestima. Décadas mais tarde, ele refletiria – interessante notar como isso era uma questão relevante mesmo depois de anos e anos – que era menos uma questão de covardia e mais de timidez, pois normalmente temia qualquer garoto desconhecido, mesmo que ainda menor do que ele próprio, porém, não costumava temer os garotos que já conhecia, mesmo que maiores que ele. Desse mesmo trecho de memórias, há um ponto que chama a atenção daqueles que já estão familiarizados com os conceitos interacionistas que desenvolveria depois:

Certa vez – eu acho que quando eu tinha nove ou dez anos de idade -, eu passei por uma experiência que pode ser entendida como fazer-se consciente de sua própria individualidade mental. Meu mundo interior de pensamentos era amplo e vívido e eu me lembro de repentinamente me perguntar um dia se um outro certo menino tinha também tamanha vida privada. Eu não consegui acreditar que ele tinha, mas eusequer cogitava tentar descobrir... (COOLEY *apud* JANDY, 1942, p.15)

Jandy avalia que em um mecanismo de defesa à realidade assediadora, Cooley criou essa fortaleza que ao final das contas se tornou o próprio veículo pelo qual ele expressaria sua genialidade. É a partir do isolamento tímido e covarde que o teórico conseguiu - primeiro inconsciente, depois conscientemente - chegar ao “melhor de sua própria alma” (JANDY, 1942, p.15) e fazer de sua fraqueza a sua força. Cooley mesmo colaboraria com essa visão positiva ao refletir posteriormente que suas dificuldades “tiveram muito a ver com a construção do meu caráter como ele é” (*apud* JANDY, 1942, p.17) e que sua sociologia era “a continuação, alargamento e verificação de meus diários” (*apud* CZITROM, 1982, p.94).

Em 1880, aos dezesseis anos de idade, Cooley atravessa a rua para começar a educação superior na Universidade de Michigan. “Diferente de seu pai, ele não precisou batalhar contra dificuldades econômicas para ter uma educação. Suas batalhas, no entanto, eram com sua saúde precária; tanto foi assim que se passaram sete anos antes que terminasse a faculdade.” (JANDY, 1942, p.17) Como tinha por hábito fazer passeios de barco pelos numerosos rios e lagos perto de Ann Arbor e a malária era epidêmica na época, Cooley foi vítima da doença em 1879. Sua saúde foi seriamente afetada, tendo sofrido ao longo de vários anos crises intermitentes de calafrios e febre.

Em 1882, ele questiona melancólico em seu diário o quanto mais seria capaz de fazer se se sentisse bem e vigoroso. “Essa tarde eu estava tão desatento, embora tivesse nenhuma razão para tanto, que os *amours* de Byron mal conseguiram me manter acordado” (COOLEY *apud* JANDY, 1942, p.19). Em seguida, relata que possuía dois planos para tentar recuperar alguma força: iniciara com alguma esperança um tratamento com arsênico e planejava para a primavera um curso sobre banhos turcos de três semanas que seriam “cura certa”.

Mesmo na juventude, ele já enxergava benefícios em seus tormentos físicos, pois eles permitiam que contornasse as idiossincrasias sociais, que lhe eram penosas e distrativas. Com o objetivo de conseguir algum alívio, costumava fazer viagens em busca de passeios ao céu aberto e descanso em regiões climáticas que prometessem livrar os enfermos dos calafrios e febres. No segundo ano de faculdade, fez uma viagem ao Colorado com uma equipe de exploradores e sentiu alguma melhora com as longas caminhadas em altitudes de mais de três mil metros.

Nessa viagem ao Colorado, teve uma primeira ideia da sombra que a fama de seu pai projetava e, embora tenha achado graça de início, ela o incomodaria no futuro. O hotel de Leadville em que a excursão se hospedou pegou fogo e Cooley escapou do prédio pela janela em meio às chamas, tendo seu nome citado na lista de sobreviventes publicada no jornal local. Nos dias seguintes, recebeu ligações de um punhado de ex-alunos de seu pai e ele escreveu para os pais: “De fato, eu descobri que meu nome é uma senha para a afeição de metade dos advogados no Oeste” (COOLEY *apud* JANDY, 1942, p.21).

No ano seguinte, em 1883, viajaria para Asheville, Carolina do Norte, e em janeiro de 1884 embarca para a Europa, onde estudaria ciência política na Alemanha e circularia pelos Alpes em busca de convalescência e experiência cultural. Cooley desembarcou em Londres e se acomodou primeiramente em Munique, onde poderia aperfeiçoar a língua alemã, estudar as instituições germânicas e aproveitar o ar seco e limpo que soprava dos Alpes. Logo ele se matriculou na Universidade de Munique (Ludwig-Maximilian-Universität) e frequentou quatro disciplinas: História natural geral, Climatologia, Meteorologia e Tendências filosóficas contemporâneas.

Dentre as cartas trocadas por Cooley e seus pais, havia pouca preocupação com as libertinagens ou desvios morais em que poderia incorrer um estrangeiro. Seus pais, por outro lado, temiam que a falta de interesse particular pelos assuntos estudados resultasse em uma atitude inerte de quem se enxerga como inválido e acaba nunca buscando independência. Em resposta, Cooley escreve para sua mãe: “É como você diz: eu não posso reivindicar por muito mais tempo os privilégios e imunidades de um inválido. Preciso andar com minhas próprias pernas e ser responsabilizado por minhas ações como uma pessoa normal” (*apud* JANDY, 1942, p.23).

No meio do ano, Cooley havia se entediado com a vida em Munique e acaba frequentemente indisposto por surtos de febres e calafrios. Impaciente para conseguir curar-se definitivamente da malária, ele deixa a cidade e os cursos para escalar montanhas na Suíça, algo que faz com prazer e desdém aos “turistas que tinham sempre alguma condução mecânica

para chegar ao topo das montanhas” (JANDY, 1942, p.42). Em Lucerna, Cooley recebe uma carta de Henry Adams, do Departamento de Economia Política da Universidade de Michigan, convidando-o para uma peregrinação de quatro semanas pela Suíça ocidental e ele aceita o convite.

Ao fim da expedição, Cooley volta a Munique para recuperar seus pertences que lá haviam ficado e rumam direção ao norte da Alemanha. Cooley permanece um mês em Dresden, onde se fascina pelos museus, galerias e teatros. Por fim, ele passa quatro dias em Berlim, mas não gosta da cidade e, sentindo falta de casa, prefere retornar à Inglaterra para embarcar de volta aos Estados Unidos antes do fim do ano. “A vida americana é muito estimulante: basta vir à Europa para perceber isso; e quando você sai da América, você descobre que você deixou algo para trás que é quase impossível viver sem” (COOLEY *apud* JANDY, 1842, p.25).

Sua viagem de onze meses pela Europa tinha três objetivos: “recuperar sua saúde, ver o quanto fosse possível, e estudar em uma universidade alemã” (JANDY, 1942, p.24). Enquanto os dois primeiros foram plenamente satisfeitos, o último foi voluntariamente abandonado. “Ele retornou, muito melhor de saúde, tendo ganho peso e altura, carregando um tesouro de experiências que engrandeceram sua imaginação” (JANDY, 1942, p.26). De maneira não satisfatoriamente explicada, Cooley parece ter abandonado nas longas caminhadas pelos Alpes seus problemas digestivos e seus recorrentes males causados pela malária.

De volta a Ann Arbor, ele retoma os estudos com maior disposição, porém com a mesma falta de entusiasmo. Se seu relatório escolar pouco dizia sobre o sociólogo que viria a ser ao constar basicamente disciplinas de engenharia mecânica, suas anotações feitas em cadernos e diários mostram algumas das reflexões que ocupavam sua cabeça em 1882:

Uma tendência de imitar grandes homens em pequenas coisas é a marca de uma mentalidade pequena. [...] Uma imaginação forte, ou a habilidade de ter consciência das diferentes iluminações com que um assunto pode ser observado, é um atributo essencial para um bom senso. [...] A unidade da sociedade moderna e sua comunidade de interesses têm a tendência de chamar atenção para a felicidade generalizada como a mais alta das virtudes. (COOLEY *apud* JANDY, 1942, p.17-18)

Ele recebe o diploma de bacharel em 1887, tendo focado seus últimos semestres em disciplinas de engenharia mecânica e, nelas, demonstrando seu talento para manusear instrumentos. Ainda assim, parece ter convicção nenhuma para decidir qual carreira seguir. “Minha ambição bate suas asas e encontra nenhum elemento para sustentar seu voo. Eu não consigo conceber distintamente o que é que me satisfaria. Precisa ser um cálice cheio da mais

elevada vida – seja lá o que isso possa ser” (COOLEY *apud* JANDY, 1842, p.28). Sua penosa indecisão, porém, parece-lhe mero reflexo de sua grandiosidade.

Como um homem encontra o lugar a que pertence na vida? Quanto mais original ele é, menos provável é que descubra seu lugar pronto. Ele não deveria ter esperança de enxergar desde o começo qual modelo sua vida seguirá [...] O poder de trabalhar por fé é o que distingue grandes homens. (COOLEY *apud* JANDY, 1942, p.28)

Daniel Czitrom explica que o desgosto de Cooley pela superficialidade do jornalismo - ele o considerava ser “um fenômeno de imitação e sugestão” para despertar “sensualidade, vaidade e trivialidade” (*apud* CZITROM, 1982, p.99) – fazia-o ter seu desejo de autopromoção refinado: “Eu quero fama e eu quero intensamente, mas eu quero a coisa real, viver nas mentes dos sábios, não por uma voga popular.” (*apud* CZITROM, 1982, p.100)

Seus apontamentos deixam evidente que ele temia o fracasso, temia o anonimato, temia não estar à altura do legado deixado por seu pai, temia que seu comportamento antissocial prejudicasse seu destino de grandeza. Como autojustificativa para sua demora em identificar e agarrar a grande chance de se destacar, escreveu: “a conquista de si mesmo é trabalho suficiente para os primeiros trinta anos da vida de um homem. A conquista do mundo pode vir em seguida” (COOLEY *apud* JANDY, 1942, p.28).

Cooley teria, portanto, mais alguns anos para poder conquistar a si mesmo antes de partir para a conquista do mundo. Assim, retorna para mais um ano de estudos de engenharia na Universidade de Michigan em 1888 e, no verão, trabalha de projetista em Bay City, Michigan. De acordo com o que escreveu em seu diário nesse período, começava a perceber a vocação acadêmica ao afirmar que gostaria que sua ocupação não oferecesse tempo livre suficiente para pensar e escrever. Pensar e escrever sobre o quê? “Existem muitas evidências que ele tinha um demarcado interesse por problemas sociais” (JANDY, 192, p.29).

Conforme o espírito da época, Cooley começou a formar sua própria biblioteca e nela não poderia faltar as obras de Herbert Spencer, que desfrutava de grande popularidade nos Estados Unidos da década de 1880. “Cooley comprava as obras desse filósofo tão logo elas eram publicadas” (JANDY, 1942, p.29). A maneira mecânica do pensamento de Spencer desagradava Cooley, porém o conceito de um processo evolutivo de organização social lhe chamava a atenção.

Ao fim desse ano, 1888, o reitor da Universidade de Michigan, sabendo das pretensões intelectuais de Cooley, aconselha-o a seguir vinculado à universidade. O engenheiro, então, volta para Ann Arbor planejando ingressar na pós-graduação. Ao ficar sabendo dos planos do filho, Thomas Cooley, que à época presidia a *Interstate Commerce Commission* (ICC) em Washington, D.C., escreveu:

Minha opinião é bastante clara e firme, que para o seu próprio bem, você faria melhor vindo para cá imediatamente para ficar seis ou doze meses. Você terá cinco vezes mais coisas valiosas para sua carreira como professor aqui do que em Ann Arbor. Caso pense de outra forma depois que chegar aqui, você pode ir embora a qualquer momento. Você faria um grande erro em não vir. (COOLEY *apud* JANDY, 1942, p.29)

O jovem Charles muito improvavelmente contrariaria ordens tão expressas de seu pai, mas também tampouco pareceu “pensar de outra forma” depois que chegou lá, pois permaneceu dois anos em Washington, primeiramente trabalhando com o pai na ICC e posteriormente no *Census Bureau*. No primeiro instituto, o jovem engenheiro investigou formas de diminuir as taxas de acidentes ferroviários, um setor icônico e particularmente estratégico para a época. No segundo, continuou focado no setor ferroviário no posto de estatístico – função para a qual recebeu treinamento na faculdade.

O juiz Cooley aparentemente acertou ao prever que essa experiência no “mundo real” acrescentaria muito à carreira intelectual do filho, pois são desses anos de trabalho em Washington que Charles Cooley extrai sua primeira contribuição para a comunidade científica. “Seu artigo, *The Social Significance of Street Railways*, foi o resultado de seu trabalho estatístico aqui; e, em 1890, ele teve a oportunidade de lê-lo na reunião da Associação Americana de Economia” (JANDY, 1942, p.30). Essa reunião foi decisiva para consolidar o interesse de Cooley pela sociologia, pois nela estavam Franklin Giddings e Lester Ward.

Giddings também proferiu na reunião e Ward cumprimentou Cooley por seu trabalho, ambos encorajando ainda mais as pretensões sociológicas do estatístico do *Census Bureau*. Quatro anos depois, Giddings seria um dos examinadores da banca de doutorado de Cooley - sendo um modelo de como um intelectual era capaz de conseguir respeitabilidade se concentrando em uma disciplina tão recente quanto a sociologia - e Lester Ward continuaria se correspondendo com Cooley – principalmente sobre as opiniões de Francis Galton sobre hereditariedade e a genialidade.

Também em 1890, Charles Cooley se casa com Elsie Jones, filha de Samuel Jones, médico e primeiro decano da Faculdade de Medicina Homeopática da Universidade de Michigan. “Em seus dias de escola, Elsie Jones era considerada séria, uma estudante incomumente brilhante e excelente em latim e grego. Ela se graduou no Ensino Médio com honras” (JANDY, 1942, p.32). Na faculdade, expressava seu interesse pela literatura e seu talento para a poesia e prosa. Embora claramente dada à leitura, era mais conhecida por ser amigável, simpática, perspicaz e bem humorada.

Ela e um grupo de amigos sem muito interesse pela vida social das fraternidades resolveram criar um grupo chamado Samovar Club para promover encontros literários em torno de uma jarra de chá. Foi nesses encontros que Jones e Cooley se conheceram e começaram o romance. Embora muito mais expansiva que seu marido, Jones também não dava importância para a vida social convencional da cidade. “No verão, navegar pelo Rio Huron e fazer piqueniques em suas margens eram as diversões favoritas para eles e o círculo de seus amigos.” (JANDY, 1942, p.33)

Depois de sua graduação, Jones deu aulas de grego e latim para estudantes do ensino médio em North Wales e Chicago. Depois que casaram, foram morar seis meses em Florença entre os anos de 1891 e 1892, aproveitando o gosto mútuo pela cultura clássica para aprenderem a língua italiana e estudarem sua literatura na língua original. “Esses foram os meses mais felizes de sua longa vida de companheirismo” (JANDY, 1942, p.33). Em 1892, ainda na Itália, Cooley parece finalmente se decidir pela carreira acadêmica e escreve cheio de cautela a Ward:

Estou procurando por um cargo como professor de economia política, estatística ou história e, se eventualmente qualquer coisa dessa natureza aparecer para você, algo para a qual minha experiência e as recomendações que eu possivelmente poderei oferecer sejam suficientes para me fazerem um candidato plausível, eu ficaria com um grande débito se me informasse sobre ela. (COOLEY *apud* JANDY, 1942, p.31)

O pedido, em todo caso, acabou se provando desnecessário, uma vez que logo em seguida ofereceram um cargo de instrutor para um turno de meio período no Departamento de Economia Política da Universidade de Michigan. Nos próximos dois anos, Cooley também terminou *The Theory of Transportation*, estudo inspirado em seus anos de trabalho em Washington que foi aceito em 1894 como tese de doutorado em economia com ênfase em sociologia. As perguntas de sociologia para seu exame foram enviadas de Columbia por Giddings e, Cooley confidenciou anos depois a Robert Angell: “Minhas respostas estão com as questões e eu duvido que alguém as tenha lido em algum momento” (COOLEY *apud* JANDY, 1942, p.32).

A vida de Cooley, então, parece completa: ele se casa em 1890, começa a dar aulas em 1892 e defende o doutorado em 1894. “Eles levaram a vida com simplicidade, calma e dignidade. Suas leituras juntos nas áreas da biografia, viagem, poesia e arte se tornaram um hábito para a vida toda” (JANDY, 1942, p.33). A Sra. Cooley, além disso, era letrada e crítica para servir tanto de inspiração como de revisora dos livros de Cooley. “Até o fim de sua vida, Cooley encontrou nela uma simpática companhia, uma perspicaz conselheira e uma compreensível amiga” (JANDY, 1942, p.33).

Eles tiveram três filhos: Rutger, Margaret Mary Elizabeth, nascidos respectivamente em 1893, 1897 e 1904. Além de pais que ofereceram aos filhos devoção, carinho, tolerância e bom gosto, os Cooley estudaram entusiasmadamente a infância dos três, fazendo extensas anotações daquilo que observavam. A área estava em voga nos Estados Unidos e Cooley conseguiu fazer importantes contribuições em assuntos como psicologia infantil, surgimento do *self* social, desenvolvimento da linguagem e da sociabilidade, tendo seus estudos de caso incorporados e comentados por estudos de outros pesquisadores da época.

A carreira de Cooley não foi meteórica, nem irregular. Ele se via como um tipo exótico no quadro discente da universidade. “Como o filho de um homem eminente e professor de uma estabelecida instituição de aprendizado, eu velejo nas correntes da tradição. Como o expoente não convencional de um novo ramo de conhecimento, eu represento mudança” (COOLEY *apud* JANDY, 1942, p.59). Ele levou para a universidade o que na época era chamada de biologia social, interpelou sobre a teoria da evolução e conseguiu livros da vanguarda da ciência social para a biblioteca.

Para subir de hierarquia e salário, ele precisava constantemente escrever lembretes para os regentes da universidade, algo que considerava penoso e ofensivo, embora sempre atendessem seus requerimentos com suficiente presteza. Em 1899, tornou-se professor assistente; em 1904, professor associado; e, em 1907, professor titular. Cooley também não fazia questão de se envolver com as questões políticas ou as reuniões discentes, mantendo sempre uma presença discreta no *campus*. Ele tampouco simpatizava com os discentes mais engajados em questões internas da instituição; pessoas vigorosas, agressivas e com ideais persistentes levantavam sua desconfiança.

Tratar dessas questões administrativas e políticas era sempre árduo para o sociólogo. “Mesmo um trivial encontro sobre questões institucionais com um funcionário administrativo fazia Cooley voltar plenamente nervoso, agitado e exausto para sua sala” (JANDY, 1942, p.63) .

A vida de um professor universitário está de modo nenhum isenta de conflitos pessoais como as pessoas pressupõem. Você tem de contender com estudantes, com colegas, com superiores, às vezes, com pais. Você repreende e é repreendido. Todos, com a exceção de poucos, são inseguros em seus postos. Cortesia prevalece na superfície, mas essencialmente é uma vida batalhadora como qualquer outra. (COOLEY, 1942, p.62)

Assim como o sociólogo de Ann Arbor sentia-se desconfortável com as questões políticas e administrativas da universidade, também pouco se sentia apto a guiar pesquisas de pós-graduandos. “Ensinar estudantes inteligentes de graduação é, talvez, melhor apropriado para mim do que guiar investigações originais” (COOLEY *apud* JANDY, 1942,

p.66).Evidentemente, essas duas indisposições publicamente conhecidas resultavam em prejuízos – ou, ao menos, em dificuldade de conseguir benefícios – para sua carreira, suas disciplinas, seus alunos e seu departamento.

Lewis Coser (1980, p.402) explica que Cooley era “um pouco distraído e amante dos livros, que raramente se afastava dos limites do seu gabinete para o campus da Universidade de Michigan”. Sem sair a campo, realizar levantamentos, aplicar questionários ou mesmo conhecer os aspectos mais desagradáveis da vida urbana, Cooley era, usando um termo de cunho depreciativo, um *armchair sociologist*, um “sociólogo de gabinete” (COSER, 1980, p.403). Sem preocupações financeiras ou pressões por produtividade do “publicar ou perecer” (*ibid.*), Cooley podia viver refletindo e contemplando vagarosamente os aspectos sociais da humanidade.

A verdade é que “desde que ele tivesse liberdade para ensinar o que quisesse e os estudassem fossem até ele, o resto não importava” (JANDY, 192, p.62). E como ele se tornou uma espécie de instituição na Universidade de Michigan, era uma tradição que ao menos os estudantes mais interessados fizessem um curso com ele, principalmente depois da Primeira Guerra Mundial, quando a procura pela sociologia se tornou mais intensa nas universidades estadunidenses. Por exemplo, no início do ano letivo de 1928, menos de um ano antes de sua morte, Cooley teve 450 matriculados em seu curso inicial (JANDY, 192, p.63).

Arthur Wood, colega de departamento, lembraria que Cooley estava sempre ansioso para encontrar coisas novas e espontâneas em seus alunos. De certa forma, era uma maneira de ter contato com experiências reais e dados empíricos, já que ele mesmo não saía a campo. Por outro lado, se entediava com detalhes meramente históricos ou de erudição sem criatividade. Se costumava a deixar seus estudantes livres até demais de supervisão e direcionamento, sua exigência era ao mesmo tempo um desafio e um elogio a inteligência deles.

Ele era cáustico e severo com suas críticas, especialmente em relação a hábitos descuidados de estilo literário. Se uma pessoa se demonstrasse destituído de apuro ou capacidade para a disciplina, Cooley iria diretamente dizer isso a ela em termos tão curtos e concisos que tinha um efeito quase humilhante. Ou, novamente, se ele pensava que uma pessoa tinha uma vaga ideia sobre algo que merecia atenção, ele mostraria infinita paciência em ajudar esse estudante a colocar seu trabalho em forma. (WOOD, 1930, p.712)

Ex-aluno de Cooley, Edward Jandy (1942, p.65) lembra o seminário de pós-graduação: “Depois de estar no grupo por um tempo, conhecendo esse homem, concluía-se que ele era um intelectual, mas não um entediante; um artista, mas não um expert; um acadêmico instruído, mas não um pedante.” Sem muito esforço para ser afável com alunos

que se perdiam em longas elipses, que afirmavam o óbvio, ou que afloravam seu ceticismo, ele apenas comentava com certo desdém enquanto mexia em sua barba, “bem, talvez seja” ou “assumindo que isso seja verdadeiro, o que você tira disso?”.

Também ex-aluno de Cooley, Walton Hamilton escreveu algumas lembranças do comportamento do professor em sala de aula. “Cooley nunca nos dizia o que fazer, ou como fazer.[...] Mas seja lá o que nós pensássemos ou escrevêssemos, nós os fazíamos diferentemente por conta da sua sutil influência” (*apud* JANDY, 1942, p.66). Suas afirmações eram sempre acompanhadas de “eu acho”, “me parece”, nunca pressupondo que suas especulações fossem revolucionárias, polêmicas ou mesmo importantes. Cooley, explica Hamilton, estava mais ocupado com a tal da “teoria social”, sempre falando sobre suposições, pontos de vista, conceitos e ideias remotas e abstratas.

Cooley era membro de diversos grupos sociais e acadêmicos, mas pouco os frequentava. “Ele tinha poucos amigos entre seus colegas e companheiros cidadãos porque tinha interesses, hábitos e atitudes que ele encontrava em poucos homens” (JANDY, 1942, p.63). E mesmo com seus amigos, com quem gostava de fazer longas caminhadas pelo interior, pela margem do Rio Huron ou pelas matas, ele dificilmente compartilhava seus mais íntimos pensamentos. “Eles são bons companheiros, mas eles não podem me ajudar”, explicaria Cooley (*apud* JANDY, 1942, p.63).

Em 1905, Cooley viaja a Baltimore para participar da criação da Sociedade Americana de Sociologia. Junto com professores de Cornell, Dartmouth, Pennsylvania e Washington, Cooley escreve a constituição da entidade e encontra colegas de profissão como os professores Ward e Giddings. Ele relata o evento em seu diário sem grande entusiasmo ou expectativas, achando que a Sociedade pode até acabar sendo mais um empecilho que ajuda em sua vida. “Organizações nutrem mediocridade. Ainda assim, no longo prazo, ela provavelmente trará oportunidades para uma razoável reflexão cooperativa” (COOLEY *apud* JANDY, 1942, p.60).

Cinco anos depois, em uma reunião da Sociedade em St. Louis, Giddings pede para conversar com Cooley em privado e pergunta se ele aceitaria o cargo de professor titular em Columbia. “Giddings disse que ele tinha olhado pelo país inteiro e considerou que Cooley era o homem que a Universidade queria” (JANDY, 1942, p.60). Após um mês de inquietação, o sociólogo de Ann Arbor decide que Nova York não seria lugar apropriado para ele: “Eu posso ser um homem mais distinto aqui do que se transplantado: Eu me vejo vestido em uma tradição, uma reputação, em associações locais que eu não poderia carregar comigo. Metade

de mim morreria ao me mudar. Aqui estou encarnado” (COOLEY *apud* JANDY, 1942, p.60-61).

Com o tempo, a desconfiança em relação ao valor da Sociedade Americana de Sociologia passou, e Cooley frequentou as reuniões anuais por um quarto de século e presidiu a instituição entre os anos de 1917 e 1918. De certa forma, ele se forçava a participar para provar a si mesmo que era capaz de se sociabilizar quando lhe convinha, sem que, no entanto, a necessidade de apertar muitas mãos e interagir com desconhecidos deixasse de ser algo desagradável e extenuante para ele. Ao voltar para casa depois das reuniões, ele levava dias para se recuperar física e emocionalmente do desgaste pelo qual passara.

De 1918, quando publicou **Social Process**, ao fim da vida, Cooley parece finalmente estar satisfeito com seu trabalho, parece ter abandonando a melancolia e a ansiedade por autoafirmação que sempre o acompanharam. Ele escreve em 1920: “Convém a um homem de minha idade, cujo trabalho essencial está feito, cultivar amabilidade para que não se torne obnóxió, ou mesmo supérfluo. Homens velhos estão aptos a se levar muito seriamente. Deus não precisa muito deles” (COOLEY *apud* JANDY, 1942, p.72). Nos verões, passava a maior parte das férias com a mulher caminhando, nadando, lendo, escrevendo e velejando no Crystal Lake, ao norte de Michigan. As entradas em seu diário demonstram a leveza e alegria em que estava:

Eu estou contente com a vida aqui: contente com o ar, com a comida e com o lago, contente com o trabalho que saiu de minhas mãos, contente com minha família, contente de que eu provavelmente virei aqui todos os verões, contente com meus livros, meus pensamentos, minhas esperanças. (COOLEY *apud* JANDY, 192, p.73)

Depois de **Social Process**, Cooley ainda tinha planos para um bom número de trabalhos que gostaria de desenvolver nas próximas décadas de vida. Mas boa parte deles não foi colocada em prática, pois passara a trabalhar sem pressa, com esmero e preciosidade: além de não mais ter de se provar, Cooley tinha uma reputação consolidada a zelar. Seu último livro publicado foi **Life and the Student** [1927], reunindo materiais selecionados de seus diários, uma espécie de autobiografia intelectual com anotações e introspecções sobre assuntos diversos e aleatórios.

Se alguma coisa foi particularmente dolorosa em seus últimos anos de vida foi a morte de sua filha Margaret por complicações no parto que deu aos Cooley sua primeira neta em 1926. “O falecimento dela foi decididamente um choque a todos os que a conheciam, especialmente para seus pais. Contudo, eles carregaram sua perda com admirável dignidade e estoicismo” (JANDY, 1942, p.76). Em 1928, já com 64 anos, Cooley faz sua última grande

viagem ao passar o verão todo na França com sua esposa e filha caçula. De volta para Ann Arbor, uma das primeiras coisas que escreve em seu último diário é sobre sua boa saúde e humor. Porém, no mês seguinte, outubro de 1928, ele manifesta ter algum problema digestivo.

Nós que frequentávamos um seminário semanal em sua casa percebemos que ele parecia ter perdido muito peso e que sua pele estava ganhando a palidez de icterícia. Ele disse não se sentir propriamente doente, mas disse que “poderia estar melhor”. Era evidente que estava cansado – muito cansado – e que sua mente estava muito distante das questões acadêmicas. (JANDY, 1942, p.77)

O problema foi diagnosticado como câncer em março de 1929, sendo ele internado e submetido a uma cirurgia exploratória. “Cooley estava corajosamente ciente de que o fim era iminente” (JANDY, 1942, p.78). Sua visão filosófica lhe dava garantias de que sua vida era apenas um breve momento da história da humanidade, era um mero elo entre o que herdou e o que deixaria de herança genética e cultural. O que aconteceria, escreveu, seria a dissolução de seu corpo e sua consciência. “Esse é um notável acontecimento, mas [...] de forma nenhuma calamitoso; pois tudo o que mais me importa não deve morrer, mas continuar a viver esperançosamente” (COOLEY, 1942, p.78). Charles Horton Cooley faleceu em oito de maio de 1929.

### 3.2 A obra de Charles Cooley

Charles Horton Cooley não se preocupava com a categorização burocrática do conhecimento, ele foi um sociólogo pioneiro sem grandes inquietações em definir e fundamentar (em relação aos campos de conhecimento) seus pensamentos. “Isso é, ele não se importava quanto ao que ele escrevia ser chamado de sociologia, psicologia social, ética, ou ainda mais amplamente, ciência” (JANDY, 1942, p.81). Essa característica não era exclusiva de Cooley, sendo encontrada também em William James, John Dewey e George Mead. Em Cooley, o resultado são ensaios mais próximos da filosofia do que da ciência social.

Arthur Wood, em obituário no *American Journal of Sociology*, escreve: “Cooley valorizava a sociologia como um meio para interpretar a vida e entender a natureza humana, e ele colocou seus escritos na grande literatura talvez mais do que entre os textos sociológicos” (WOOD, 1930, p.707). Cooley, pela amplitude de sua perspectiva, era capaz de conceber ao mesmo tempo os fenômenos sociais dentro de grandes conjuntos e incluir várias interpretações particulares e artisticamente ilustrativas dessas categorias maiores.

O caráter reformista das opiniões de Cooley também ressoavam as tendências teóricas da época. No entanto, embora intensamente interessado nos problemas sociais, ele nunca fez estudos de campo ou se engajou nas áreas políticas e sociais de forma prática como fez

John Dewey e Edward Ross. Cooley acreditava na democracia e no liberalismo, porém não se envolveu em partidarismo; ele era sociável, mas não tinha jeito para conversas fáticas e reuniões sociais com muitas pessoas. Ele era avesso a qualquer conflito ou confronto, ficando sempre alheio a qualquer instância social em que disputas fossem necessárias, como a política.

“Seu interesse predominante, então, era o campo da teoria – teoria social, para ser mais exato – e teoria social no sentido que transcende as limitações de qualquer disciplina social específica” (JANDY, 1942, p.82). Os trabalhos de Cooley estão mais ao espírito da filosofia que da ciência, embora essa divisão seja de certa maneira arbitrária e, portanto, não mutuamente exclusivas. Além do mais, ao mesmo tempo em que tinha nenhuma disposição para ir metodicamente colher dados científicos, Cooley considerava indigestas a filosofia formal e seus grandes esquemas, ficando em uma espécie de vácuo entre a ciência e a filosofia.

Arthur Wood conta que, ao aparecer na casa do colega de trabalho, era mais fácil encontrá-lo lendo algum romance europeu, ou livro sobre crítica literária, arte, viagens ou biografias do que encontrá-lo lendo um dos últimos volumes da sociologia. Ao fazer uma lista dos nomes que aparecem em *Life and the Student*, Wood encontrou muitos grandes nomes da literatura e quase nenhum da ciência ou da filosofia. “O resultado para ele foi um frescor da mente e solidez da observação que se encontra somente entre os próprios literatos” (WOOD, 1930, p.708).

Robert Gutman aponta que quando *Human Nature and the Social Order* foi lançado, George Vincent publicou uma resenha no *American Journal of Sociology*, escrevendo que “o volume é algo de uma anomalia na literatura sociológica, mas, em todo caso, é bem-vindo justamente por sua não conformidade” (*apud* GUTMAN, 1958, p.251). Ainda de acordo com Gutman, quando comparado aos autores mais influentes do campo na época, como Lester Ward e Franklin Giddings, Cooley era diferente em espírito e intenção. “Quaisquer boas ideias que eles [Ward e Giddings] tivessem, elas estavam escondidas embaixo de uma capa de expressões e conceitos obscuros.” (GUTMAN, 1958, p.251)

Na filosofia, Jandy classifica a teoria social de Cooley como idealista objetivo, assim como muitos de seus contemporâneos nas ciências sociais. Ele explica que, em essência, compreende idealismo como o destaque da subjetividade, ou seja, da consciência cognitiva. Já o idealismo objetivo seria o entendimento da realidade, ou natureza, como um conjunto integrado ao qual o homem pertence, do qual o homem é parte integral. No campo científico,

principalmente o social, os vilões a serem combatidos pelo idealismo objetivo eram a especialização, a fragmentação e o isolamento das pesquisas.

“Essa tendência orgânica que agora nós podemos ver em perspectiva histórica era simplesmente uma revolta crescente da última metade do século dezenove contra a abordagem nominalista ou atomista da realidade que era comum anteriormente” (JANDY, 1942, p.83). Na filosofia, os idealistas agrupam nomes como Berkeley, Kant, Fichte e Hegel; na literatura, há Coleridge, Wordsworth, Carlyle, Ruskin, Emerson e Thoreau. Na sociologia, Jandy (1942, p.84) identifica a influência fundamental de dois pensadores na obra de Cooley, Albert Schaeffle e Herbert Spencer, e descarta que Cooley tivesse conhecimento ou dado relevância a Comte ou von Lilienfeld.

Lewis Coser reafirma que a pedra fundamental na sociologia de Cooley seja a relação orgânica entre indivíduo e sociedade. A inseparabilidade do “eu” e do “outro”, a reflexividade do ego (*self*) e o papel da interação social na formação e desenvolvimento da natureza humana são para Coser as principais contribuições do teórico estadunidense. Por sua vez, esses pontos de vista fizeram com que Cooley percebesse o profundo impacto que alguns grupos sociais mais íntimos tinham na formação dos indivíduos, cunhando o conceito de “grupos primários”, “os canteiros de onde emergem a cooperação e a camaradagem humanas” (COSER, 1980, p.406).

Se ele tivesse escrito apenas os dois capítulos cruciais sobre “o ego especular” e “o grupo primário”, o nome de Cooley ainda assim se destacaria em qualquer exposição histórica do início da Sociologia americana. Mas, como sua contribuição foi muito maior, ele pode ser, sem dúvida, considerado um mestre moderno.” (COSER, 1980, p.406)

Embora Cooley não compartilhasse da visão spenceriana de natureza social e deplorasse a falta de cultura literária e histórica de Spencer, Cooley admirava sua infatigável defesa e propagação da disciplina sociológica. “Eu imagino que praticamente todos de nós que assumimos a sociologia entre, digamos, 1870 e 1890, o fez sob instigação de Spencer” (COOLEY *apud* JANDY, 1942, p.85). Cooley enxergou a sociedade como um organismo em um sentido mais profundo que Spencer e “existe pouca razão para duvidar que sua ‘ádua leitura’ de Schaeffle o tenha ajudado a chegar a essa conclusão” (JANDY, 1942, p.86).

Cooley teria encontrado a visão orgânica do idealismo nas obras de Goethe, Emerson, Thoreau e, implicitamente, Darwin. Jandy entende que Cooley tinha uma necessidade urgente de unificar tudo em um princípio básico que fosse atemporal e universal. “Que esse hábito orgânico de pensamento tenha frequentemente dado a suas visões um matiz hegeliano e metafísico [...] não perturbava minimamente Cooley. Ele poderia ter respondido que era

menos prejudicial que uma distorção particularista” (JANDY, 1942, p.87). O organicismo era um antídoto para qualquer tentativa de enxergar a sociedade de forma fragmentada, e isso era o que Cooley mais abominava.

O que não vem por hereditariedade, vem por comunicação e relacionamento; e quanto mais próximos olhamos, mais aparente fica que a separação é uma ilusão do olho e a comunidade é a verdade interior. ‘Organismo social’, usando o termo em nenhum sentido abstruso além de se referir meramente a uma unidade na vida humana, é um fato tão óbvio para o senso comum esclarecido quanto a individualidade. (COOLEY, 1909, p.09)

Do ponto de vista epistemológico, Jandy classifica prontamente a obra de Cooley como funcionalista social por seu acento nas relações dinâmicas, interativas e interdependentes entre os indivíduos e a sociedade. Jandy se restringe a considerar Cooley um behaviorista social como Dewey ou Mead basicamente por sua metodologia simpática e introspectiva, enquanto o behaviorismo social implicaria em maior inclinação para abordagens objetivas e qualitativas de pesquisa.

No artigo *About Genius, Fame and the Comparison of Races* [1897] publicado por Cooley nos *Anais da Academia Americana de Ciência Política e Social*, há uma refutação ao particularismo dogmático do conceito de hereditariedade de Francis Galton. Para defender que não há como hierarquizar raças geneticamente pela quantidade de gênios famosos que ela produz, Jandy (1942, p.94) acha que Cooley está introduzindo o tema que será o problema central em seu primeiro livro de Cooley, *Human Nature and the Social Order* [1902]: como a sociedade faz o indivíduo e como o indivíduo faz a sociedade.

A questão, avalia Jandy (1942, p.94), vinha oportunamente para a sociologia, pois “esse dualismo filosófico entre ‘o único’ e ‘os muitos’ deixava muito a desejar”. Já em 1942, Jandy comenta que a questão não mais rendia discussão, uma vez que a ideia de que a sociedade e seus indivíduos são mutuamente interdependentes se tornara generalizada e Cooley “usualmente recebe créditos pela aplicação mais lúcida e consistente sobre a teoria orgânica no estudo da natureza humana, personalidade e organização social” (JANDY, 1942, p.96).

E se Cooley queria compreender a realidade social, ele acreditava que precisava de uma abordagem genética, “isso é, questionar a origem e o crescimento das ideias e sentimentos de si mesmo” (JANDY, 1942, p.98). Cooley estudou cuidadosamente Baldwin e James, tanto quanto psicólogos infantis como Perez e Stanly Hall. “Além do mais, acompanhando a tendência de seu tempo, ele manteve cuidadosos registros de suas próprias observações e reflexões sobre suas crianças” (JANDY, 1942, p.98). Entre as duas últimas

décadas do século XIX e a primeira parte do século XX, houve um pronunciado interesse científico pelos estudos infantis.

“É de grande significado que, embora Cooley tenha estudado os trabalhos de homens como Bagehot, Tarde e, mais especificamente, Baldwin, ele não ficou muito impressionado pelo uso deles do conceito de imitação” (JANDY, 1942, p.99). Jandy chama a atenção para esse detalhe porque, ao observar suas próprias crianças, Cooley não confirmou esse conceito então generalizadamente aceito. “Uma nova imitação não é de forma alguma mecânica, mas uma exaustiva e voluntária atividade, acompanhada por esforço e seguida por prazer no sucesso” (COOLEY *apud* JANDY, 1942, p.101). Para uma criança “imitar” uma nova palavra, a dificuldade pode ser tão grande quanto para um adulto “imitar” uma peça difícil de piano.

O filósofo idealista e o sociólogo funcionalista em Cooley tornaram natural que ele buscasse a gênese da realidade social nas ideias que os indivíduos têm uns dos outros (*personalideas*). E, na opinião do comentarista, em nenhum outro assunto Cooley foi tão cuidadoso e metucioso quanto nesse. Ao observar em seus filhos o impulso para se comunicar, o diálogo consigo mesmo e a conversa com amigos imaginários, a resposta que Cooley encontra é que pensamento e interação são aspectos distintos de uma mesma coisa: “a vida da mente é essencialmente uma vida de relacionamento” (COOLEY, 1922, p.97).

Em momento nenhum, as anotações de Cooley mostraram que as capacidades sociais das crianças fossem inatas. Mesmo as interpretações de feições ou gestos como um sorriso eram gradualmente assimiladas ao longo da primeira infância, formando um sistema de pensamentos, símbolos, sentimentos e ideias cada vez mais complexo e ramificado. O resultado é que toda a personalidade humana advém e depende da comunicação para continuar a existir, pois estão todos interligados entre si e entre as experiências empíricas. “Com isso em mente, nós chegamos ao cerne da concepção de realidade social de Cooley” (JANDY, 1942, p.105).

A tese de doutorado *The Theory of Transportation* [1894] é para Daniel Czitrom (1982) um prelúdio do que Cooley escreveria futuramente. Nela, Cooley demonstra claramente a influência dos sociólogos organicistas e que, assim como Schaeffle, ele começava a explorar os fatores psíquicos da comunicação e do transporte. “Comunicação foi assim minha primeira conquista real, e a tese, uma provisão da visão orgânica da sociedade com a qual eu venho trabalhando desde então” (COOLEY *apud* JANDY, 1942, p.89). Na avaliação de Jandy, a tese seria agora [1942] considerada um estudo da ecologia humana.

Existem, para Daniel Czitrom, três principais temas dentro da sociologia de Cooley, “a unidade orgânica do indivíduo e da sociedade; a sociedade como um fenômeno mental; e a doutrina dos ‘grupos primários’” (1982, p.93), e, embora nenhum deles trate diretamente sobre comunicação, todos contribuíram para construir sua fé nos benefícios que a comunicação moderna traria. Cooley pensava que a comunicação era a chave para organizar o futuro de toda a história humana e que, conforme relata o comentador, isso lhe dava a certeza de que o progresso moral era inerente ao passado e inevitável ao futuro.

“Cooley afirmou que, particularmente nos últimos cinquenta anos, a sociedade haviamovido significativamente em direção a um conjunto cooperativo por meio da extensão do conhecimento e da empatia, sendo esse processo coincidente com os últimos avanços da comunicação” (CZITROM, 1982, p.97). A interpretação de Czitrom é a de que Cooley confiava nos meios de comunicação para estimular a competição de ideias, influências e formas de saber-fazer pelas quais os processos sociais se aperfeiçoariam em velocidade crescente.

#### *O desenvolvimento do self e da personalidade*

Na área da psicologia social, Jandy considera William James, James Baldwin, Charles Cooley e George Mead “uma constelação de excepcionais contribuintes” (1942, p.107) da teoria do desenvolvimento da personalidade humana, tendo entre si trocas de influência, diferenças e semelhanças. “Cooley candidamente reconhece seu débito com James Mark Baldwin e com William James, embora ele coloque James primeiramente em suas obrigações” (JANDY, 1942, p.107). Deles, Cooley absorveu a ideia de que os indivíduos não são mutuamente exclusivos, mas compostos de diversos elementos comuns que os agrega irremediavelmente.

O estilo conciso e claro de James, juntamente com a maior naturalidade de seu atomismo quando comparado com as escolas inglesas, atraíram a atenção e a simpatia de Cooley. Já Baldwin teria fornecido a Cooley uma percepção da natureza do processo de desenvolvimento do eu (*self*). Se Jandy acha que Baldwin certamente superou o trabalho de James quanto à gênese social, ele também afirma que Cooley teve maior aceitação entre os psicólogos sociais que Baldwin. “O sistema desseúltimoera excessivamente formal, lógico e racional” (JANDY, 1942, p.112).

Em *Tendências Americanas*, Lewis Coser (1980) separa Charles Cooley e George Mead como expoentes da psicologia pragmática na sociologia estadunidense. Embora ambos também fizessem parte do movimento reformista democrático, Coser considera que “as

preocupações morais e políticas foram menos importantes na obra deles [...], não é tão destacada, na superfície, como a de homens como Ward e Ross” (COSER, 1980, p.402). Assim, o que se sobressai na obra de Cooley e Mead para Coser são “suas contribuições substanciais para a Psicologia Social Pragmática” (1980, p.402).

O que Coser chama de Psicologia Social Pragmática é a defesa da superação do dualismo cartesiano entre o sujeito pensante e o mundo que o cerca. “Do nosso ponto de vista, essa racionalização [*cogito, ergo sum* de Descartes] é insatisfatória em dois pontos essenciais” (COOLEY, 1922, p.06). Primeiro, Cooley refuta a pressuposição de que todas as consciências são autoconscientes, pois a percepção de si mesmo seria algo que pertence a um estágio avançado de consciência; segundo, ele considera ser um ponto de vista individualista dar preferência ao “eu” em lugar do “nós”, excluindo a sociedade e a hereditariedade, ambos igualmente originais para a existência.

A Psicologia Social Pragmática, então, propõe uma alternativa: “em lugar disso, eles consideram o agentes humanos como envolvidos por uma rede de interações. Os atores humanos surgem de raízes biológicas, mas são formados através das experiências sociais” (COSER, 1980, p.402). O comportamento, personalidade, cultura de um indivíduo, portanto, precisam ser analisadas de acordo com seu contexto socioambiental; ou seja, a constituição dos humanos reside em processos de interação comunicativa com as matrizes sociais significativas para eles.

A posição de Cooley é a de que “nós não somos primeiro individuais e depois sociais” (SCHUBERT, 2006, p.52), o “eu” usualmente carrega o “outro” como referência; pensá-lo desconectado com a sociedade seria um absurdo. “Assim como outros teóricos, tanto na filosofia como na psicologia, Cooley rejeitou a noção de que o “eu” tinha referência somente ao corpo” (JANDY, 1942, p.113). À importância do outro na constituição do eu acrescenta-se a questão da incorporação daquilo que o indivíduo imagina ser sua imagem para os outros: trata-se da clássica contribuição de Cooley, o “eu refletido”<sup>2</sup>.

Jandy sintetiza a compreensão da natureza da realidade social da obra de Cooley e aqui a traduzimos em extensa citação por sua precisão e concisão:

A sociedade e o indivíduo são dois aspectos de uma mesma realidade básica. O aspecto imediato dessa realidade são as ideias que temos das pessoas; a sociedade tem seu *locus* nas mentes dos indivíduos. É aqui que as pessoas se encontram; é somente aqui que elas afetam umas às outras. Para estudar as pessoas e a sociedade, então, nós devemos estudá-las na imaginação, pois as imaginações que temos uns dos outros são “os fatos sólidos da sociedade” e estudá-las é tarefa da sociologia. A sociedade, portanto, é algo inteiramente mental. (JANDY, 1942, p.117)

<sup>2</sup> Essa dissertação toma a liberdade de traduzir “*looking-glass self*” como “eu refletido”.

*A gênese social da mente*

Edward Jandy identifica entre as teorias da mente três principais correntes de sua época: uma empirista, marcada pelo pensamento de David Hume, para quem a mente é a soma das experiências do indivíduo; outra idealista, destacada por Immanuel Kant e Georg Hegel, para os quais existe um princípio universal e transcendente nos indivíduos que organiza as experiências humanas em conjuntos significativos; e uma terceira corrente comportamental, de John Watson, que enxerga a atividade mental como um reflexo neuromuscular aos estímulos externos.

“O leitor pode facilmente avaliar a qual dessas visões Cooley estaria mais próximo ou inclinado a aceitar. ‘A mente é social, a sociedade é mental’ tem um matiz orgânico que reflete as visões idealistas de Kant e Hegel” (JANDY, 1942, p.127). Jandy acha que os trabalhos de sociólogos como Émile Durkheim, James Baldwin, William Thomas, John Dewey, George Mead e Charles Cooley superaram a ideia de mentalidade atomística que Cooley chamava de “psicologia ordinária” (*apud* JANDY, 1942, p.128) ao darem ênfase aos processos interativos a partir dos quais a mente se desenvolve.

O conhecimento social, explica Arthur Wood (1930, p.708), deveria para seu colega ser construído a partir da observação e da anotação das interações sociais sob o ponto de vista psicológico. Em outras palavras, reformula o comentarista, Cooley defendia que a ciência social deveria ser um estudo sobre como o comportamento individual – atitudes, crenças, sentimentos, hábitos - derivado dos padrões comportamentais do grupo em que está inserido. Por isso, Wood considera que “a mente é social; a sociedade é mental” ser provavelmente a proposição mais fundamental na obra de Cooley.

“É interessante notar que Cooley não tratou do problema da mente em qualquer extensão; ou sequer ele a tratou como um problema específico em qualquer parte de *Human Nature and the Social Order*” (JANDY, 1942, p.128). Mas, evidentemente, Jandy diz ser possível deduzir quais são as opiniões de Cooley sobre o assunto em passagens como a em que afirma que a mente de um indivíduo é um microcosmo da sociedade a que ele pertence. É por isso que a relação entre pensamento e comunicação é tão importante na obra de Cooley:

Se seus contatos são limitados, seu alcance de comunicação pequeno, ele [um indivíduo] tem poucos símbolos ao seu comando; assim, seu microcosmo mental irá necessariamente refletir essas limitações. Entender o processo de comunicação é entender como a vida introspectiva da humanidade (ou seja, o pensamento) reflete o mundo exterior. (JANDY, 1942, p.129)

É dessa compreensão sobre a mentalidade que Cooley retira a afirmação de que os indivíduos respondem unicamente à internalização imaginária que fazem particularmente

sobreos elementos sociais – outros indivíduos, grupos, instituições. Por isso, “o alcance de sua simpatia é não apenas uma medida de sua personalidade, mas, na verdade, um reflexo do segmento da ordem social em que ele vive” (JANDY, 1942, p.13). Sem comunicação, escreveu Cooley, a mente humana não se desenvolve plenamente, acaba em uma lacuna abnormal entre uma natureza propriamente humana e uma bruta e primitiva.

O comentarista, a partir desse ponto, inicia uma contundente e extensa crítica ao holismo de Cooley: “Talvez a característica mais notável de toda a obra de Cooley é a quase total ausência de pontos de vista desarmônicos com os dele próprio.” (JANDY, 1942, p.131) Jandy explica que isso é compreensível diante da exaustão em que conflitos e divergências de qualquer sorte deixavam Cooley, e que ele estava tão comprometido com a visão orgânica da realidade que se tornou uma espécie de sua marca registrada, um particularismo constitutivo de seus pensamentos.

Fosse uma questão sobre o indivíduo ou a sociedade, o eu ou o outro, a mente ou a comunicação, ele assinalava para “o todo” e se supunha que havia algo de definitivo em mãos. “Havia algo quase mágico em seu hábito de apontar a varinha da visão orgânica para todo e qualquer problema. [...] É muito parecido com a fé mística em números – quatros ou cinco, seis ou setes” (JANDY, 1942, p.131). É provável que poucos neguem a existência de um “todo” e de alguma conexão entre todos os elementos da realidade. Ainda assim, dizer que existem é muito diferente de especificar o grau, a natureza e a relevância dessas conexões.

“Essa é a dificuldade peculiar com qualquer ponto de vista idealista: qualquer fala sobre ‘totalidades’ deve inevitavelmente levar à pergunta sobre qual é ‘O Todo’ que inclui todas as ‘totalidades’?” (JANDY, 1942, p.132). Jandy se incomoda com o que constitui um “todo”? Cooley em momento nenhum parece se importar em responder a esse tipo de questionamento. Não poderia um economista se preocupar com o preço do leite em Detroit sem ter de se referir ao preço da alfafa em Montana? “Ele pode achar que tem pouca relação com o ‘todo maior’” (JANDY, 1942, p.133).

Na ciência social, nós encararemos perpetuamente esse problema; devemos nos contentar com aproximações. [...] Se alguém precisa ver “o todo”, isso é, todos os fatos, antes de fazer uma avaliação ou tomar uma ação em um problema, é provável que ele irá esperar até o apocalipse. (JANDY, 1942, p.133)

Recorrendo a uma sugestão feita pelo filósofo Alfred Ewing, Jandy explica que pouco se acrescenta em afirmar existirem conexões entre tudo nesse mundo e que é necessário tomar cuidado para não pular diretamente dessa afirmação para a noção de que tudo está intimamente e diretamente relacionado. “É a tarefa da ciência saber e tornar claro quais relações são fracas, superficiais ou desimportantes” (JANDY, 1942, p.134). O comentarista

ressalva que Cooley dificilmente negaria que as conexões são inconstantes e relativas, porém, “ele poderia ter insistido que elas são fases de uma totalidade mais ampla” (JANDY, 1942, p.134).

A questão, conclui Jandy, é que Cooley buscava compulsivamente encontrar totalidades em todos os processos sociais. “Existem inúmeras expressões em seus diários que indicam que a paixão de Cooley por ‘totalidades’ e ‘O Todo’ eram de uma natureza do êxtase religioso” (JANDY, 1942, p.134). Citando novamente Roy Sellars, o texto aponta que o idealismo objetivo leva à perspectiva monística, em que tudo é engolido pela grande totalidade e que qualquer coisa finita passa a ser considerada ilusória ou irreal.

O idealista objetivo tem a sua frente, então, o padrão de um sistema de significados atemporal e completo. Qualquer coisa menor que isso é uma mistura de verdade e falsidade. Infelizmente, é nessa região mais baixa que nós humanos habitamos. Nossa verdade é mais ou menos falsa. Porém, claro, existem gradações mesmo aqui. (SELLARS *apud* JANDY, 1942, p.135)

Nesse sentido, Jandy acha que Mead superou Cooley, pois a aplicação do método científico não interessava ao professor de Michigan. Ele argumenta que Mead teria escapado mais uma vez da subjetividade e do idealismo que limitam os conceitos de Cooley com a proposta de observação empírica comportamental. “Não é para ser entendido que esse tipo de behaviorismo social contradiz a visão orgânica do fenômeno do comportamento humano” (JANDY, 1942, p.138). Se o caminho de Cooley era introspectivo, o de Mead era psicológico, mas ambos enxergavam a sociedade como um conjunto mental, psíquico.

Jandy justifica o empenho e a extensão em recapitular e avaliar as críticas de Mead à Cooley pela convicção e relevância que elas apresentam. Além disso, “poucas pessoas, mesmo na sociologia, apreciaram mais do que Mead as contribuições que Cooley fez ao campo” (JANDY, 1942, p.139). Em último caso, como um troféu de consolação, Jandy comemora que Cooley pode ter sido o último neo-hegeliano de força da sociologia, pois na época em que escrevia, os pesquisadores da psicologia social eram massivamente adeptos do behaviorismo.

#### *As várias fases do self*

De todas as áreas para as quais Cooley contribuiu, Jandy acha que ele foi mais profundo e lúcido na abordagem da personalidade e fases do *self*, uma vez que conseguiu fugir do esoterismo e misticismo em que autores desse assunto costumam incorrer. O crítico acha que o desenvolvimento desse tema foi uma consequência natural da introspecção de Cooley. “O processo de desenvolvimento de seu próprio *self* era um rico material para ele

fazer introspecções, para ele analisar e avaliar criticamente” (JANDY, 1942, p.139). Afinal, para Cooley, pouco importava se aquilo que escrevia era ciência, autobiografia ou filosofia; ele escrevia sobre o que percebia em si e acreditava que aquilo que se aplicava a ele também se aplicava aos outros.

Naturalmente, Cooley indica que o *self* era reflexo do contexto social – principalmente do círculo mais íntimo – em que o sujeito se encontra. Características como vaidade, egoísmo, insegurança diferenciam um *self* “doente” de um *self* “saudável” que, por sua vez, deve ser marcado pela variabilidade, empatia, liberdade. Se Baldwin e James atacavam a questão pelo aspecto afetivo, Cooley considerou alguns pontos cognitivos, Mead foi distintamente cognitivista e Sigmund Freud conativo. “Tão cedo quanto 1902, Cooley trouxe algumas visões sobre personalidade cuja estrutura e traços carregam uma impressionante semelhança para algumas visões de Adler, Jung e até mesmo Horney” (JANDY, 1942, p.152).

Aliás, Jandy demonstra particular espanto com as proximidades que encontra no trabalho de Cooley com o de psicanalistas contemporâneos e posteriores. Analisando a lista de leituras que Cooley matinha nas contracapas de seus diários, Jandy nota que Cooley tomou conhecimento – e pouco pareceu se interessar - de *A interpretação de sonhos* de Freud, *Mecanismos dos fundamentos do caráter* de William White e *Fundamentos da personalidade* de Abraham Meyerson. Jandy faz questão de destacar que Cooley provavelmente teria muitos pontos em comum com Freud, mas “está claro que aqui não houve qualquer infiltração de qualquer psicanalista nas obras de Cooley” (JANDY, 1942, p.147).

Estendendo-se por trinta páginas em diversos paralelos entre os conceitos dos psicanalistas e Cooley, Jandy aborda questões como neuroses, introversão/extroversão, endógeno/exógeno, ID, Ego, superego, mecanismo de escape, atitude, complexo de Édipo, complexos de superioridade/inferioridade, desenvolvimento sexual etc. Não sendo a psicologia interesse desse trabalho, bastará aqui colocar que Jandy enxerga muito de Cooley nos estudos psicológicos e que ele tira por conclusão que é possível abordar os problemas do *self* sem cair em determinismo biológico dos instintos ou cair no misticismo metafísico.

De Cooley, importa a visão ecológica que apresenta das degenerações morais como a criminalidade endêmica, antecipando os estudos de campo que seriam conduzidos principalmente por Robert Park na Universidade de Chicago. “O errado não brota da vontade individual, ele reflete o que a história e o grupo transmitem ao indivíduo. Essa visão não diminui o fator da responsabilidade, apenas muda seu caráter, o torna mais orgânico” (JANDY, 1942, p.162). A tendência desse tipo de estudo é difundir a responsabilidade dos

problemas sociais de zonas urbanas depreciadas para aqueles que possuem recursos, conhecimento e poder para melhorar a sociedade.

Quando nós achamos que algumas certas condições, como a residência em partes superlotadas de uma cidade, estão acompanhadas pelo surgimento de uma grande porcentagem de criminalidade entre uma população que apresenta nenhum razão para pressupô-la naturalmente deficiente, nós estamos justificados ao dizer que as causas dessa degeneração são sociais em vez de hereditárias [...] se nós queremos diminuir esse tipo de degeneração, nós precisamos trabalhar nas condições sociais. (COOLEY, 1922, p.409)

No desenvolvimento da consciência, Cooley parece ser mais perspicaz do que a tradição psicanalítica, pois essa enfatiza em excesso o papel restritivo da família. “A visão de Cooley faz mais justiça aos fatos quando mostra que grupos, como os de brincadeira, igreja e outros grupos da vizinhança tem um papel tão significativo quanto o da família” (JANDY, 1942, p.166). Além disso, os psicanalistas parecem ter uma opinião intransigente quanto a formação da personalidade ocorrer exclusivamente durante a infância, enquanto Cooley reconhece a continuidade da formação da consciência independente da idade do indivíduo.

Cooley faz notar que os valores éticos são critérios sociais, pois “consciência é sempre uma consciência de grupo, independente da formação do grupo, de forma que nosso sentimento moral sempre reflete nosso tempo, nosso país e nosso campo particular de imaginação pessoal” (COOLEY, 19022, p.391-392). Bem como “qualquer estudo científico sobre o assunto deve consistir essencialmente numa investigação das condições e relação do correto – o quando, onde e porquê daquilo que as pessoas pensam ser certo”, porque “a ciência social ou moral nunca poderá ser uma fonte ou um teste final de moralidade” (COOLEY, 1922, p.366).

Dessa forma, quando Mead – ou qualquer outro crítico -acusa que os capítulos finais de *Human Nature and the Social Order*, que tratam do assunto, são “um admirável tratado ético, porém muito restrito à própria cultura provinciana e sem qualquer valor científico” (*apud* JANDY, 1942, p.168), ele está apenas repetindo o que Cooley já disse sobre sua própria compreensão moral.

### *Grupos primários e os ideais*

Ao que tudo indica, a sociologia sempre terá de lidar com a dicotomia entre a abordagem a partir do indivíduo ou a partir do coletivo, ou seja, é o indivíduo que faz a sociedade ou a sociedade que faz o indivíduo? “Cooley, claro, percebeu desde cedo que o tecido integral da organização social era unificada através de um processo de interação cujo mecanismo é a comunicação” (JANDY, 1942, p.171). Cooley, então, propunha uma

abordagem sociológica que partisse da interação, do que há de orgânico entre essas duas instâncias de uma mesma totalidade.

Em *Human Nature and the Social Order*, Cooley se debruçou sobre o indivíduo para que em seus trabalhos seguintes, *Social Organization* e *Social Process*, pudesse abordar a questão dos grupos e da sociedade. A sociologia de Cooley, portanto, é uma sociologia de grupos, explica Jandy.

Cooley não foi, isso é certo, o primeiro sociólogo a usar o conceito de grupo como uma abordagem para a organização social. Juntamente com Sumner, Giddings, Small e Ross, Cooley era um dos líderes que deram esse conceito um lugar importante no pensamento sociológico. Não é exagero também dizer que o conceito de grupos primários elaborado por Cooley é, agora, considerado básico para qualquer classificação de grupos. (JANDY, 1942, p.172)

Jandy acredita que o conceito de “grupo” não chegou a se desenvolver na história da sociologia tanto quanto alguns termos fundamentais para o campo, como exemplos: “estrutura”, “função”, “processo”, “sociedade”. Por isso, em todo caso, fica ainda mais fácil traçar a herança intelectual deixada por Cooley ao cunhar o conceito de grupos primários. Por grupos primários, o autor estadunidense designa basicamente aquelas associações íntimas face-a-face. “Elas são primárias em diversos sentidos, porém principalmente no em que elas são fundamentais para a formação da natureza social e dos ideais de um indivíduo” (COOLEY, 1909, p.23).

Os grupos primários são como berçários da formação e desenvolvimento da natureza humana nos indivíduos; essa, por sua vez, é aquilo que distingue as pessoas dos animais mais “baixos”, é aquilo que é compartilhado por toda a espécie humana e que a distingue como tal. Além disso, ou, relacionado a isso, os grupos primários também são fontes dos ideais de indivíduo: “lealdade, verdade, serviço ao próximo, bondade, legalidade e liberdade” (JANDY, 1942, p.175). São todas coisas que o indivíduo absorve espontânea e organicamente de seu meio social.

Daniel Czitrom mostra que o conceito de grupos primários está ligado às “utópicas perspectivas futuras” (1982, p.98) encontradas nos dois últimos livros, pois há uma ingenuidade na caracterização universal e cooperativista dada por Cooley às instâncias sociais comunitárias. É por isso que o autor deduz que Cooley, um “clássico progressista interiorano” (CZITROM, 1982, p.99), enxerga no maravilhoso avanço das máquinas comunicativas os elementos necessários para projetar seu *milieu* ideal em toda a nação. “Ele vislumbrava uma sociedade em que o indivíduo é autoconsciente e devotado a seu trabalho, ainda, esse indivíduo se percebe e percebe seu trabalho como parte de um conjunto mais amplo e jubiloso” (CZITROM, 1982, p.99).

Embora alguns comentaristas achem que o autor de *Human Nature and the Social Order* dê demasiada atenção aos valores comunitários e provincianos, há que se notar que ele estava igualmente consciente de que os grupos primários também poderiam nutrir ideais insalubres (COOLEY, 1922, p.49). Cooley percebeu, afirma Jandy, que as décadas que se seguiram à publicação de seus livros foram cada vez mais repressoras dos grupos primários, tornando as relações cada vez mais impessoais, extinguindo as comunidades, desmoralizando a instituição familiar, formalizando a igreja, comercializando o lazer, dispersando os interesses em nichos, enfim, tornando a vida mais urbana, comercial, massiva e anônima.

Algumas outras questões menores foram levantadas acerca dos grupos primários de Cooley ao longo dos anos. Há, por exemplo, o costume de se atribuir o conceito de “grupos secundários” a Cooley, mas, avisa Jandy (1942, p.178), “em nenhum lugar ele fez essa sugestão por escrito”. Que pareça consequência natural a existência de grupos secundários quando da criação dos grupos primários, certamente não há dúvidas e dificilmente Cooley veria problema nisso, afirma o comentarista recorrendo a lembranças dos seminários de pós-graduação com seu antigo professor. Mas quanto ao que viria a caracterizar um grupo secundário, nada se pode atribuir a Cooley.

Ellsworth Faris, como outro exemplo, distingue as características que são “essência” e as que são “acidentes”. Uma família que more na mesma casa e se veja face-a-face diariamente pode não necessariamente ser um grupo primário, portanto, essas são características acidentais – indiciários, mas não necessários - de um grupo primário. Por outro lado, amigos ou amantes que se correspondam frequentemente, mesmo não compartilhando o tempo e espaço, podem constituir um forte sentimento de unidade e ser um grupo primário. “A essência dos grupos primários tem a ver com fatores mais subjetivos como as ideias, imagens e sentimentos” (JANDY, 1942, p.178).

Por fim, Floyd House questiona a originalidade do conceito de grupos primários, apontando que em 1909 – mesmo ano em que Cooley publicou *Social Organization* -, Helen Bosanquet publicou *The Family*, um livro que trata a família como uma “unidade social constituída por personalidades inter-relacionadas” (HOUSE *apud* JANDY, 1942, p.179). Jandy teve a oportunidade de levantar essa questão pessoalmente para Cooley em um seminário, o professor teria explicado que nunca mencionou Bosanquet pelo simples fato de que nunca tinha ouvido falar nela ou no trabalho dela.

House também aponta outra sugestível coincidência: em *Study of Society*, de 1894, Albion Small e George Vincent apresentam um capítulo intitulado “O grupo social primário”. Jandy analisou o exemplar pessoal de *Study of Society* de seu professor e afirma que “é

evidente que Cooley pegou numerosas sugestões dele, como sobre a teoria do desenvolvimento do *self*, transporte, comunicação e alguns outros itens” (JANDY, 1942, p.180). Mas também é verdade que Cooley recebeu influência de muitos outros sociólogos contemporâneos sem que isso seja razão para se falar em plágio.

Edward Jandy acha possível que Cooley tenha se inspirado em Small e Vincent para nomear os grupos primários, porém, com a exceção dos nomes parecidos, há apenas um ou outro detalhe que correlaciona o conceito de um com o conceito dos outros. “Nomes são uma coisa; significados aceitos generalizadamente para eles são outra. Cooley deu ao conceito um conteúdo significativo; isso é o que importa (JANDY, 1942, p.181). Como afirma Jandy, poucos negariam em 1942 que o conceito generalizado de grupos primários está baseado no conceito proposto por Cooley.

### *Opinião pública e democracia*

“Nessa primeira década do século em que Cooley escreveu e até a Guerra Mundial, a América era como um adolescente descuidado que ainda não tinha largado os hábitos e atitudes desse emocional e turbulento período da vida...” (JANDY, 1942, p.181-182) A cultura estadunidense abraçava com exaltação e confiança os frescos ares renovadores da democracia, continua metafórico Edward Jandy. O contexto social de Cooley era animado e saturado com o vigor, a pujança e o oportunismo o processo democrático demonstrava.

“Assim, Cooley podia escrever alegremente e confiante da democracia no fim da primeira década desse século” (JANDY, 1942, p.182). Ele não estava sozinho quando observava historicamente uma clara tendência de democratização desde as Guerras Napoleônicas. “Eles viam na evolução ética e cultural da humanidade um constante progresso nas formas políticas dos estágios mais baixos para os mais altos...” (JANDY, 1942, p.182) Não só o governo se tornava mais democrático, também as instituições, as corporações e a sociedade como um todo se embebia desse valor organizacional.

James Bryce e Alexis de Tocqueville foram as duas fontes em que Cooley impregnou-se do entusiasmo pela democratização do mundo e da percepção de que as sociedades ocidentais se governavam cada vez mais pela opinião pública. Acontecia a ampliação da consciência, “ou seja, como uma consequência do desenvolvimento de novas formas de transporte e comunicação, a consciência humana foi capaz de participar de um escopo mais amplo de eventos” (JANDY, 1942, p.181). A “Democracia” para Cooley era isso: um amplo e organizado governo da opinião pública.

Junto com Dicey, Wallas, Lowell, Lippmann, Tarde, Tönnies, Sighele e Ross, Cooley e muitos outros pesquisadores tiveram suas atenções voltadas para a natureza e as características da opinião pública nas primeiras décadas do século XX. Cooley, diferente de Bryce e Floyd Allport, acreditava se tratar de mais do que mera contagem de votos. A opinião pública seria um processo de raciocínio coletivo decorrente da comunicação e interação de opiniões, julgamentos e sentimentos. Por isso Cooley diferenciava a opinião pública da impressão popular, essa última mais transitória e imediata, menos madura e refinada.

“Juntamente com outros escritores, Cooley estava bem consciente que havia na democracia algo da natureza do governo das multidões, como estudantes do comportamento em multidão como Sighele e Le Bon haviam aptamente apontado” (JANDY, 1942, p.184). Cooley defendia que as massas são melhores em julgar caráter e piores em lidar com questões técnicas ou abstratas. O aspecto contagioso e emocional da opinião pública não parecia um problema para Cooley, nem havia nele medo de uma uniformização indiferenciada, pois “ele estava inteiramente atento para as bases biológicas e culturais das diferenças individuais” (JANDY, 1942, p.185).

Ao contrário, a própria essência da Democracia é permitir que as pessoas nutrissem plenamente suas diferenciações, especializações, aptidões e áreas de interesses. Se no momento havia dúvida sobre isso, justifica Jandy (1942, p.185), era porque “a nossa é a Idade da Difusão, cujas características principais são celeridade, superficialidade e tensão [...]; quando nosso país assentar e a tradição trabalhar sua influência, esses traços devem desaparecer”. Cooley, na verdade, enxergava dois sentimentos sociais na Democracia: a diversificação e o humanismo. Se a diversificação significa liberdade, o humanismo é um apanhado dos ideais de grupos primários:

Humanismo, Cooley identificava com seus ideais de grupos primários – justiça, lealdade, verdade, bondade e serviço. Ele implica em um alargamento da empatia, uma consciência da unidade maior, de forma que as diferenças entre homens venham a ser entendidas como ‘funcionais e intrínsecas, não arbitrárias ou acidentais’. (JANDY, 1942, p.187)

Cooley reconhecia que havia alguma confusão de tendências e que também se poderia chegar a conclusões absolutamente opostas a partir das mesmas premissas. Porém, “sua confiança que nossos meios modernos de comunicação levariam para uma consciência expandida dos conjuntos maiores e, assim, para um possível aprofundamento da empatia pode sofrer hoje alguns choques rudes” (JANDY, 1942, p.187). E é aí que Jandy vê fraqueza nas opiniões de Cooley: “Muito do que é passível de objeção nas visões de Cooley decorre da grande fé que ele tinha no homem comum” (JANDY, 1942, p.189).

Referindo-se não exclusivamente a Cooley, Jandy avalia que a ideia do “cidadão onipresente” lhe parece uma ressaca das visões racionalistas do século XVIII. Essas ideias atribuem demasiada sabedoria e boa vontade às pessoas na rua, levando muitas das teorias sobre opinião pública a naufragarem com essa superestimação. Que a opinião pública existe é um fato, “mas o quanto os elementos inconscientes e irracionais entram nela e a determinam, quão amplo é o papel das emoções, crenças, personalidades e estereótipos possuem nela, nós ainda estamos apenas começando a descobrir” (JANDY, 1942, p.190).

HannoHardt também enxerga negativamente a profundidade das mudanças democráticas defendidas pelos pragmáticos como Cooley, pois, embora, tenham sido um marco inicial de uma posição crítica na ciência social, “havia nenhuma quebra radical com os valores tradicionais dominantes, cujas consequências ainda eram considerados objetivos desejáveis para a sociedade” (HARDT, 1992, p.53). O pragmatismo foi uma tentativa de mesclar os valores tradicionais da democracia liberal com uma interpretação científica dos progressos tecnológicos.

Agrupando Cooley com Edward Ross, Albion Small e William Sumner, Hardt explica que esses teóricos viveram a passagem de um país idílico e rural para urbano e complexo, resultando em apelos aos valores de comunidade e de democracia ao mesmo tempo em que levantavam interesse aos órgãos de controle social. Ao reconhecer que o funcionamento da sociedade estava alicerçado em interações simbólicas, esses autores passam a enxergar a comunicação como um processo social significativo cujos mecanismos de controle e manipulação são essenciais para as teorias políticas e sociais.

A maior contribuição, então, foi uma teoria crítica da moral, agrupando os ideais tradicionais da democracia, a moral comunitária da religião, uma nova proposta de ação e a crença na positividade da evolução da natureza humana. “Essa perspectiva teórica foi a base para uma extensiva e contemporânea crítica do sistema social, incluindo a comunicação e a mídia” (HARDT, 1992, p.59). Foram questionamentos levantados em um período de ansiedade sobre o desenvolvimento da modernidade e que desapareceriam em seguida, com o desenvolvimento do método científico quantitativo nos estudos da comunicação estadunidense.

### *Classes sociais e instituições*

Uma vez que Cooley acreditava que a sociedade precisa agir como conjunto de propósito comum, mas de tarefas segmentadas, é preciso identificar o mecanismo que designa qual papel cada indivíduo terá no todo. “Cooley decidiu cedo para si mesmo que a competição

era esse princípio” (JANDY, 1942, p.194). Ela pode ser saudável ou insalubre, justa ou injusta, mas, ao fim das contas, necessariamente designará um papel para cada pessoa no “palco da vida”. Ela pode ser inexistente, como no sistema hereditário de casta hindu, ou presente o suficiente para que os agentes seletivos permitam liberdade pessoal e mobilidade de classes.

“Essa liberdade maior, Cooley sentia, não fora, claro, atingida sem a ajuda dos sistemas modernos de comunicação, pois eles tornaram possível a combinação de liberdade com unidade, ordem e controle sobre uma vasta área” (JANDY, 1942, p.195). Para Cooley, existem três fatores que influenciam na rigidez da estratificação social: a existência de linhas naturais de hereditariedade, a já existente mobilidade de classe social e o estado da comunicação e esclarecimento. Essa última importa pela capacidade em gerar consciência de grupo e organização racional das capacidades:

Organização de classes não é, como algumas pessoas declaram, necessariamente hostil à liberdade. Toda organização é, apropriadamente, um meio pelo qual a liberdade é procurada. Conforme as condições mudam, os homens são compelidos a achar novas formas de união pelas quais podem se expressar, e o crescimento das classes industriais é dessa natureza. (COOLEY, 1909, p.245)

Para Jandy, existe nada de equivocado no tratamento dispensado por Cooley ao tema. “Seria necessário ir longe e abrangente no campo da sociologia para conseguir uma melhor, mais balanceada e sensata visão do assunto” (JANDY, 1942, p.199). Cooley desdenha a mera busca por dinheiro e simpatiza com aqueles que batalham pela mera sobrevivência. Se existiam problemas na sociedade estadunidense, e Cooley os reconhecia claramente, não se tratava de um erro no sistema liberal democrático, mas, ao contrário, faltava estender ainda mais profundamente os ideais democráticos para além da esfera política.

“Por outro lado, existem aqueles que iriam acusar Cooley do mesmo otimismo romântico que caracterizou os primeiros intelectuais americanos como Emerson e Whitman” (JANDY, 1942, p.209). Por ter falecido em maio de 1929, Cooley não vivenciou o tenebroso período da Grande Depressão desencadeada pela quebra da New York Stock Exchange em 24 de outubro de 1929. “Quando alguém lembra que Cooley manteve essas esclarecidas visões sobre relações de classes sociais há mais de um quarto de século atrás, esse alguém tem um saudável respeito por ele” (JANDY, 1942, p.201).

Sobre a questão das classes sociais, Jandy se alonga em descrever as condições de sua época, que demonstram que as análises críticas de Cooley estavam certas, mas que seu otimismo dificilmente se concretizou. Um fato irrelevante para esse estudo, mas meramente curioso, é notar em Jandy um reflexo daqui que acontecia nos Estados Unidos de 1942, em

plena Segunda Guerra Mundial. “Existe um consenso entre os mais competentes observadores de nossa cena contemporânea que não existe maior ameaça para nossa democracia, suas instituições livres, e classes ainda relativamente abertas, que o fascismo” (JANDY, 1942, p.209-210).

Em relação ao positivismo de Cooley, Jandy aponta que há nada da frieza mecânica do evolucionismo de Herbert Spencer, “ele era muito um transcendentalista emersoniano para esse tipo de pensamento” (JANDY, 1942, p.2013). Tampouco Cooley daria créditos ao pessimismo da visão cíclica da história humana, para o sociólogo, o progresso era uma questão moral. O progresso “é uma daquelas ideias como verdade, beleza e justiça que tem uma perspectiva sobre o infinito e não pode, na natureza desse caso, ser circunscrita por uma definição” (COOLEY *apud* JANDY, 1942, p.212).

Também por sua devoção a Emerson, Cooley não poderia deixar de enfatizar as características repressoras das instituições sociais, de forma que “justiça, ou progresso moral, sempre começa em uma revolta contra as instituições” (COOLEY *apud* JANDY, 1942, p.216). Os mecanismos burocráticos, diria Cooley, são esmagadores do espírito, da natureza humana, da personalidade. Enquanto Sumner definia uma instituição como constituída de um conceito e uma estrutura que se sustentam e perpetuam, Cooley a definia como uma fase da mente pública, da opinião pública. São hábitos, costumes, símbolos e significados que trabalham as necessidades permanentes da natureza humana, como línguas, governos, religiões, leis, sistemas econômicos e sociais.

“Uma vez que os hábitos institucionais são formados a partir das necessidades e valores constrangedores de um grupo social ou de uma sociedade, nós devemos questionar esses valores institucionais” (JANDY, 1942, p.221). E, para a avaliação de valores, Cooley fez uma importante contribuição, uma vez que boa parte dos sociólogos tem receio de se engajar em um assunto distintamente filosófico. Juntamente com Throstein Veblen, William James e John Dewey, Cooley foi um dos expoentes de uma corrente econômica estadunidense que ficou conhecida como institucionalismo.

A novidade do ponto de vista do institucionalismo não era apenas seu abandono da economia neoclássica, mas sua ênfase no comportamento de grupo, em lugar do preço. No papel do hábito, costume e lei como forças organizadoras na vida econômica; no qualitativo em lugar do aspecto quantitativo da motivação; na constante mudança do comportamento econômico e na necessidade de fixar nossas generalizações a um tempo específico dentro de uma cultura;” (JANDY, 1942, p.227)

O institucionalismo, como fica evidente, defendia uma visão orgânica, humana e comportamental dos processos econômicos. Eles tiveram uma influência profunda por quebrar a tradição de rigidez, exatidão e objetividade que existia nos estudos dessa área científica.

### *Ciência e método*

Muitas das questões que incomodavam seus colegas contemporâneos, afirma Robert Gutman, não interessavam a Cooley. Em verdade, havia quase um desdém pela urgência na tentativa de mostrar a lógica e a identidade da abordagem sociológica. “Sua relação com a sociedade e a sociologia era espontânea” (GUTMAN, 1958, p.252). Em parte, explica Gutman, porque diferentemente de Ward e Giddings, Cooley não enfrentou as mesmas dificuldades em ter sua disciplina aceita pela universidade em que trabalhava, nem demorou a se despir do darwinismo social que igualava a sociologia às ciências biológicas.

Enquanto os contemporâneos de Cooley, afirma Gutman, estavam mais preocupados em identificar o que torna o humano diferente dos outros animais e quais os objetos de estudo reservados à sociologia, Cooley dirigia sua atenção nas instituições sociais (como a família, língua, religião, costumes), nas relações de classe, nos grupos primários, nas minorias socioculturais, nos prospectos da democracia e nas consequências da vida intermediada pelos meios de comunicação. “Cooley ainda seria uma anomalia entre os sociólogos se ele estivesse vivo e escrevendo hoje?”, se pergunta Gutman (1958, p.252), para logo responder que sim, porém por qualidades diferentes das que o distinguia de seus contemporâneos.

Em elogio à obra de Cooley, Gutman acha que o sociólogo de Michigan foi o primeiro a trabalhar assuntos pelos quais a sociologia se legitimaria diante das outras ciências sociais. Dos problemas com os quais os sociólogos se ocupavam nos dias da publicação desse artigo, “muitos foram primeiramente discutidos na literatura sociológica americana por Cooley” (GUTMAN, 1958, p.253).

Como um dos pioneiros da sociologia estadunidense, é natural que Cooley e outros sociólogos contemporâneos usassem os meios de análise e pensamento que lhes parecessem pessoalmente promissores. Isso, acrescenta Jandy, era notavelmente verdadeiro no caso do sociólogo de Michigan. A personalidade científica de Cooley, aponta o comentarista, incluía a paixão darwiniana pela verdade, a fé bergsoniana em sua própria intuição e um temperamento artístico de Goethe, Emerson e Thoreau. Um espírito como esse “nunca poderia ser massivamente produtivo em seu ideal, nem poderia escrever apenas para o mercado” (JANDY, 1942, p.231).

Cooley impregnou seus pensamentos com sua individualidade, sua personalidade e sua biografia, foi um teórico orgânico que pensava em grandes conjuntos trabalhando em diversas partes que constituem esse “todo”. Era um período de grandes generalizações, de apostas ousadas, pois os pioneiros têm pouco a perder e muito a ganhar. Cooley precisava definir seu papel dentro de seu campo de conhecimento, e “ele não seria o papel de coletor de dados, mas aquele de quem clarifica, sistematiza e interpreta a verdade” (JANDY, 1942, p.232)

Cooley, defende Gutman, refletia a realidade social dos Estados Unidos da América de sua época. “Seu talento como escritor ofuscou até mesmo sua habilidade como observador e pensador” (GUTMAN, 1958, p.251). Onde os outros eram sistemáticos e confusos, Cooley era direto e casual. Sua obra publicada é significativamente mais enxuta que a de qualquer outro colega, ainda assim traz ao mesmo tempo perspicazes visões do comportamento universal humano e perspectivas sobre a estrutura familiar, o desenvolvimento social infantil, o lugar da religião e os homens de negócios de seus dias.

Embora tenha trabalhado e lecionado na área estatística – afinal se formou em engenharia e doutorou-se em economia -, eram a natureza e o comportamento humanos que o interessavam. Em tom de confissão, ele escreve em seu diário: “Eu desisto de descobertas. Eu não sou um homem da ciência no sentido comumente aceito. Eu me importo com a verdade, mas a de um tipo não original: tudo o que eu espero é interpretar o antigo” (COOLEY *apud* JANDY, 1942, p.233). É evidente que ele carregava isso com um fardo que o deslegitimava, que tornava necessário se justificar e autoafirmar.

Em outros momentos, claro, as incertezas davam lugar à confiança e contentamento. Destacando mais um trecho dos diários, Jandy diz que Cooley escreve bem à maneira neo-hegeliana pouco antes de publicar *Human Nature and the Social Order*: “Uma verdadeira sociologia é autobiografia sistemática. Toda a organização e todo processo da sociedade existem em minha mente e eu e outros como eu só podemos entendê-los quando aprendemos o que eles significam para nós” (*apud* JANDY, 1942, p.233).

Assim como as questões acerca do método e da ciência nunca o abandonariam, Cooley também nunca abandonaria o estilo que funcionava para ele. “Ele estava inclinado, então, para um subjetivismo do qual ele nunca escapou completamente” (JANDY, 1942, p.233). Jandy afirma que é evidente que seu lado filósofo comumente superava seus aspectos científicos e lógicos. Lidar com grandes quantidades de dados empíricos simplesmente não era para ele, embora muito admirasse aqueles que, como Charles Darwin, assim trabalhavam.

A única explicação aceitável é a de que Cooley já tinha feito sua cabeça quanto a existência de uma diferença entre como nós chegamos ao conhecimento da ciência

natural, em contraste com a da ciência social: o primeiro por meio dos sentidos e o segundo por meio da imaginação. (JANDY, 1942, p.235)

Assim como Goethe, Cooley desconfiava de experimentos e achava que não era a forma como a ideia foi concebida, mas a ideia em si que importava. “Ele os olhava como um processo atomizador que reduzia as coisas para partes sem vida” (JANDY, 1942, p.236). Para Jandy, o artista em Cooley prevalecia sobre o cientista em assuntos dessa natureza. “Não era nem ciência, nem filosofia sistemática, nem mesmo uma especialidade mais estrita, que era seu objetivo, mas expressar a qualquer custo o espírito em si” (JANDY, 1942, p.237).

Como ex-aluno de Cooley, Jandy afirma que não se lembra de qualquer momento em que a visão orgânica tenha sido posta em questionamento, que seu idealismo objetivo tenha sido comparado com pontos de vista discordantes. “Com muita frequência, a impressão que ficava entre alguns de nós era a que ou se via as coisas organicamente, ou se via absolutamente nada” (JANDY, 1942, p.239). Por outro lado, cede Jandy, o professor nunca chegou a produzir uma metodologia que impusesse um encaminhamento de pesquisa aos seus alunos.

Em seu diário, ele admite sentir alguma culpa por não ter produzido uma metodologia específica para seu trabalho científico ou um método de pesquisa organizado que pudesse ser replicado. Mas logo se convence de que é melhor assim, pois “um homem com qualquer talento real para pesquisa irá prover o interesse e a iniciativa por si próprio” (COOLEY *apud* JANDY, 1942, p.239). Os métodos apropriados para cada tarefa, ele diria, deveriam ser desenvolvidos de acordo com as características do propósito do estudo: o método precisa ser definido conforme se caminha.

Arthur Wood explica que, apesar da experiência com estatísticas de quando trabalhou em Washington, Cooley preferia abrir mão dessa ferramenta de pesquisa empírica em favor das descrições sócio-psicológicas, “análogas aos relatos científicos dos naturalistas sobre pássaros e a vida animal” (WOOD, 1930, p.710). As coisas mais importantes da vida social não podiam ser expressas por fórmulas matemáticas ou correlações exatas. Em todo caso, Cooley mantinha a mente sempre aberta, justa e experimental. “Uma de suas qualidades mais refinadas era sua profunda falta de dogmatismo combativo” (WOOD, 1930, p.711).

O sociólogo de Michigan, portanto, tolerava o estudo estatístico apenas como uma fonte adicional de ideias e percepções. “Cooley era firme em sua insistência de que porque muito do comportamento social é tão complexo e sutil, a língua é a única técnica que pode ser usada para descrevê-lo” (JANDY, 1942, p.243). A questão maior é a de quanta capacidade o pesquisador tem para retirar percepções, relações e ideias dos dados. E, Cooley bem sabia,

perspicácia de interpretação não é algo ensinável. “Nós ouvimos questionarem se a sociologia é uma ciência ou uma filosofia. É ambos, e uma arte também” (COOLEY *apud* JANDY, 1942, p.246).

### *Juízos gerais*

Analisando o percurso da obra de Cooley, Jandy diz que o leitor não pode deixar de ver um tom consistente desde seus primeiros aos últimos trabalhos. “Ele tinha uma ânsia ardente por verdade e por conhecimento, e noções bem determinadas sobre a busca de ambos” (JANDY, 1942, p.245). Cooley, portanto, tinha completa desconsideração pelas formalidades e etiquetas da ortodoxia do conhecimento social. “Alguém procuraria em vão nas obras de Cooley por uma definição formal do que especificamente constitui, por exemplo, o campo da sociologia ou da psicologia social” (JANDY, 1942, p.245).

Cooley era bastante consciente que seus livros *Human Nature and the Social Order* e *Social Organization* eram considerados, pelos cânones científicos, obras de caráter fortemente teórico. Jandy afirma que Cooley estava determinado, em certo momento, a esclarecer diversos problemas não resolvidos e dar alguma estruturação metodológica mais clara de seu trabalho na obra que encerraria sua trilogia. “Porém seu terceiro livro, *Social Process*, era ainda mais filosófico que os outros dois e mantinha sua mesma nota moral” (JANDY, 1942, p.246).

O comentarista aponta que as visões metodológicas de Cooley sejam demasiadas preocupadas com a forma e menos com a relevância e precisão da informação. Cooley teria assimilado as técnicas dos grandes homens da literatura e tornado o método deles o seu. “Isso é especialmente verdadeira para Goethe, que, por conta de seu altruísmo, desinteresse e compreensão, era para Cooley o sociólogo ideal” (JANDY, 1942, p.251). Porém, questiona Jandy, quem poderia negar tanto a solidez quanto a aridez da obra de Dewey, por exemplo? Cooley talvez estivesse mais uma vez demasiadamente preocupado em ter um “todo” agradável e harmônico.

Agora, um ponto delicado da crítica de Jandy: citando avulsamente um trecho dos diários de Cooley – aos quais essa pesquisa não teve acesso para poder compreender o contexto em que esse trecho foi retirado -, Jandy escreve:

Quando Cooley sugere que as percepções criativas da sociologia são “... reconstruções da vida cuja verdade depende da competência da mente daqueles que as fazem...” ele levanta outro problema que nós precisamos notar. [...] A questão se resume a isso: devemos aceitar os julgamentos a respeito dos fenômenos sociais ou experimentos como verdadeiros por causa da competência da mente que os fazem ou

devemos aceitá-los porque eles são coerentes ou consistentes com o resto de nosso conhecimento? (JANDY, 1942, p.254)

Parece improvável que a frase de Cooley citada fragmentariamente de fato tivesse a interpretação dada por Jandy, sendo mais provável que Cooley tenha expressado confusamente que é necessária uma mente competente para criar percepções criativas sociológicas.

Outro ponto que Jandy talvez critique em demasia é a dicotomia entre conhecimento espacial e social, apresentado por Cooley em *The Roots of Social Knowledge* [1926]. A ideia apresentada é a de que o conhecimento se divide em duas categorias: espacial (material, estatístico, próprio das ciências exatas) e social (empático, perceptivo, criativo, típico das ciências humanas). Embora a ideia esteja claramente desenvolvida no artigo, Jandy mesmo reconhece que pouco tem a ver com o resto da obra e pensamentos do sociólogo, sendo algo completamente deslocado da visão orgânica da realidade tão arduamente defendida por Cooley.

O que Jandy conclui sobre as reflexões de Cooley a respeito da ciência e da epistemologia do campo sociológico é: “Mesmo os seus críticos iriam concordar que na expressão desses pontos de vista, nós temos um pensamento de alta ordem de sanidade, lucidez e convencimento. Esse pensamento não existiu sem deixar profundos efeitos sobre os sociólogos e seu campo” (JANDY, 1942, p.257). Cooley projetou muito de sua própria personalidade na personalidade de seu trabalho, foi perfeccionista na busca da verdade, beleza, moral e unidade. Sua obra, resume Jandy, é obra de um artista.

A grande questão que fica nesse assunto é quanto da possibilidade de se fazer sociologia tomando-a como ciência, filosofia e, ainda, arte. A resposta de Jandy é clara: “Em nosso tempo, a sociologia não pode mais se dar ao luxo de ser autobiográfica; nem podem os sociólogos presumir que suas próprias vidas proporcionam materiais suficientes para toda a ciência que eles precisam” (JANDY, 1942, p.259). As contribuições dos pioneiros da sociologia estadunidense, afirma Jandy, são motivo de orgulho e reverência. Os tempos, porém, são outros e eles exigem métodos científicos mais ortodoxos.

Alguns anos mais tarde, Robert Gutman demonstraria opinião oposta: “As ideias de Cooley são parte da viva tradição do pensamento sociológico. Por mais sofisticados que os sociólogos podem ter se tornado, nós não podemos nos libertar inteiramente de nossa atávica preocupação pelas fontes de nossa existência intelectual” (GUTMAN, 1958, p.255); Mais do que o interesse histórico, Cooley chama atenção pela transcendência de sua obra, pela simpatia que suas palavras ainda geram nos leitores de hoje.

Em elogio à obra de Cooley, Gutman considera o sociólogo de Michigan o primeiro a trabalhar nos assuntos pelos quais a sociologia se legitimaria diante das outras ciências sociais. Para o comentarista, em 1958, os sociólogos ainda se ocupam do declínio do individualismo estadunidense, das funções sociais e individuais, da organização familiar, da estratificação de classes, da burocracia e dos grupos primários. “Nessa lista de assuntos que ainda nos engaja, talvez, possamos ver por que Cooley era uma anomalia em seu próprio tempo: era porque ele fala tão diretamente ao nosso” (GUTMAN, 1958, p.256).

A crítica feita por Daniel Czitrom é a de que Cooley se demorava muito mais facilmente projetando as glórias futuras que deveriam decorrer do processo natural evolutivo dos meios de comunicação do que efetivamente compreendendo os processos em operação naquele momento. Ele acusa Cooley de estar mais confortável ao lidar com a entidade abstrata da comunicação moderna que com a insistente e onipresente realidade.

O diário de Cooley, por exemplo, mostra que ele encontrava dificuldades em encaixar suas teorias comunicativas na realidade a sua volta. [...] Ele continuamente repreendia a si mesmo por perder seu tempo com jornais e periódicos, que ele sentia que ampliava seus próprios sentimentos de “sensualidade, vaidade, e trivialidade”. (CZITROM, 1982, p.99)

Tendo sentido esses efeitos em si mesmo, Cooley atribuiu à mídia a promoção de humores generalizados de ansiedade e tensão. A descrição dessa condição social de excitação superficial, afirma Czitrom (1982, p.100), utilizava “os termos patológicos comuns aos primeiros estudos sociológicos: suicídio, insanidade, prostração nervosa, abuso de drogas”. Para Czitrom, a linha de defesa de Cooley foi tipicamente vitoriano, destacando a necessidade de fortalecer o caráter e o autocontrole das pessoas para que elas afastassem de si as condições disseminadas de exaustão mental e dissipação em uma inundação de estímulos.

Czitrom também acusa Cooley de ser incapaz de compreender o valor da cultura popular que emergia dos novos meios de comunicação, principalmente da radiodifusão. “Ele encontrava dificuldade em reconciliar a fé na comunicação moderna com sua devoção vitalícia à arte” (CZITROM, 1982, p.100). Para Cooley, os tempos eram “barulhentos”, em que o excesso de sugestões tornava difícil ouvir os “suspiros dos deuses”, e em que “artistas confusos” criavam uma arte “sem fôlego” e “destituída de poder” (COOLEY *apud* CZITROM, 1982, p.100). Por mais que fosse capaz de estudar essas novas formas artísticas, explica Czitrom, Cooley nunca fora capaz de apreciá-las.

No entanto, as amarras da gentil tradição tornou impossível para Cooley apreciar a cultura popular que floresceu provocada pelos novos meios de sua época. Ele ficou de fora da arte de Chaplin e Keaton, do *ragtime* e do *jazz*, e da ficção popular de escritores como Jack

London (CZITROM, 1982, p.101). Pelo menos, não até muito próximo do final de sua vida, quando a fé de que o progresso é inevitável fala mais alto e o faz dar algum crédito à cultura popular midiaticizada. Cooley aponta em 1926 que pode haver menos repouso e menos profundidade, porém há mais ânimo, variedade e permeabilidade social sem necessariamente resultar em confusão.

Quanto ao retorno à fé no progresso, Czitrom critica: “Essa crença, casada com uma concepção de sociedade beirando o solipsismo, faz Cooley parecer antiquado, quase irrelevante, hoje” (1982, p.101). Porém, Czitrom explica, o solipsismo é reflexo da influência da tradicional corrente estadunidense de pensamento emersoniano. O que parece realmente injustificado para o comentarista é a cegueira de Cooley diante das possibilidades da comunicação moderna. O que ficou faltando, segundo Cooley, foi entender que de alguma forma irônica, as condições mecânicas e financeiras eram a base para o futuro de uma sociedade verdadeiramente orgânica.

## 4 A COMUNICAÇÃO NA OBRA DE CHARLES COOLEY

Ao quartocapítulo dessa dissertação, caberá descrever o objeto de pesquisa: os conceitos comunicativos na obra de Charles Horton Cooley. O texto se organiza por itens que descrevem a comunicação em quatro diferentes obras dispostas em ordem cronológica de publicação. Além da dissertação *The TheoryofTransportation* (1969) aceita como tese de doutorado em 1894 pelo Departamento de Economia da Universidade de Michigan, o capítulo se debruça sobre a trilogia de livros sociológicos publicados por Cooley: *HumanNatureandthe Social Order*(1922 [1902]), *SocialOrganization* (1909) e *SocialProcess* (1918).

### 4.1 A teoria do transporte

A proposta de*The TheoryofTransportation* [1894] é apreender o transporte do ponto de vista sociológico, tendo por inspiração o organicismo de Albert Schäffle. Do ponto de vista mecânico, ou seja, técnico, importam somente aspectos econômicos - transportar determinada carga entre dois determinados pontos no menor tempo e menor custo (1969, p.20). Já do ponto de vista sociológico, o transporte é uma questão que envolve mais fatores e possíveis resultados.

Cooley destaca a existência da complexidade na avaliação do papel do transporte inter-relacionado com outras instâncias, como as condições políticas, econômicas e científicas. Por exemplo:

A principal característica da revolução econômica iniciada no final do século passado foi a concentração e especialização industrial. Elas não poderiam ir longe sem melhores meio de movimentação por terra [...]. A ferrovia está inseparavelmente ligada com as outras mudanças da época, em parte é sua causa, em parte é sua consequência. (1969, p.40)<sup>3</sup>

Mas se em termos técnicos importa somente transportar mais rápido e barato, qual é a função social do transporte? “Sociologicamente considerado, o transporte é um meio para a organização física da sociedade”(1969, p.40). Em sua visão orgânica, Cooley explica que a evolução social gerou diversificações e especializações nas funções exercidas por cada indivíduo. O transporte existe socialmente para tornar isso possível e gerar uma direção única, um propósito comum.

“Esse mecanismo é Comunicação no sentido mais amplo desta palavra; comunicação de ideias e de mercadorias físicas, entre um tempo e outro, entre um lugar e outro” (1969, p.40). A comunicação, afirma Cooley, são as amarras indispensáveis para a união e

---

<sup>3</sup> Nesse capítulo, todos os trechos citados diretamente pertencem originalmente à obra de Cooley.

estabilização de uma sociedade, sendo o transporte – os meios de comunicação de matérias físicas - uma das mais importantes dessas amarras.

Existem quatro vertentes de comunicação, duas materiais e duas psíquicas. A comunicação material pode ser espacial (transporte de objetos por ferrovias, animais de carga etc.) ou temporal (armazenamento de objetos em estoques); a comunicação psíquica também pode ser espacial (transporte de ideias por palavras, gestos, escrita, telégrafos, correios etc.) ou temporal (armazenamento de ideias em papeis escritos ou impressos).

Esse ponto importará em todos os trabalhos seguintes, pois quando Cooley escrever comunicação, ele estará se referindo a essas quatro categorias de comunicação. Ele acredita que a distinção entre os estudos da comunicação material e os estudos da comunicação simbólica seja vantajosa, “embora usem, em parte, os mesmos veículos, possuam um objetivo comum de superar o espaço e exerçam influências no desenvolvimento social em muitas formas análogas” (1969, p.61).

A principal razão para que a distinção seja feita é a maior facilidade dos símbolos serem transportados espacialmente, pois “desde a introdução do telégrafo, é quase possível dizer que não existem obstáculos espaciais” (1969, p.61), por outro lado, a “aniquilação do espaço” continuará a ser uma mera figura de expressão em relação ao transporte de pessoas e mercadorias. Ele também aponta que o transporte é mais próximo à economia e a comunicação, à área da psicologia social. Ainda assim, ele sempre colocará as ferrovias junto aos jornais diários, os serviços postais e os telégrafos como parte do conjunto de novos meios de comunicação.

Ainda sobre as ferrovias, diz que o progresso feito em direção à rapidez, economia e independência dos obstáculos naturais faz “todas as conquistas anteriores parecerem insignificantes” (1969, p.32). E, sobre a obsolescência dos antigos meios, como animais de carga que, em tese, seriam substituídos pelos automotores, Cooley aponta que “falando de forma ampla, todas as variedades de transporte que eventualmente floresceram ainda podem ser encontradas nos dias atuais” (1969, p.36). Nenhum meio de comunicação desaparece, apenas ganha diferentes características e se ocupa de diferentes funções.

## **4.2 A natureza humana e a ordem social**

### *Capítulo I – Sociedade e o indivíduo*

O livro *Humannatureandthe social order* [1902] de Charles Horton Cooley pode ser descrito sinteticamente como um tratado sobre a relação entre sociedade e indivíduo. Na obra, Cooley caracteriza esses dois elementos interdependentes e indissociáveis por se tratarem de

componentes de um mesmo organismo. Tanto o indivíduo advém genética e culturalmente do conjunto social, quanto a sociedade é constituída por indivíduos

Considerar um indivíduo à parte da sociedade, para Cooley, é uma abstração impossível de existir senão para fins teóricos. Querer opor sociedade e indivíduo, como o esforço sociológico em debater qual dos dois determina o outro, só pode ser um despropósito. Assim, o que existe são aspectos ou instâncias diversas de um mesmo organismo formado por um conjunto de elementos com diferentes funções.

De forma bem direta, Cooley afirma ao final do capítulo: A sociedade é constituída por indivíduos, nada mais; porém não é apenas a mera soma de indivíduos, mas um organismo composto por eles. O indivíduo é produto da sociedade no sentido que dela “retira sua vida, hereditariedade e comunicação” (1922, p.48), mas o indivíduo mantém sua “liberdade orgânica”, ou seja, é livre na forma de desempenhar seus papéis sociais.

### *Capítulo II – Sugestão e escolha*

O termo *sugestão* aparece ao longo de toda a obra de Cooley e está entre os conceitos-chave para a compreensão do papel da comunicação no mecanismo de coesão social, aspecto que será mais tarde pormenorizado no livro *Social Organization* [1909]. “A palavra *sugestão* é usada aqui para denotar uma influência que funciona de uma forma comparativamente mecânica ou reflexiva, sem exigir da mente aquela atividade elevada e seletiva implícita na escolha ou vontade” (1922, p.51).

Sugestão, então, distingue-se da escolha por ser espontânea, por renunciar a um processo mental elaborado, exaustivo e demorado. Justamente por não ocupar espaço ou tempo na consciência do indivíduo, ela permanece usualmente despercebida. Assim como as pessoas não estão conscientes do ar, explica Cooley, elas também não estão conscientes de seus hábitos e decisões realizadas por sugestão.

“A escolha é uma área central de luz e atividade, sobre a qual nosso olhar está fixo; enquanto a inconsciência é um entorno escuro e ilimitado envolvendo essa área” (1922, p.67). Em geral, os indivíduos permanecem inconscientes dos costumes de sua época, país ou ambiente cotidiano. “Quanto mais minunciosamente americano é um homem, menos ele percebe seu americanismo” (1922, p.71).

A comunicação importa no tópico das sugestões e escolhas porque seu desenvolvimento fornece ao indivíduo um escopo maior de sugestões e, “onde sugestões são numerosas e conflitantes, nós sentimos a necessidade de escolher...” (1922, p.68). Essa

necessidade se origina da limitação mental em gerenciar sugestões, ou seja, da impossibilidade de iluminar por completo a área ilimitada área de penumbra.

A extensão e difusão da comunicação, tão característica da época em que Cooley escreveu, reduziriam as atividades realizadas mecanicamente em benefício da capacidade de escolha racional-reflexiva. Como resultado, surgem oportunidades de crescimento pessoal, ampliação do escopo cultural, capacidade de expressão, liberdade de escolha, mas também, devido ao excesso de sugestões, distração e estresse.

### *Capítulo III – Sociabilidade e ideias pessoais*

O terceiro capítulo de *Human Nature and the social order* apresenta e sumariza o interacionismo simbólico proposto por Cooley. As conclusões a que chega ao fim do capítulo fundamentam toda a sua proposta sociológica e demarcam posições firmes e objetivas, algo que o autor geralmente evita com nuances, margens interpretativas e grades de intensidade.

Se parecer que a mente humana é social, que a sociedade é mental e que, em síntese, sociedade e mente são aspectos de uma mesma integridade, essas conclusões não serão mais que um desenvolvimento das proposições adiantadas no primeiro capítulo (1922, p.81).

O ponto de partida e a pedra fundamental do interacionismo simbólico em Cooley é a imaginação. Segundo o livro, a imaginação surge primeiramente na infância com a personificação de objetos inanimados ou a criação de amigos invisíveis. Cooley os chama de invisíveis, pois evidentemente não são inexistentes, uma vez que existem na imaginação da criança; nem os chama de imaginários<sup>4</sup>, pois, como será afirmado posteriormente, os amigos visíveis também são imaginários.

Cooley, então, escreve que esse hábito característico da tenra infância é o embrião da capacidade reflexiva adulta: “o diálogo imaginário supera o pensamento em voz alta das pequenas crianças para algo mais elaborado, reticente e sofisticado; mas nunca cessa” (1922, p.89). Ou seja, amigos imaginários não são meramente passatempos infantis, mas expressam a própria necessidade de pensar natural ao ser humano.

A passagem do diálogo imaginário para a reflexão introspectiva equivaleria à transição entre a leitura em voz alta para a leitura silenciosa. Tanto a mente das crianças, quanto a dos adultos, afirma Cooley, estão em constante conversação. “É uma daquelas coisas que nós raramente notamos somente porque são muito familiares e involuntárias; mas nós podemos percebê-las se tentarmos” (1922, p.90).

<sup>4</sup> Cooley utiliza o termo *imaginário* unicamente como o adjetivo de imaginação. Não se deve relacionar Cooley com o, hoje, consolidado estudo do imaginário, uma vez que essa corrente intelectual e o emprego do termo como substantivo ainda não existiam.

A primeira das consequências dessa equivalência entre diálogo imaginário e pensamento interessa ao estudo da comunicação pela relação que pressupõe entre o pensamento, a sociabilidade e a comunicação. “O impulso de comunicar não é tanto um resultado do pensamento como é uma parte inseparável do pensamento. Eles são como raiz e galhos, duas fases de um crescimento comum, de forma que a morte de um logo envolve a do outro.” (1922, p.92) Ou seja, pensar e comunicar se implicam.

De volta aos amigos imaginários, Cooley faz notar que não existe, do ponto de vista social, diferença entre um amigo imaginário e um amigo real. Isso porque todas as pessoas reais só passam a existir socialmente para um indivíduo quando interagem ou chegam, através da comunicação, ao conhecimento desse indivíduo. “A presença sensível é importante principalmente por nos estimular fazer isso [criar uma identidade imaginária da pessoa com quem socializamos]” (1922, p.96).

Uma vez que a sociabilidade só acontece pela comunicação, ela acontece simultaneamente por necessidade em na instância do pensamento, o diálogo imaginário. Logo, “todas as pessoas são imaginárias nesse sentido” (1922, p.96) e, por simetria, “a vida da mente é essencialmente uma vida de relacionamentos” (1922, p.97). Essas duas afirmações são cuidadosamente desdobradas nas páginas seguintes do capítulo III.

A consequência da primeira afirmação é que toda a vida social está mediada pelo que Cooley chama de ideias pessoais. As ideias pessoais englobam concepções e julgamentos instintivos, mas não hereditários, das coisas e pessoas. Eles são formados indeterminadamente pelo encontro das experiências do indivíduo e sua personalidade biológica, criando um conjunto inconsciente de símbolos que associa estímulos sensoriais à sentimentos.

Quando um indivíduo se depara com um objeto, um animal, uma pessoa ou qualquer situação, ela poderá ter uma gama infinita de estados de espírito: medo, empatia, pena, felicidade, indiferença. É papel das ideias pessoais definir esse sentimento, refletindo também, mas não somente, as experiências passadas. Como as ideias pessoais intermediam o contato com as pessoas, é por meio delas que os indivíduos ou grupos de indivíduos interagem entre si:

Minha associação com você evidentemente consiste na relação entre minha ideia sobre você e o resto de minha mente. Se existe algo em você que é completamente alheio a isso e não me gera impressões, esse algo não possui existência social nessa relação. A realidade social imediata é a ideia pessoal; nada, aparentemente, poderia ser mais óbvio que isso. (1922, p.119)

Já a segunda afirmação importa na definição da natureza da sociedade: “para que a sociedade exista, é evidentemente necessário que as pessoas devam se reunir em algum lugar;

e elas se reúnem como ideias pessoais somente na mente. Onde mais?” (1922, p.119). Segundo Cooley, a sociedade tem natureza absolutamente imaterial, embora se faça valer de suportes materiais – os meios de comunicação, incluindo a linguagem - para se propagar e perpetuar.

Determinar a mente como *locus* da sociedade explica porque uma mesma coisa ou pessoa pode possuir existências sociais distintas para diferentes indivíduos. Também possibilita que pessoas mortas, personagens fictícios ou figuras religiosas tenham – como evidentemente têm – papel social. Afinal, o autor exemplifica, Coronel Newcome, Romola e Hamlet podem ser mais reais e possuir papel social mais relevante para um indivíduo que eventuais pessoas corporais com quem esse indivíduo não tenha contato.

“Eu concludo, portanto, que as imaginações que as pessoas têm uma das outras são os fatos sólidos da sociedade, e que observar e interpretar isso deve ser o objetivo principal da sociologia” (1922, p.122). E ele ressalta: não se trata apenas de estudar a sociedade do ponto de vista da imaginação, mas que a imaginação deve ser o objeto primário da pesquisa sociológica. Se a natureza da sociedade é imaterial, assim deve ser o objeto de estudo da sociologia.

De volta ao assunto tratado no primeiro capítulo de seu livro, a impossibilidade de distinção entre indivíduo e sociedade, Cooley afirma que “o indivíduo e o outro não existem como fatos sociais mutualmente exclusivos...” (1922, p126). Para Cooley, não existe o “eu” sem sua complementariedade às referências externas, sem a dependência da existência do outro que se desenvolve por associação e comunicação social desse indivíduo.

A percepção de indivíduos literalmente individuais – suficientes em si – sequer pode ser um viés puramente físico, dada à dependência hereditária do corpo humano. Para ilustrar essa compreensão, Cooley pede ao leitor que imagine nossa mente como um quadro, uma parede infinita, cravejada de lâmpadas. Cada uma das lâmpadas corresponde a um pensamento ou impulso mental e acende ou apaga conforme a presença desse pensamento ou impulso em nossa consciência.

Se algo aperta o botão correspondente ao meu amigo A, uma figura de forma peculiar aparece nessa parede; quando esse botão é solto e o botão correspondente ao amigo B é apertado, outra figura aparece, incluindo talvez várias das mesmas lâmpadas. A figura ainda é única como conjunto, embora não em suas partes; (1922, pp.131-132)

Com isso, Cooley quer mostrar que socialmente importa somente aquilo que habita a imaginação. “É a pessoa imaginária que nós amamos ou odiamos, imitamos ou evitamos, que nos ajuda ou nos atrapalha, que molda nossas vontades e nossas carreiras.” (1922, p.133)

Como comparação, o autor deixa a analogia de que um esbarrão físico entre transeuntes de uma calçada é nada relevante, é instantaneamente esquecida. Por outro lado, são os esbarrões na imaginação que mantêm as pessoas acordadas depois que deitam na cama.

Em resumo, a percepção de que os diálogos infantis com amigos imaginários caracterizam apenas uma forma primária de raciocinar resulta na imbricação entre comunicação, pensamento e sociabilidade. Essas três instâncias são, em Cooley, inseparáveis e mutuamente dependentes, são aspectos ou instâncias diferentes de um mesmo processo social. Comunicar-se significa pensar e sociabilizar. “A sociedade é mais um aspecto da vida que uma coisa por si; é vida considerada a partir do ponto de vista das relações pessoais. [...] Sociologia, eu suponho, é a ciência dessas coisas” (1992, p.135).

#### *Capítulo V – O self social e o significado de “eu”*

O termo *self* em Cooley se distancia do *ego* utilizado por metafísicos e moralistas, buscando designar o mais simples, direto e popular significado possível da palavra. Ao evitar qualquer mistério ou obscurantismo, o autor entende *self* como aquilo que impregna os pronomes da primeira pessoa do singular: eu, meu, me, mim, comigo. O *self* é aquilo que esses pronomes indicam, algo tão simples e instintivo que é corretamente compreendido e utilizado por pessoas simples e crianças pequenas.

Ainda, se *eu* não denotasse uma ideia bastante parecida em todas as mentes e não fosse razoavelmente distinguível de outras ideias, ele não poderia ser usado livre e universalmente como um recurso de comunicação. (1922, p.175)

Observando os usos do *eu* em um discurso, Cooley diz que sequer 10% das vezes em que for empregado estará se referindo ao corpo do indivíduo, e majoritariamente se referirá às ideias, sentimentos, opiniões. Além disso, *meu* não deixa de ser uma variação do pronome *eu*, tornando *eu* muito ligado e utilizado para se referir à posse. Assim, o *self* seria um instinto inerente à natureza humana que estimula e unifica as atividades particulares de um indivíduo. O *self* é um formador de identidade.

Uma vez definido o *self*, Cooley passa para o *self* social: “O *self* social é simplesmente qualquer ideia, ou sistema de ideias, retirado da vida comunicativa que a mente acalenta como sua própria” (1922, p.179). Ou seja, o *self* social é qualquer *self* que uma pessoa adota como seu após tê-lo conhecido pela comunicação. Contudo, se o indivíduo é inseparável da sociedade, o *self* pessoal também é inseparável do social e, nesse sentido, todo *self* é social.

O *eu*, a partir do organicismo de Cooley, seria como um órgão do corpo humano, um fígado, por exemplo. Fora do sistema digestivo, circulatório, respiratório, ele perderia sua identidade, pois não mais teria papel ou sequer vida. Além disso, ele só ganha um forte senso

de existência quando se comunica, quando *sociabiliza*, quando dói. Todo *eu* depende do *outro*, explica Cooley. “Não existe senso de *eu*, como em orgulho ou vergonha, sem seu correlativo senso de você, ele ou eles” (1922, p.182).

É desse raciocínio que surge a comparação do *self* social com um espelho (*self-lookingglass*). O *eu* é social porque quando nos olhamos, quando nos percebemos, não percebemos apenas sob nosso ponto de vista, mas também sob o ponto de vista do *outro*. “Então, na imaginação, nós observamos na mente de outra pessoa alguns pensamentos sobre nossa aparência, maneiras, objetivos, façanhas, caráter, amigos e assim por diante, e somos diversamente afetados por isso” (1922, p.184).

O *self* social é um espelho pelo qual o indivíduo se olha pelos olhos alheios, porém, para Cooley, a metáfora do espelho não contempla todos os três principais elementos que ele diz compor a ideia de si mesmo (*self-idea*): “a imaginação de nossa aparência para a outra pessoa; a imaginação do julgamento da pessoa a cerca dessa aparência; e algum tipo de sentimento de si mesmo, tais quais orgulho ou mortificação” (1922, p.18). O espelho, adverte Cooley, não sugere o indispensável segundo elemento, tornando a comparação do *self* social com um espelho insuficiente.

### 4.3 Organização social

*Prefácio:*

“Toda nossa vida é uma integridade humana, e se é para termos qualquer conhecimento real sobre essa totalidade, nós devemos enxergá-la como tal. Se a fatiarmos, ela morre no processo” (1909, p.VII).

*Capítulo I - Aspectos social e individual da mente*

A psicologia individual está para a mentalidade social como um único instrumento está para uma orquestra. “A mente é uma integridade orgânica constituída por individualidades cooperantes, em certa maneira, da mesma forma que a música de uma orquestra é constituída por sons divergentes, mas relacionados” (1909, p.03). Com essa analogia, Cooley quer mostrar que todas as ações e pensamentos de um indivíduo são influenciados e influenciadores do comportamento social ao qual participa.

Assim, a organização social de que trata o livro é “essa unidade diversificada de vida mental ou social presente na mais simples relação, porém capaz de infinito crescimento e

adaptação” (1909, p.04). Nesse ponto, Cooley se esquivava de definir detalhadamente o que entende por organização social, dizendo ser mais relevante visualizar o conceito que defini-lo.

Para o autor, grande parte das influências sociais são inconscientes: mudanças linguísticas, implicações governamentais ou declínios de hegemonias, como exemplos, passam, por uma razão ou outra, despercebidas aos que vivenciam esses acontecimentos. Porém, Cooley considera um erro separar acontecimentos pessoais, que em grande parte são conscientes, dos sociais. “O indivíduo e a sociedade são gêmeas, [...] a noção de um ego separado e independente é uma ilusão” (p.05).

O estudo da organização social, portanto, precisa se distanciar da visão descartiana que coloca a individualidade como pedra fundamental do conhecimento. Do ponto de vista de Cooley, essa fundamentação é insatisfatória em dois aspectos essenciais: Em primeiro lugar, ela implica que a consciência do *eu* faz parte de todas as consciências, quando, na verdade, pertence somente a um estágio de desenvolvimento um tanto avançado. Em segundo, é incompleto por excluir o *nós* do *eu*, cujas origens são emaranhadas e intrínsecas. (1909, p.06)

O primeiro ponto se fundamenta na existência de uma consciência destituída da consciência do *eu* em crianças ou deficientes mentais, por exemplo. Por sua vez, o segundo argumento está fundamentado na noção de que a consciência do *eu* aparece em crianças de aproximadamente dois anos, sendo necessariamente adquirida em concomitância com a consciência do *outro* e das relações social que envolvem esses dois elementos. Cooley desenvolveu essa questão em seu artigo *A Study of the Early Use of Self-Words by a Child*, publicado pela revista *Psychological Review* em novembro de 1908.

Descartes, corrige Cooley, poderia muito bem ter dito “pensamos, logo existimos”. Isso porque o senso comum está acostumado a olhar para o indivíduo como o fator primário da vida, porém, com uma inversão de ângulos, é possível perceber que o indivíduo só existe a partir da sua existência em um conjunto. “O que não vem por hereditariedade, vem por comunicação e relacionamento; e quanto mais de perto olhamos, mais evidente fica que a individualização é uma ilusão dos olhos e que a comunidade é a verdade interior” (p.09).

Cooley não questiona a individualidade das pessoas, ele mostra que mesmo a essência desse corpo manifestamente avulso dos outros corpos possui uma dependência igualmente manifesta na genética que o liga ao conjunto da espécie. Se a comunicação genética está na essência da formação de um conjunto biológico, é a comunicação de pensamentos que está no cerne da sociedade. Quanto mais íntima for a comunicação de um grupo, mais completa, mais minuciosamente costurada em um conjunto vivo, será sua consciência pública” (p.10).

A existência de antagonismos de opinião não contradiz o fato de todas as consciências particulares originarem de um fundamento comum, a consciência pública. Cooley atribui as distinções majoritariamente a diferentes pontos de vistas, sendo a unidade da opinião pública<sup>5</sup> baseada, não na concordância, mas na organização, interação e influência mútua entre os indivíduos sociais. Como exemplo, explica que a opinião de um parlamento não está limitado às opiniões comuns a todos os integrantes, mas abarca toda a consciência de cada um de seus membros.

Existiriam, para tanto, três aspectos que constituem a consciência social ou opinião pública: “a autoconsciência, ou o que penso de mim; a consciência social (em seu aspecto individual), ou o que eu penso de outras pessoas; e a consciência pública, ou uma visão coletiva daquilo que está em pauta, organizada em um grupo comunicativo” (1909, p.12). E esses três níveis de consciências estão intrinsecamente e indissociavelmente relacionados através da comunicação.

#### *Capítulo II - Aspectos social e individual da mente (continuação)*

No campo da ética e moral, Charles Cooley acusa os sistemas filosóficos e religiosos de postularem somente sob o aspecto individual daquilo que deve ou não deve ser feito, enquanto careceriam de um plano amplo, organizado e metódico de evolução coletiva da moral. Seu plano moral afirma que “os pecados e virtudes do indivíduo, parece-nos, nunca são fortuitos ou desconectados” (1909, p.14), sendo necessário então superar a ideia de uma ética universal, pois “padrões impraticáveis possuem o mesmo ineficaz efeito que uma lei inexecutável” (1909, p.13).

A reforma moral, assim, deve ser compreensiva. O primeiro passo para tanto é não estar baseada em denúncias e censuras, mas em afirmações, lideranças e energia construtiva. E a característica compreensiva da moral partiria da premissa de que “a natureza humana, parece-nos, é bastante similar em aqueles que consideramos pecadores e em nós mesmos” (1909, p.15). Essa tática, Cooley afirma, é utilizada pelos mais eficientes líderes filantrópicos e exige paciência, firmeza e confiança na humanidade para não dar atenção às atitudes ruins e dedicar-se ao incentivo as boas.

Cooley, no entanto, não dispensa o elogio e a repreensão, que são fundamentais à necessidade de incentivar os ideais elevados e desvalorizar os mais baixos. A censura e a punição devem possuir função essencialmente simbólica, sem que em hipótese alguma

---

<sup>5</sup> Cooley considera *opinião pública* um termo mais popular para *consciência pública*, utilizando-os, portanto, como sinônimos (cf. COOLEY, 1909, p.10).

deixem a entender que os punidos sejam pessoas inferiores, mas que apenas cometeram erros. “O espetáculo da punição não é para nós regozijarmos, mas para lembrar-nos de nossos pecados que, como brotam da mesma natureza [humana] e sociedade, são certamente similares àquele cometido pelo punido” (1909, p.17).

Um grande defeito das morais que abordam unicamente aspectos individuais é a possibilidade dos bem-sucedidos desprezarem os desafortunados com a certeza de que os últimos assim o são por responsabilidade única e exclusiva deles mesmos. Contudo, se sob o ponto de vista individual existem liberdade e responsabilidade, sob o ponto de vista coletivo existem diferenças políticas, econômicas, culturais, legais e morais. Se em termos de natureza humana, todos os indivíduos são muito similares, é a partir do aspecto coletivo que uma reforma moral deve ocorrer.

A moral não pode, enfim, ser singular: a estrutura social se apresenta cada vez mais volumosa e extensa, lançando ramificações de pensamentos e símbolos diversos como os galhos de uma árvore. A única forma de a mente coletiva dar conta da complexidade de uma moral compreensiva como a proposta por Cooley é a emersão dessas diversidades que estão inconscientes à opinião pública.

### *Capítulo III – Grupos primários*

Por grupos primários, Charles Cooley compreende aquelas associações e cooperações íntimas face-a-face. “Elas são primárias em diversos sentidos, mas principalmente no de que elas são fundamentais na formação da natureza social e ideais do indivíduo” (p.23). Elas não são marcadas pela absoluta harmonia e doação incondicional, mas por respeito, por padrões comuns, por um jogo justo. Dessa forma, em um time esportivo, por exemplo, sempre existirão interesses individuais, porém, eles estarão sempre abaixo do sucesso do time.

As mais importantes esferas dessa forma de associação íntima são as da família, da escola, do local de trabalho e da vizinhança. “Essas são praticamente universais, pertencendo a todas as épocas e todos os estágios de desenvolvimento; e são conseqüentemente a base principal do que é universal na natureza humana e nos ideais humanos” (1909, p.24). Porém, já na civilização estadunidense da primeira década do século XX, os laços relacionados à locais estavam em declínio diante da ascensão de fraternidades, clubes e sociedades baseadas em interesses comuns.

Também cabe apontar que

grupos primários são primários no sentido de que dão ao indivíduo suas mais antigas e completas experiência de unidade social, e também no sentido de que eles não mudam no mesmo grau que as relações mais elaboradas, porém formam uma

comparativamente mais permanente fonte de onde essas últimas continuarão a brotar. (1909, p.26-27)

Ou seja, os grupos primários também são primários no sentido de que são terrenos férteis dos quais as relações secundárias emergem constantemente. Esses grupos primários são, portanto, fontes de vida, relações e também instituições sociais.

Para Cooley, não existem dúvidas de que as raças possuem capacidades diferentes, no entanto, não se tem notícia de que mesmo os mais selvagens indivíduos da espécie humana sejam alheios aos grupos sociais de natureza primária. Isso seria um indício de que se existe uma natureza humana universal nos indivíduos, também existe uma natureza universal nas relações sociais: os grupos primários são um modelo transcendental de sociabilidade (p.30).

O fato de sentimentos como afeto, inveja, vaidade, ambição e ressentimento serem extremamente primitivos e universais aos indivíduos mostra que a natureza humana não pode ser dissociada da natureza social, pois esses sentimentos pressupõe uma vida coletiva. Só é possível sentir afeto, inveja e ressentimento com a figura do outro; assim, para Cooley, a família e a vizinhança são essenciais para a gênese, para a constituição, da própria natureza humana do indivíduo (1909, p.31).

#### *Capítulo VI – O significado de comunicação*

Por comunicação, Cooley se refere a todos os mecanismos pelos quais as relações humanas existem e se desenvolvem. Isso inclui: símbolos mentais, linguagem, expressão facial, gestos, voz, palavras, figuras, telégrafos, telefones e malha rodoferroviária; ou seja, todos os meios que vençam hiatos de distância e/ou tempo. Para Cooley, a comunicação está para a sociedade tal qual o pensamento está para o indivíduo, não havendo uma clara distinção entre essas duas instâncias de consciência.

A comunicação, portanto, pode ser compreendida a partir de suas correspondências com a própria mente humana. E, se existe um desenvolvimento progressivo da capacidade simbólica de uma mente que torna seus pensamentos cada vez mais complexos e abstratos, há também um rol de etapas e incrementos a serem realizados no pensamento social. Esse desenvolvimento não são dois processos independentes, eles ocorrem em conjunto.

“Sem a comunicação, a mente não desenvolve uma verdadeira natureza humana, mas remanesce em um estado anormal e indeterminado, nem humana, nem propriamente brutal.” (1909, p.62) Cooley cita o exemplo de Helen Keller, uma menina que desapareceu do convívio humano quando tinha 18 meses e foi reencontrada aos sete anos. “...seus impulsos

eram tão crus e incontroláveis e seu pensamento tão desconectado que ela posteriormente se lembrava de quase nada do que aconteceu antes de seu reaparecimento...” (1909, p.62).

A conclusão é que “por meio da comunicação nós obtemos nosso desenvolvimento mais elevado” (1909, p.63), pois são as conversas, os livros, as artes, as vivências que despertam o pensamento, guiando-o por certos caminhos, fornecendo certos estímulos e certas estruturas para o desenvolvimento mental do indivíduo. No plano coletivo, a comunicação também é o exercício que estrutura e estimula os projetos, os conhecimentos, os símbolos, os ideais de uma sociedade.

O sistema comunicativo é, assim, uma ferramenta de constante progresso, cujos efeitos reagem sobre a humanidade, alterando a vida de cada indivíduo e cada instituição. “Um estudo desses aperfeiçoamentos é uma das melhores formas para se chegar a um entendimento das mudanças mentais e sociais que estão vinculadas a esses aperfeiçoamentos; porque permite um enquadramento tangível de nossas ideias...”(1909, p.64).

### *Capítulo VII – O crescimento da comunicação*

O objetivo de Cooley é mostrar como o aumento de relações sociais gerado pelo encurtamento tecnológico do espaço e tempo influencia no desenvolvimento social. Ele inicia a tarefa, com coerência, tratando da comunicação pré-verbal: expressões faciais, gestos, grunhidos, choros, tons de voz. Esses exemplos de comunicação são a princípio involuntários, sendo, porém, logo apropriados como forma de comunicação intencional.

Um mecanismo artificial de comunicação se origina quando um humano começa a reproduzir propositalmente seus próprios movimentos e choros instintivos, ou os sons, formas e movimentos do mundo que o cerca com intenção de relembrar as ideias associadas a eles. (1909, p.67)

Para Cooley, todas as outras formas de comunicação mais elaboradas estão enraizadas nessa capacidade primitiva de imitação de suas próprias ações instintivas para se expressar (indica o que é interno) e de imitação daquilo que vê, ouve ou sente para simbolizar o que existe no mundo (indicado que é externo). Ou seja, um bebê logo aprende a chorar para ter suas necessidades atendidas e a murmurar “mamãe” para evocar aquilo que percebe com os sentidos.

A noção popular de que as crianças primeiro tomam consciência de uma ideia para depois aprenderem com os outros seres humanos a expressá-las em palavras parece à Cooley equivocada. O aspecto lúdico das palavras precede a sua semântica: “assim, as crianças instintivamente adoram reproduzir e comunicar, em princípio meramente por esporte e

sociabilidade, então, quando a ocasião aparece, com um significado mais definido” (1909, p.68).

Essa primariedade do aspecto fático da linguagem, explica Cooley, é um convite que as palavras fazem aos humanos, pois preexistem ao próprio significado. “Tais palavras como, por exemplo, bom, certo, verdade, amor, casa, justiça, beleza, liberdade; são poderosas construtoras daquilo que elas representam” (1909, p.69). Elas nos atraem para uma busca que não se encerra na infância, mas que nos acompanha por toda a vida com o enriquecimento do vocabulário e com a redefinição de conceitos.

A linguagem, porém, também é hereditária, uma vez que é resultado de um processo histórico-cultural milenar. Um humano sem linguagem é como um viajante perdido, sem qualquer referência de onde está; a linguagem é como um mapa produzido pela sabedoria coletiva e cumulativa das pessoas que viveram no passado. Segundo Cooley, as palavras são mapas dos pensamentos, e o mesmo vale para as estruturas gramaticais, para as expressões linguísticas, para a literatura e para toda a tradição que essa última contém.

É a coisa mais admirável da linguagem que, por algo intangível em sua ordem e movimento e seleção e posicionamento das palavras, ela possa transmitir a própria alma de um homem, fazendo sua página viver mesmo quando suas ideias definitivas já cessaram de ter valor. (1909, p.70)

A linguagem é comum e apropriadamente considerada um dos aspectos mais distintivos do homem, uma linha divisória entre o que é humano e o que é pré-humano, por que um homem não pode dar vazão a sua própria natureza humana isolado da comunicação social. A conclusão a que se chega é que o crescimento mental do indivíduo não pode ser dissociado do conjunto mental que alcança seus mais longínquos ancestrais, tratando-se unicamente de uma diferenciação, um ponto de vista, uma secção da mente ampla de que fala Cooley.

No processo de desenvolvimento da capacidade mental da humanidade, a escrita possui parte fundamental na continuidade, aprofundamento e diversificação por permitir a perpetuação de ideias. E pela paridade entre os aspectos holístico e atômico, essas características são acrescidas, tanto no plano individual, quanto coletivo. “Toda a estrutura e progresso da vida moderna evidentemente repousam na preservação escrita, em forma de registros, das realizações de mente antigas, especialmente, da Judeia, Grécia e Roma” (1909, p.73).

A escrita permitiu, para Cooley, o engrandecimento da natureza humana e o surgimento de complexas instituições como os sistemas religiosos, governos legalistas,

ciência universalista e literatura permanente. A humanidade, antes confinada a pequenas e instáveis associações, acrescenta à vida social profundidade, segurança, diversidade e dispersão. A escrita, por oferecer longevidade ao pensamento, foi responsável por trazer à tona as primeiras civilizações.

Por sua vez, a prensa exacerbou o processo de desenvolvimento da mente ampla e abriu as portas para o mundo moderno. “A prensa significa democracia porque traz conhecimento ao alcance das pessoas comuns; e conhecimento, no longo termo, certamente fará bem às reivindicações por poder dessas pessoas” (1909, p.75). O que Cooley prevê é o surgimento de uma meritocracia baseada em critérios como a inteligência e o caráter em substituição às artificiais oportunidades exclusivas.

Naturalmente, a língua falada, a escrita e o impresso são os principais meios de comunicação em 1909, quando o livro foi publicado. Cooley, porém, faz uma “menção honrosa” também a vários outros “canais laterais” como a flecha vermelha, a bandeira branca, os sinais de fumaça, desenhos, pinturas, esculturas, música, arquitetura. Essas formas de comunicação não são menos relevantes que quaisquer outras, inclusive porque são capazes de “... comunicar coisas que não poderiam ir por outro caminho, especialmente certas variedades de sentimentos que são assim perpetuados e difundidos” (1909, pp.77-78).

#### *Capítulo VIII – Comunicação moderna: alargamento e animação*

Os avanços tecnológicos do século XIX constituem, para Cooley, uma nova era na história da comunicação, ocasionando alterações em todo o sistema social. E esses avanços não requerem uma cuidadosa avaliação de seus aspectos mecânicos, já amplamente conhecidos, mas de seus efeitos sobre a mente maior, a consciência social. Para fazer essa análise, Cooley distingue quatro características de destaque em um mecanismo de comunicação:

- Expressividade, ou a gama de ideias e sentimentos que carrega.
- Permanência do registro, ou a superação do tempo.
- Celeridade, ou a superação do espaço.
- Difusão, ou acesso a todas as classes de homens. (1909, p.80)

Certamente houve avanços na expressividade (como o surgimento de novos vocábulos) e na conservação dos registros, porém os passos mais expressivos foram dados em direção à celeridade e à difusão da comunicação social. “Para praticamente todos os propósitos, nossa linguagem não está melhor que na era de Elizabeth, se é que tão boa; mas que facilidade nós ganhamos em sua aplicação!” (1909, p.81)

Na virada do século XIX para o século XX, está em curso uma revolução nos fundamentos da comunicação popular. Diversos fatores convergem para que ocorra essa “modernização” que tanto encanta e assombra Cooley: o avanço da alfabetização, a evolução da malha ferroviária, o surgimento dos sistemas postais modernos, a popularização da telefonia, o barateamento da impressão e as novas formas de fotogravuras, fonografia e fotografia.

Cooley não economiza quanto à importância: “não é exagero dizer que essas mudanças são a base, do ponto de vista mecânico, para praticamente tudo que é característico na psicologia da vida moderna” (1909, p.81). Há aqui, para o autor, uma correspondência entre a capacidade das pessoas se comunicarem em conjuntos sociais e a expansão da natureza humana. “Elas significam liberdade, perspectiva, indefinidas possibilidades” (1909, p. 81).

O argumento é que a comunicação permite à sociedade substituir os critérios de organização por casta, autoridade e tradição pelas faculdades elevadas dos humanos, como inteligência, eficiência e compreensão. É a aquisição da possibilidade de dar-e-receber sugestões, ideias, pensamentos que gera essa consciência pública em um nível cada vez mais amplo: vizinhança, cidade, estado, nação, por fim, o mundo inteiro.

O resultado se dá em duas instâncias resumíveis em dois conceitos: alargamento e animação. O alargamento é, evidentemente, a expansão espacial da “conversa” pública. Já a animação trata da velocidade em que a troca de sugestões ocorre, trata da atenção e da importância dispensada pelas pessoas às questões sociais. A unidade mental das sociedades modernas não estão apenas ampliadas, elas também se tornaram mais intensas, mais alertas e mais extenuantes.

Um século antes, ou seja, na passagem do século XVIII ao XIX, a consciência pública era confinada aos lugarejos em que se vivia. “Viajar era lento, desconfortável e custoso, e pessoas empreendendo uma jornada considerável usualmente faziam seus testamentos às vésperas.” (1909, p.82) Os jornais existiam apenas nas grandes cidades e eram semanais. “O número de cartas enviadas nos treze estados durante um ano inteiro era muito menor que o número agora manipulado pela agência de Nova York em um único dia” (1909, p.82).

O ambiente de uma fazenda ou vilarejo se restringia à tradição local existente em um raio de influência de poucos quilômetros. Mesmo as grandes cidades eram isoladas do resto do mundo; as pessoas não estavam a par, ou sequer interessadas, no que acontecia na China,

por exemplo. Cooley afirma que a introspecção dos cidadãos com as questões locais era algo que, até pouco antes de sua época, dificilmente seria concebida.

A mudança para o presente regime de ferrovias, telégrafos, jornais diários, telefones e o resto envolveu uma revolução em todas as instâncias da vida; no comércio, na política, na educação, até mesmo na mera sociabilidade e fofoca – essa revolução sempre resultando em um alargamento e aceleração do modo de vida em questão. (1909, p.82)

O jornal diário, aponta Cooley, é provavelmente o caso mais característico dessa revolução, sendo tão veementemente louvado quanto condenado. Louvado por sua capacidade de intercâmbio de ideias, notícias e argumentos. Suas entrevistas, cartas, discursos e editoriais são indispensáveis para que a mente coletiva, ou a opinião pública, se organize, amplie e desenvolva seu potencial humano.

Contudo,

Que prática estranha é, quando você pensa nela, que um homem deva se sentar à mesa para seu café da manhã e, em lugar de conversar com sua mulher e filhos, segure em frente a sua face uma espécie de tela em que está inscrita uma fofoca mundial! (1909, p.83)

Essa institucionalização, alargamento e animação da fofoca, porém, não significa que as pessoas estavam ficando mais banais, argumenta Cooley. Para ele, trata-se apenas de um antigo apetite sendo alimentado de uma nova forma.

Ao mesmo tempo em que a fofoca é copiosa, superficial e duvidosa, ela promove um amplo senso de sociabilidade e comunidade. “Nós sabemos que pessoas de todo o país estão rindo das mesmas piadas ou comovidos com a mesma leve excitação do jogo de futebol, e nós absorvemos a convicção de que elas são tão boas companheiras quanto nós mesmos” (1909, p.84-85). A fofoca não importa pela profundidade, mas pela amplitude, pelos laços que cria.

No campo político, a comunicação torna viável a opinião pública, que por sua vez, se organizada, significa democracia. Cooley afirma que a Constituição não foi originalmente escrita para uma democracia, tratando-se até pouco tempo atrás de uma república representativa liderada por pessoas escolhidas por sua sabedoria e caráter. “Que as pessoas pudessem pensar e agir mais diretamente não era previsto.” (1909, p.85)

A comunicação moderna supera a certeza da filosofia política de que um Estado amplo pressupõe um governo centralizado e despótico para manter a coesão e a rapidez das decisões. Além disso, uma população que se informa e discute as questões políticas certamente terá opiniões quanto às ações a serem realizadas e, mais cedo ou mais tarde, irá fazer valer suas vontades e tomar as rédeas da própria sociedade.

A expansão da inclusão de todos os indivíduos nesse novo organismo social tonou-se um objetivo amplo e consciente da vida moderna, visto, por exemplo, nos esforços pela alfabetização. No plano mais amplo e de longo prazo, está “a ascensão de uma consciência internacional na literatura, ciência e, finalmente, política, que carrega uma confiável promessa de indefinido aumento da justiça e do tratamento amistoso” (1909, p.87).

Cooley escreve que a promessa de um mundo mais justo e amistoso é confiável porque acredita na natureza humana. A natureza humana deseja o bem, logo, basta que as pessoas consigam definir e se informar quanto aos modelos éticos a serem seguidos. Se os meios são capazes de animar as pessoas a seguirem modelos comuns, eles também podem animá-los a terem mentes mais perspicazes. “O fato geral é que a natureza humana foi libertada; em tempo, ela irá, sem dúvida, justificar sua liberdade” (1909, p.88).

De acordo com Charles Cooley, o alargamento não afeta somente a mente, o raciocínio, mas também os sentimentos, favorecendo a percepção de uma humanidade comum entre os povos do mundo. A comunicação não necessariamente traz harmonia, entendimento ou amizade, contudo, desenvolve compreensão dos pontos de vistas alheios por torná-los conscientes.

No princípio da humanidade, o verdadeiro sentimento de camaradagem era restrito à família e à tribo em que se vivia. Qualquer intruso seria considerado do mesmo ponto de vista que um animal seria interpretado: perigoso ou inofensivo, útil ou inútil? Ainda em 1909, afirma Cooley, viviam-se situações semelhantes ao se deparar com uma pessoa desconhecida na rua. O está por trás desse comportamento é o grau de intimidade que se tem com o outro.

Como exemplo: ao ler sobre as estatísticas de miseráveis, famintose tuberculosos em Chicago ou Nova York, um cidadão se importará tanto quanto se importa com as vítimas da antiga peste negra europeia. Ou, ao menos, até que esse cidadão passe a ter algum contato, detalhes, narrativas, rostos, seja direta ou indireta, pessoal ou impessoalmente. É esse contato que os meios de comunicação estão propiciando.

“Russos, japoneses, filipinos, pescadores, mineiros, milionários, criminosos, vagabundos e viciados em ópio são trazidos para nossa casa” (1909, p.89). E, Cooley nota, a opinião pública nunca questiona se essas pessoas devem ser tratadas da forma correta, mas questiona, discute e disputa os princípios que devem ser estabelecidos para se definir o que é justo. A natureza humana, então, busca o que é correto, apenas precisa se organizar para distinguir o bom e o ruim.

Partindo do pressuposto de que o coração e consciência humana precisam apenas de organização e liberdade para agirem corretamente, a comunicação moderna, por facilitar o relacionamento e favorecer a inteligência coletiva, deve lançar uma “era de progresso moral” (1909, p.90) em que as decisões mecânicas, tradicionais e arbitrárias serão substituídas pela racionalidade, compreensão e humanismo.

#### *Capítulo IX – Comunicação moderna: individualidade*

Nesse capítulo, Charles Cooley discute a direção dessas mudanças nos meios de comunicação modernos quanto ao incentivo à individualidade ou mediocridade. “Elas nutrem uma personalidade autoconfiante dotada da necessidade de buscar metas elevadas e raras, ou elas possuem antes uma tendência ao nivelamento, repressivo ao que é original e característico?” (1909, p.91) Cooley passará pelos argumentos de ambas as hipóteses antes de propor sua perspectiva sobre o assunto.

Primeiro, a comunicação torna possível que uma pessoa se desvencilhe mais facilmente de suas raízes para buscar influências congênicas. “Se ele tem uma vocação, vamos supor, para entomologia, ele consegue prontamente entrar em contato com um grupo de pessoas com inclinações similares e congênita tradição por meio de jornais, correspondência e encontros” (1909, p.91).

A comunicação, portanto, permite que o indivíduo se destaque de seu ambiente para viver outros contextos. Isso, por outro lado, também pode ser considerada a característica perversa da modernidade, como apontaria Herbert Spencer. A comunicação permite tal independência que a sociedade pode cair em uma anarquia de propósitos e objetivos particulares, sem esforços comuns. Em lugar de promover o diálogo, argumenta Mackenzie (*apud* COOLEY, 1909, p. 92), os meios de comunicação estariam promovendo ininteligibilidade.

Já Tocqueville, em *Democracy in America*, mostra que a condição moderna estaria tornando os cidadãos cada vez mais multidões, em unidades mentais indiferenciadas e manipuláveis. “Enquanto os dialetos estão agora desaparecendo, as mesmas modas prevalecem ao longo de todo o mundo civilizado” (1909, p.93). Para Cooley, as pessoas são apaixonadas por serem parecidas, uniformizarem-se no exterior e nivelarem o pensamento com os outros.

O ponto que Cooley considera a chave para sua defesa da individualização promovida pela vida moderna é que as particularidades não são mais impostas pelo contexto, mas escolhidas. “Elas [as condições modernas] tendem a fazer a vida racional e livre em lugar de

local e adventícia” (1909, p.93). Isso ocorre por permitirem que o indivíduo entre em contato com uma maior diversidade de ideias e seja influenciado por uma escala muito mais ampla.

Cooley cita pesquisas de Rollin Lynde Hartt para explicar que a vida em cidades favorece a liberdade de escolha, enquanto a vida no campo incentiva o isolamento individual. “Um homem carrega a si mesmo para suas próprias conclusões lógicas; ele se torna uma essência concentrada de si mesmo”, comenta Hartt (*apud* COOLEY, 1909, p.94) sobre as influências do ambiente rural e sua característica “fisicamente extravagante”.

Diplomático como sempre, Cooley aponta que esse aspecto leva, por outro lado, a “uma real vantagem no crescimento de caráter” (1909, p.94). A capacidade de subsistência e o contato com a natureza contribuem para que a população rural seja mais autoconfiante e orgulhosa de si mesmo. Já na cidade, a formação de grupos por interesses contribui para o desenvolvimento de capacidades especiais, como as artísticas, científicas e literárias.

Como analogia, Cooley compara a questão da individualidade de aptidões e pensamentos entre a vida urbana e rural com o desenvolvimento natural de espécies em um continente e uma ilha. A última possibilita a existência de espécies exóticas, como as da Tasmânia, que não sobreviveriam em contato com outras espécies. Mas o meio ambiente não significa, em hipótese alguma, uniformidade. “Ele engendra, em vez disso, um organismo complexo de espécies relacionadas e variedades, cada uma comparativamente perfeita em seu próprio jeito” (1909, p.95).

A conclusão é a de que, sim, peculiaridades e individualidades curiosas e involuntárias devem desaparecer. “E certamente uma grande quantidade é assim perdida no jeito da cor e atmosfera local, do sabor picante das personalidades isoladas e tipos sociais inconscientemente pitorescos” (1909, p.95). A linguagem, as vestimentas, as culturas, as arquitetura também devem perder muitos elementos de diversidade pitoresca em favor de uma certa padronização por questões de economia – a uniformidade é barata e cômoda.

A vida moderna, porém, não reprime a individualidade, apenas a canaliza, pois o tempo e o dinheiro que seriam gastos confeccionando roupas ou móveis únicos, por exemplo, pode ser direcionado a outras áreas de interesse caso essas coisas não sejam particularmente importantes para a pessoa. A mesma possibilidade é aplicável a todas as áreas da vida de alguém, permitindo a ocupação do tempo e energias de forma racional e voluntária.

Se for verdade que as pessoas possuem diversidade natural de talentos, a liberdade de relacionamento deve favorecer esse desenvolvimento, especialmente quando nós consideramos o forte instinto que causa prazer ao homem em se distinguir e abominar estar perdido na multidão. (1909, p.96-97)

Até mesmo os sentimentos coletivos e os pensamentos *ready-made*, argumenta Cooley, não podem ser considerados uma perda de individualidade, pois a adesão a eles está baseada na liberdade de se juntar à coletividade. Assim, se na verdadeira vida orgânica o indivíduo faz parte de um conjunto de engrenagens sociais de forma consciente, devotada e satisfeita com sua posição, ou já se vive em uma sociedade orgânica ou, ao menos, já existem as condições mecânicas para que ela assim seja.

#### *Capítulo X – Comunicação moderna: superficialidade e tensão*

A ação primária da comunicação é estimular, e isso pode ser prejudicial independentemente da qualidade e direcionamento desses estímulos. Viver hoje, escreve Charles Cooley, é mais custoso e cansativo do que era viver antes. A demanda por participação na vida social multiplicou-se tanto na gama de assuntos sobre os quais um cidadão deve estar inteirado, como também se requer um domínio em uma profundidade inédita.

O resultado dessa maior exigência, tanto na escola, quanto na vida em geral, é uma constante pressão para acompanhar o ritmo da vida moderna. Os efeitos nocivos dos estímulos da “nova comunicação”, para Cooley, possuem duas grandes vertentes, a superficialidade e a tensão. Esses dois conceitos-chave estão relacionados ao alargamento e à animação já caracterizados em capítulos anteriores.

Em relação à superficialidade, parece inquestionável para Cooley que quando se busca fazer muitas e variadas coisas ao mesmo tempo, as pessoas tendem a procurar atalhos e simplificações. O constante bombardeio de estímulos variados nos novos meios de comunicação torna a concentração difícil. A literatura popular, por exemplo, seria direcionada pelo princípio da economia da atenção, por uma amabilidade ingênua e adaptável em lugar de uma verdadeira paixão de qualquer natureza.

Cooley cita Alexis de Tocqueville: “o hábito da falta de atenção deve ser considerado como o maior defeito do caráter democrático” (*apud* COOLEY, 1909, p.99), discorda que a superficialidade e incapacidade de concentração seja um defeito característico. Esses problemas podem ser contra-atacados pela educação, devendo ser interpretados como uma falha de maturidade – característica da transição para a democracia, não da democracia em si.

Em relação à tensão mental, parte-se do pressuposto de que a comunicação moderna aumenta a autoconsciência, as oportunidades, a complexidade e as responsabilidades. Esse acréscimo pesa na inteligência, caráter e força de vontade do indivíduo. “O indivíduo não

apenas pode, mas deve lidar com a enxurrada de sugestões urgentes ou ser inundado por ela” (1909, p.100).

Mesmo que o estresse, junto com outras disfunções psiquiátricas como insanidade, vícios e suicídio, difunda-se a ponto de ser chamado de “doença do século”, está limitada a poucos indivíduos e não apresenta estudos conclusivos quanto ao papel da vida moderna no desencadeamento da patologia. Cooley admite que o excesso de sugestões sobrecarregue o indivíduo moderno, porém aponta que a incapacidade de lidar com esse peso extra não é uma condição generalizada.

### *Capítulo XI – O engrandecimento da consciência*

A concepção de opinião pública em Charles Cooley é ampla, sendo entendida como simples discussão de ideias. Mesmo crianças, ao decidirem do que brincar, geram espontaneamente uma opinião pública simplificada de pequena escala. Nessa delimitação, ela parece emanar instintivamente da natureza humana, sendo tão difícil de suprimir que “podemos assumi-la localmente existente em todas as formas de sociedade e em todos os períodos da história” (1909, p.108).

Antes da existência dos meios indiretos de comunicação, as pessoas precisavam de jogos, festas e assembleias para deliberarem face-a-face e formarem um sentimento de identidade como conjunto. Uma unidade mais ampla existia, porém as tradições políticas, religiosas e linguísticas eram inalcançáveis aos indivíduos. As mudanças nas instituições aconteciam longe do alcance, ou mesmo da consciência, dos indivíduos comuns.

Para Cooley, a consciência pública se delimita a um pequeno alcance local basicamente pelas barreiras comunicacionais:

A natureza humana, imbuída de ideais moldados na família e na comunidade, está sempre lutando, majoritariamente cega de alguma forma, contra aquelas dificuldades de comunicação e organização que obstruem sua realização em larga escala. (1909, p.113)

A queda do império romano, por exemplo, seria explicada pela inexistência de meios de comunicação que possibilitassem a expressão vital da natureza humana em um império tão amplo. Para manter o controle, fez-se necessário uma estrutura burocrática centralizadora que suprimiu o espírito público e a expressão política. Nesse mesmo raciocínio, a antiga Atenas ou Florença, por terem dimensões adequadas à comunicação existente, perderam e fizeram grandes contribuições à cultura ocidental.

“A época presente, então, carrega com ela uma consciência mais ampla e, ao menos potencialmente, mais elevada e livre” (1909, p.116). Com os novos meios de comunicação, os indivíduos passam a se identificar espiritualmente com o conjunto social, agindo por empatia, baseando-se em sua inteligência, compreensão e consciência. O resultado a que se chega, já falava De Tocqueville em *Democracy in America*, é a fraternidade.

Quando a sociedade inteira se torna uma família, antagonismos que fundamentam as discordâncias são abrandados para uma proativa e moderada agitação. O indivíduo ganha acesso a todos os tipos de escolhas, não somente na área política, mas em todos os aspectos de sua vida. Essa agitação, então, traduz a necessidade contínua de aderir e renunciar tanto à posicionamentos diante de causas, quanto a de quais causas são sua prioridade.

Embora o espírito democrático e libertário advenha espontaneamente da natureza humana, a capacidade de lidar com as exigências de uma sociedade moderna exige treinamento. Um dos perigos, por exemplo, é a incapacidade de um indivíduo selecionar apropriadamente as áreas e questões em que se expressará. Se tentar dar conta de tudo a que tem acesso, o indivíduo “engole mais do que ele pode apropriadamente digerir” (1909, p.117) e regride à superficialidade.

A superficialidade, portanto, não seria inerente às novas formas de comunicação e democracia da vida moderna, mas um defeito gerado pelo manejo despreparado dessa condição. O ideal, para Cooley, é que se deve ensinar as pessoas a fazerem coisas com primor e profundidade sem que elas percam o senso de correlação com o contexto geral. Trata-se de ampliar, iluminar e tornar mais sábia a natureza democrática humana.

Quando esse processo de esclarecimento for geral e público, haverá oscilações organizadas de opinião pública e é isso o que Cooley chama *democracia*. A opinião pública não é novidade, o que caracteriza seu tempo, ele explica, é que “essa opinião [pública] é cada vez mais e mais racional e autodeterminante” (1909, p.118). Autodeterminante no sentido de que as decisões são menos arbitrárias e mais consensuais:

No conjunto, porém, a mente mais ampla envolve uma tendência mais democrática e humanista em todos os níveis da vida. Uma democracia certa é simplesmente a aplicação em larga escala dos princípios que são universalmente considerados corretos quando aplicados em pequenos grupos – princípios de livre cooperação motivada por um espírito comum em que cada um serve de acordo com sua capacidade. (1909, p.119)

A Democracia de que fala Cooley, portanto, é a substituição da organização social baseada em castas, imposições, tradições e sistemas artificiais por aqueles critérios que prevalecem nos grupos primários (de que tratou no terceiro capítulo), como respeito,

colaboração, compreensão e expressão da natureza humana. Democracia, portanto, não é apenas um sistema político, mas um princípio de organização social.

Uma vez que é expressão da natureza humana, a democratização do mundo torna-se inevitável, sendo apenas uma questão de quão rápido e quais condições esse processo acontecerá. “Com a facilidade da comunicação como sua base mecânica, ela [a democratização] procede inevitavelmente à discussão e aos experimentos de modos mais livres de ação religiosa, industrial, educacional, filantrópica e familiar” (1909, p.120).

### *Capítulo XII – A teoria da opinião pública*

A opinião pública difere de um conjunto de opiniões individuais tanto quanto um grande navio construído por cem homens difere de cem pequenos barcos construídos separadamente por cem homens. “Opinião pública não é o mero agregado de julgamentos individuais separados, mas uma organização, um produto cooperativo da comunicação e influência recíproca” (1909, p.121).

Em consonância com o primeiro capítulo, Cooley explica que não há distinção fundamental entre a opinião individual e a pública, ambas são apenas instâncias diversas de um mesmo processo. “Um grupo ‘faz sua cabeça’ de maneira muito similar a que o indivíduo faz a sua” (1909, p.121). Na opinião pública, porém, o julgamento levará em conta mais ideias, memórias e alternativas.

Trabalhando em uma escala mais ampla, a opinião reúne as informações relevantes que uma multiplicidade de indivíduos coletou e trabalha em uma corrente de pensamento comum. As mentes de um conjunto comunicativo equivalem, então, a um conjunto orgânico em funcionamento. Sua unidade não está na identidade, na equivalência, mas na ação coletiva, no objetivo comum.

Assim, não se faz necessária uma unanimidade de julgamento, contudo, uma estabilidade no esforço de pensamento. A necessidade da opinião pública não está na homogeneização de valores, está na organização de pensamentos, na eliminação de erros factuais, no intercâmbio de pontos de vista e, principalmente, na conscientização racional e compreensiva da pluralidade de opiniões sobre um mesmo assunto.

O estudo da opinião pública também exige a distinção desta com a impressão popular. A primeira requer atenção e discussão por um tempo considerável, não pode ser instantânea e não dispensa um significado, mesmo que errado. Já “uma impressão popular, por outro lado, é fácil, rasa, efêmera, com aquela inconstância e fatuidade que costumava ser atribuída à mentalidade popular em geral” (1909, p.123).

Cooley refuta a compreensão de que a opinião pública é a mentalidade mediana e comum, pois lhe parece mais correto considerá-la aquela que for a mentalidade mais representativa da sociedade. Em analogia, explica que é como formar um time esportivo, em que se escolhem os atletas mais eficientes, mais representativos e apropriados para determinada função. Não necessariamente “superior”, mas mais “apropriado” para determinada função.

A diferença com um time esportivo se encontraria na forma de realizar a escolha dos jogadores, pois não há um técnico ou uma autoridade dada, as decisões são autodeterminadas, devem emergir naturalmente da discussão pública. Uma vez que o grupo trabalhe realmente empática e deliberativamente, a expressão representativa coincidirá com a expressão mais competente possível.

Uma mentalidade na direção correta, seja em estadismo, ciência, moral ou o que seja, pode elevar todas as outras mentalidades para seu mesmo ponto de vista – por conta da capacidade geral de reconhecimento e deferência – da mesma forma que uma mentalidade na direção errada pode abandalhar todos os outros por nossa aptidão à raiva ou medo súbito. (1909, p.125)

O processo de formação de julgamentos coletivos liderados pelos pensamentos mais brilhantes certamente não é inédito em natureza, pois existe em pequena escala desde a antiguidade. A ideia de que a opinião pública seja uma mentalidade mediana, para Cooley, é apenas uma confusão gerada pelo acelerado ritmo das mudanças sociais que ocorriam no final do século XIX. A opinião pública em nível nacional não impõe desafio maior que ampliar os processos de decisão já existentes em grupos primários.

“É verdade que com a nova comunicação o conjunto das pessoas, se elas estiverem suficientemente interessadas, poderá formar julgamentos públicos inclusive sobre os assuntos transientes” (1909, p.128). A realização dessa possibilidade, porém, não pode ser prioridade na opinião pública democrática, pois ela deve se concentrar nas questões essenciais da vida coletiva. Segundo Cooley, a ampliação de extensão seria prejudicial sem que o escopo da opinião pública seja reduzido para os pontos mais importantes.

A sociedade que Cooley visualiza funciona de forma complexa, havendo pontos específicos a serem discutidos restritamente entre os círculos competentes àquele determinado assunto. Por exemplo, a opinião pública geral, ou seja, a sociedade inteira, deveria discutir a declaração ou não de guerra, por estar como um todo envolvida na questão. Por outro lado, problemas menores referentes às estratégias de ação em uma guerra, por exemplo, não deveriam extrapolar os círculos militares, que possuem competência e interesse mais especializados.

Cooley espera que a estrutura complexa social, mesmo sem a participação direta de todos os cidadãos em todas as questões menores, manteria ainda um sentido comum em termos morais. Por uma questão de coerência, os princípios defendidos nos níveis mais amplos seriam espelhados em todas as instâncias da vida coletiva. Afinal, Cooley (1909, p.130) questiona: “quão distantes os departamentos diferentes da mentalidade de uma pessoa, correspondendo às opiniões gerais e especiais, podem ser dominados por princípios diferentes”?

Dessas reflexões, Cooley chega a seu conceito final sobre como a opinião pública moderna deve funcionar:

A mentalidade pública, como um agricultor zeloso, se move por sua terra, capinando as ervas daninhas, remendando cercas e colocando as coisas em seus devidos lugares sem se desencorajar pelo fato de que o trabalho nunca permanecerá terminado. (1909, p.133)

E esse estado ideal de funcionamento é algo natural, inevitável por pertencer ao *télos* da natureza humana. Se ainda não era a realidade na época de Cooley, ele atribuía à precocidade das cidades e dos meios comunicativos, ainda muito jovens para desenvolverem o sentimento de unidade cívica pressuposto pela democracia idealizada por Cooley. De qualquer maneira, para ele, em 1909, já existiam as condições mecânicas para que esse planejamento de opinião pública se realizasse.

### *Capítulo XIII – O que as massas contribuem*

Nesse capítulo, Cooley combate a tese de que a democracia é “o governo da mediocridade” ao explicar a contribuição das massas à tomada de decisões. “A originalidade das massas não é para ser encontrada tanto na ideia formulada quanto no sentimento” (1909, p.135). Ou seja, as massas não contribuem tanto na criação de soluções, afinal, não são especialistas, porém participam da lapidação, escolha e edificação de uma solução que esteja de acordo com princípios gerais e comuns a todas as instâncias sociais.

### *Capítulo XIV – Democracia e excitação pública*

No capítulo XIV, Cooley comenta a teoria de que a quase eliminação do espaço pelo desenvolvimento da comunicação gera o reinado das multidões, ou seja, de que a sociedade passe a funcionar como ondas de impulsividade e irracionalidade. Como argumento, explica que ações fundadas em excitação e adrenalina não são necessariamente erradas, afinal a emoção não seria a essência de algo tão elaborado e nobre como a arte?

Para Cooley, as pessoas podem se emocionar com um jogo sem que se tornem menos racionais ou fundamentadas: “O indivíduo engajado em assuntos privados e sem a emoção da vida comum não necessariamente estará melhor em sua capacidade mental que um homem na multidão” (1909, p.154).

#### *Capítulo XV – Democracia e distinção*

O mundo em que Cooley viveu, explica ele, tem carência de maturidade cultural, pois está em uma fase de transição para a democracia em que a pressa, a superficialidade e a tensão predominam. “O ritmo [apressado] é adequado somente para produzir mercadorias medíocres em uma vasta escala” (1909, p.170). Os jornais, a publicidade e a obstinação dos estímulos tem um efeito atordoante: “É, para colocar o assunto em outros termos, um tempo *barulhento*” (1909, p.170).

Há, em geral, uma falta de criticismo tanto dos produtores culturais quanto dos consumidores. “A antipatia entre arte e espírito comercial, contudo, é comumente exagerada” (1909, p.174). Cooley denuncia uma tendência preconceituosa de se fabricar mercadorias baratas para um mercado acrítico que faz de sua época a “Idade da Difusão”, em que se busca quantidade em detrimento da qualidade.

#### *Capítulo XVI – A tendência dos sentimentos*

Para Cooley, sentimento é uma sensação que surge dos pensamentos e relacionamentos sociais, sendo da mesma natureza que as emoções, porém mais perene, profundo e coletivo. Como exemplo, amor é um sentimento, prazer é uma emoção. E na modernidade, Cooley identifica duas tendências nos sentimentos: diversificação e humanismo. Com o aumento de sugestões e estímulos oferecidos pela nova comunicação, o sentimento social se torna mais capilar, diversificado, abrangente e humanista.

#### *Capítulo XVII – A tendência dos sentimentos; continuação*

O sentimento de irmandade existe em todos os estágios humanos e também, de forma crua, em grupos animais. Trata-se de uma infusão da percepção do “eu” com a percepção do “nós”, em que os sentimentos de um refletem os sentimentos do outro. Embora de alta abstração e complexidade, tem sua gênese nos grupos primários - lembrando que Cooley caracteriza a primariedade no capítulo III como primitivos e anteriores e como fundadores e basilares.

A facilidade de comunicação e a aceitação de princípios comuns permitem o contato e fusão das mentalidades em um grupo moral coeso. “Em tempos de estabelecimento de princípios e de progresso na arte da comunicação, a ideia de irmandade dos homens tem um crescimento natural” (1909, p.191). Não é o desaparecimento das diferenças que leva à irmandade, mas o sentimento de justiça e igualdade.

No que tange às condições contemporâneas ao livro de Cooley, o autor percebe que o alargamento da consciência coletiva gerou um avanço do sentimento de irmandade em todas as direções. Pessoas, antes distantes espacial, temporal ou socialmente, são aproximadas pela imprensa e convidadas a sentar-se à mesa do café-da-manhã. O jornal, afirma Cooley, “é um reservatório de pensamentos comuns” que “imbui o mundo de uma comunidade consciente de sentimentos que tende à bondade” (1909, p.192).

Ao mesmo tempo em que russos e chineses passam a povoar o cotidiano do homem comum estadunidense, questões que concernem aos pescadores distantes de alguns quilômetros ou mesmo os miseráveis de própria cidade ganham nomes, histórias, identidades. “Torna-se pressuposto que os homens são feitos da mesma matéria, e uma espécie de simpatia universal – não incompatível com a oposição – é espalhada” (1909, p.193).

A irmandade, segundo Cooley, não advém da homogeneização, pois “em verdade, é somente pela oposição que nós aprendemos a entender um ao outro” (1909, p.199). Assim, o maior contato com outras pessoas promovido pela vida moderna em grandes cidades estadunidenses seria capaz de extinguir a improdutiva hostilidade interpessoal sem necessariamente diminuir a diversidade de posicionamentos.

O que se precisa para que o instinto cru e impulsivo de desperdiçar tempo e energia em embates dolorosos e exaustivos é a definição e generalização da consciência das “regras do jogo”. O que Cooley propõe a ser feito com a possibilidade que a vida moderna oferece é uma ética popular que promova uma competição cooperativa que permita a cada indivíduo, grupo ou raça uma chance justa para melhor expressar suas competências.

#### **4.4 Processo social**

Em *Social Process* [1918], Charles Cooley formula uma analogia da concepção evolucionista da biologia com a história social humana, analogia que em 1922 acrescenta como capítulo introdutório na reedição de seu primeiro livro, *Human Nature and the Social Order* [1902]. O processo a que se refere no título, portanto, é um processo evolutivo aos moldes descritos por Charles Darwin em *A origem das espécies* [1859].

O livro é composto por sete partes: a visão orgânica do processo da vida humana; os aspectos pessoais do processo social; degeneração; fatores sociais na sobrevivência biológica; conflito grupal; avaliação e processo inteligente. Nelas, o autor desenvolve a teoria de que a vida humana é composta por duas correntes evolutivas interdependentes, a biológica e a social, ambas regidas pelo método de tentativa e erro.

O ponto de partida para compreender o papel da comunicação no processo social é a complementariedade das influências do genótipo e do fenótipo, ou seja, dos genes e do ambiente. Cooley explica que a hereditariedade e o contexto histórico-espacial não são agentes concorrentes, mas complementares e cooperados, tendo cada um desses fatores um papel a desempenhar no processo de definição das características biológicas e sociais da humanidade.

Ao ambiente - o contexto histórico, espacial e social do indivíduo - cabe o desenvolvimento ou atrofiamento das características do genótipo e, portanto, a seleção dos indivíduos mais ou menos adaptados à realidade em que vivem. Não difere em essência do conceito de ambiente definido pela biologia evolutiva. Porém, e é nisso que **Social Process** interessa a esse trabalho, Cooley considera os meios de comunicação equivalentes aos genes por sua capacidade de memória e replicação material da informação:

No caso do processo ou ramo biológico [da evolução humana], o veículo material da vida é o germoplasma, um tipo de células especializadas na transmissão de moldes hereditários. [...] A fase social do processo se realiza pelos meios de comunicação físicos, sendo a linguagem seu veículo, e a linguagem aqui entendida no sentido mais amplo da palavra, incluindo sua forma escrita, impressa e em todos os meios de transmissão do pensamento. (1918, p.198)

Ou seja, os meios de comunicação são os materiais genéticos dos aspectos sociais dos indivíduos e a sociedade é um ecossistema composto por relações de competição e cooperação, tal qual o ecossistema natural. Para Cooley, a tendência da evolução humana é claramente em direção à organização racional, complexa e inteligente dos indivíduos. Isso porque, mais do que armazenar e transmitir a bagagem cultural, os meios de comunicação estimulam a democratização e a humanização da vida humana.

“Nossa comunicação moderna, com suas implicações no diálogo e educação popular, é essencialmente democrática; ela significa que as pessoas estão, na realidade, participando, seja formalmente ou não” (1918, p.248). O surgimento da opinião pública aberta à participação popular, junto com a consolidação da nacionalidade como princípio de organização política mundial, geram, de acordo com Cooley, uma oportunidade histórica inédita de cooperação mundial

Os meios de comunicação foram transformados, ampliando e incentivando as relações sociais, tornando possível, até aquilo que concerne ao mecanismo, qualquer grau ou tipo de unidade que nós possamos ser capazes de atingir. Isolado a esse respeito, nós temos um novo mundo desde o fracasso do esquema do Príncipe Metternich para pacificação pós Guerras Napoleônicas. (1918, p.255)

A unificação atinge também as divisões classistas da sociedade nacional. “O fato de nós todos vivermos em um fluxo comum de sugestões e discussões torna uma separação total de classes impossível” (1918, p.269). Tanto os capitalistas, quanto seus empregados leem os mesmos despachos e discursos nos jornais matutinos. Existem, claro, diferenças classistas nas visões dos acontecimentos, mas a realidade com a qual cada indivíduo interage converge para um amplo e unificado conjunto.

“Isso, novamente, é uma condição em desenvolvimento. Todo que podem se lembrar de vinte e cinco ou trinta anos atrás devem estar impressionados com a tendência de tudo se tornar aberto” (1918, p.269). O aumento da visibilidade resultado dos novos meios de comunicação, argumenta Cooley, já diminuiu, nos últimos anos anteriores à publicação de *Social Process*, os entraves de classe e a intolerância a diversas condições viciosas como a corrupção política ou a imoralidade sexual, entre outras.

Em sua sétima e última parte, o livro afirma que existe, e que continuará existindo, um processo de desenvolvimento da inteligência pública calcado na extensão da comunicação, diálogo e troca de informações. A inteligência, para Cooley, é a capacidade de agir com sucesso diante de novas situações, ou seja, de se preparar para os acontecimentos futuros. Por isso o processamento cooperativo e cumulativo de informações significa maior inteligência.

A inteligência é sempre pública por sua condição de processo orgânico gestado por trocas sociais de estímulos, pensamentos e informações. Para o autor, a opinião pública deve ser devotada à não conformidade e gerenciada pela inteligência, oferecendo aos indivíduos liberdade e coragem para servir ao conjunto social. Com a inteligência pública, entende-se melhor o funcionamento da vida, capacitando as pessoas a imprimir um caráter mais racional e humano a todo o processo social (1918, p.362).

## 5 O CONHECIMENTO, O INDIVÍDUO E A SOCIEDADE

Esse capítulo da dissertação defende a hipótese de que a comunicação recebe implicitamente o papel de fundamento da individualidade e da sociabilidade na teoria social de Cooley. E, extrapolando aquilo que o sociólogo literalmente afirmou, esse trabalho afirma que a comunicação na obra de Cooley é o próprio fundamento do conhecimento social por baseá-lo na interação simbólica. A argumentação percorre aqui um caminho seccionado em três tópicos complementares que seguem um mesmo fluxo de raciocínio, separados, portanto, unicamente por questão de clareza e organização.

O primeiro subtítulo, *O fundamento do conhecimento*, retoma uma questão sobre a fundamentação da teoria social do estadunidense e destaca uma de suas possíveis respostas. Enunciando as críticas feitas por George Mead em 1930 e complementando-as com o endosso de Edward Jandy em 1942, o texto abre espaço para a acusação de que a obra de Cooley é solipsista, ou seja, excluiu a existência de um mundo objetivo, concreto e real, que sirva de lastro para a busca subjetiva por conhecimento universal, imutável, verdadeiro. Em seguida, Norbert Wily, Glenn Jacobs e Hans-Joaquim Schubert são referências para a contraproposta: o conhecimento em Cooley reproduziria o conceito pragmático de Charles Peirce, portanto, não cai em solipsismo.

O segundo e o terceiro subtítulos desenvolvem essa defesa apresentada principalmente por Schubert (2006), mostrando como Cooley rompe com o dualismo cartesiano entre *res cogita* e *res extensa* para afirmar que o sujeito do conhecimento e o próprio conhecimento estão fundamentados na interação social e na checagem constante da adequação do conhecimento à realidade. Ou seja, Schubert identifica que os conceitos defendidos pelo sociólogo implicam involuntária, mas necessariamente, uma compreensão pragmática dos significados.

Ainda no segundo item, a afirmação de que “a mente é social” (COOLEY, 1922, p.81) é explorada para mostrar como, de acordo com a teoria social de Cooley, o *self* e sua capacidade afetiva-cognitiva nascem e se desenvolvem a partir da interação social. Em sequência, o terceiro item desse capítulo mostra como “a sociedade é mental” (COOLEY, 1922, p.81) sem que isso recorra a um idealismo extremo em que o conhecimento fique pairando na subjetividade, em alheamento ao mundo objetivo. Por fim, o texto retoma o caminho lógico que Cooley percorreu para afirmar que a sociedade ideal é uma democracia regida pelos mesmos sentimentos que regem os grupos primários, e que, com o avanço dos meios de comunicação, a humanidade caminha inevitavelmente para essa sociedade ideal.

É importante ressaltar que esse capítulo extrapola a obra de Cooley, ele não escreveu ou demonstrou estar consciente das consequências e implicações de sua teoria social para o conceito de comunicação. Novamente, Cooley não se importava com as qualificações, normatizações ou estruturações filosóficas de seu pensamento; ele foi exclusivamente um teórico. Nesse sentido, seus críticos provavelmente possuem razão, ele apenas escrevia afetuosamente sobre aquilo que eram seus ideais morais para a sociedade estadunidense do início do século XX. Embora Cooley nunca tenha buscado fundamentar metafísica ou empiricamente suas teorias, isso não impede que suas teorias impliquem em alguma fundamentação filosófica.

“A questão é, no entanto, que aquele que propõe uma teoria de como nós conhecemos a realidade social e como nós a abordamos está, em todo o caso, levantando questões epistemológicas” (JANDY, 1942, p.125). É essa estrutura epistemológica que esse capítulo irá desenvolver a partir dos escritos de Cooley e seus comentaristas, pois o que nos parece é que ela é justamente a função da comunicação nas teorias do sociólogo: originar, estruturar e desenvolver em plenitude o conhecimento, o indivíduo e a sociedade. A comunicação, no interacionismo de Cooley, é o fundamento do sujeito, do objeto e de um conhecimento que é social e interativo.

### **5.1 O fundamento do conhecimento**

George Mead não dá voltas em seu artigo publicado pelo *American Journal of Sociology* em 1930, ano seguinte à morte de Charles Cooley. No resumo, elenca assertivo: a realidade social que Cooley abordou pela introspecção objetiva foi a sociedade em que ele viveu; a sociedade é uma questão da consciência e é necessariamente social; o *self* não é intrínseco à consciência, surge da comunicação com outros indivíduos; o *self* e o outro se originam da imaginação; a consciência pública é a organização das experiências individuais; o *self* não é intrínseco à mente, nós não somos primeiros individuais e depois sociais; e isso é um avanço em relação a Baldwin, Tarde e James.

Mead continua: se um *self* só interage com sua própria interpretação dos outros *self*, ele não é primeiramente social; o paralelismo da “psicologia ordinária” de Cooley gera dificuldades; sua ética ignorou os impulsos primitivos e insistiu em padrões já existentes; ele não estava interessado no estudo científico da sociedade; o *self* não possui um caráter objetivo em sua tendência a tomar o lugar do outro?; Cooley falhou em traçar as origens do *self* e da sociedade nos processos comunicativos primitivos; sua sociologia foi resultado da

comunidade americana à qual pertenceu, cujas essências são a doutrina de Cristo e a democracia.

Por fim, ele encerra o extenso resumo afirmando que:

se nós levarmos o comportamento social para trás, ao ponto em que antecede o psíquico como distinto de um mundo externo, é para esse comportamento primitivo que se pode traçar os padrões sociais que produz a sociedade tão bem quanto para criticar e reconstruir. Para esse tipo de análise, as hipóteses de Cooley fecham as portas. Mas a afirmação feita por Cooley de que o *self* e *outro* estão no mesmo plano de realidade e seu impressionante estudo dos grupos primários são realizações positivas com as quais nós estamos profundamente em débito. (MEAD, 1930, p.693)

Citando a passagem em que Cooley descreve Goethe como o sociólogo quase ideal, Mead diz que ela exemplifica com primor a concepção e o estilo de sociologia que Cooley trouxe em sua obra. Cooley, explica Mead, adorava citar Thoreau, Emerson, Lutero e Darwin em suas sentenças de estilo marcadamente emersoniano. Mais do que isso, a escrita de Cooley imitava Emerson por organizar o pensamento por meio de um princípio de unidade estrutural que seu pensamento trazia à luz, em vez de organizá-lo pela concatenação analítica dos pensamentos.

Embora Mead afirme que ninguém poderia ser menos autocentrado que Cooley, é importante identificar a realidade social em que ele vivia, pois é dela que ele retira suas reflexões. “A comunidade que ele descobriu, vamos dizer, de dentro para fora, foi uma democracia, e inevitavelmente uma democracia americana” (MEAD, 1930, p.694). Em certo sentido, o que Cooley diz em seus três livros é a mesma coisa, ou seja, Mead acha que Cooley apenas iluminou a mesma realidade social de três formas diferentes.

A sociedade em Cooley, explica Mead, é uma questão de consciência, e consciência necessariamente social, pois mesmo a ideia que uma pessoa tem de si é um reflexo direto daquilo que ela imagina que os outros pensam dela. “A vantagem dessa abordagem tem sido bem considerada no desenvolvimento da doutrina social de Cooley. O *outro* está no mesmo campo que o *self*. Ele pode ser reconhecido tão imediatamente quanto o *self*” (MEAD, 1930, p.696). Assim, as dicotomias entre indivíduo e sociedade, egoísmo e altruísmo, liberdade e determinismo desaparecem ou se tornam meras partes de uma mesma integridade.

Na superação do *self* cartesiano, os conceitos de Cooley seguem próximos aos de James, pondera Mead. Se os conceitos de “eu” e “você” precisam aparecer e se desenvolver conjuntamente por meio da interação social, “Cooley, assim, deixa a ‘pessoa’ ou o ‘homem’ como metafisicamente anterior ao *self* e aos *outros*” (MEAD, 1930, 696). O problema, aponta Mead, é que Cooley considera essas consciências, imaginações, ideias, “os fatos sólidos da sociedade”. Para Mead, se deve chegar à conclusão de que existe uma consciência

públicacoletiva, a partir da necessidade de uma contrapartida psíquica para o conjunto orgânico e físico da sociedade.

“Mas Cooley recua dessa partida da experiência direta. Consciência pública é a expressão da comunicação, discussão, e reside nas ideias comuns das pessoas, e em sua organização” (MEAD, 1930, p.697). A sociedade para Cooley é inteiramente psíquica e inteiramente social; as ideias, os fatos sólidos da sociedade, só podem ter definição quando em relação com outras ideias. Se as ideias e sua organização (a grande mente) não possuem lastro na realidade externa, Mead questiona se a vontade livre que um indivíduo pode ter independentemente da situação social pode ser, como a teoria de Cooley leva a entender, socialmente insignificante.

Para Mead, a percepção de que a mente não é primeiramente individual para depois se tornar social demonstra um avanço feito por Cooley em relação à de Baldwin, Tarde e James. “A superioridade da posição de Cooley reside em sua liberdade para encontrar na consciência um processo social acontecendo, no qual o *self* e o *outro* surgem” (MEAD, 1930, p.700). Mead aponta que esse processo de reflexões e inflexões das ideias de um sobre o outro e suas respectivas ideias daquilo que imaginam ser as ideias alheias sobre si capta inovadoramente as oposições e acordos da polarização e as coloca todas em um mesmo nível.

Outro ponto em que Mead considera Cooley bem sucedido é na análise que fez da degeneração social. “Ele pode mostrar que condições sociais insalubres se refletem em indivíduos degenerados e ele pode indicar a responsabilidade do ambiente pela degeneração ao mesmo tempo em que reconhecia a responsabilidade pertencente ao indivíduo.” (MEAD, 1930, p.700) Em resumo, Mead aponta que Cooley foi capaz de revelar o processo de relação entre o indivíduo e a sociedade em seus dois sentidos, pois era um único processo social percebido por dois pontos de vistas diferentes.

A questão que Mead levanta é se o processo social externo pode mesmo ser encontrado nessa “pessoa” ou “homem” em que as consciências do *self* e do *outro* se desenvolvem. “Eu penso que Cooley foi emersoniano em encontrar o *self* individual em um *supra-self*” (MEAD, 1930, p.701), um *self* coletivo, na consciência pública. Porém, o sociólogo de Michigan não precisaria disso para fundamentar sua sociologia; Mead acusa Cooley de ter recorrido ao que chama de “psicologia ordinária” para interpretar o que acontece dentro da mente.

Com a psicologia ordinária, Cooley teria pressuposto um paralelismo entre o psíquico e o físico: “Sua interpretação é que a consciência é uma experiência interna da vida do organismo externo” (MEAD, 1930, p.701). Sem querer entrar em questões metafísicas,

lógicas ou terminológicas, Mead acredita existir uma contradição em dizer que o *self* e o *outro* estão hospedadas na consciência definida pela psicologia ordinária e são, ao mesmo tempo, os fatos sólidos da sociologia, ou seja, o campo do organismo social externo.

Em primeiro lugar, é um problema que Cooley aceite o paralelismo da psicologia ordinária ao mesmo tempo em que se recusa a identificar o *self* com seu organismo físico. Mead aponta que Cooley escapa dessa segregação entre o organismo animal e o ser social e moral ao fundir os processos evolutivos biológico e social. Sobre o assunto, Cooley teria escrito “um admirável tratado ético em lugar de uma análise científica sobre a situação em que ficam os julgamentos morais e todo o aparato impulsivo” (MEAD, 1930, p.702).

Isso leva ao segundo ponto: “o problema da aplicação do método científico no estudo da sociedade não interessava a ele” (MEAD, 1930, p.703). Ele reconhecia a importância dos estudos estatísticos e dos questionários comunitários, porém formar uma definição ou formulação exata das questões sociais lhe parecia desimportante. “Seu método era aquele de uma introspecção que reconhecia a mente como o local das individualidades que agem umas sobre as outras, mas o problema metodológico da objetificação dessa mente ele afastava como metafísica” (MEAD, 1930, p.703).

O método de Cooley, portanto, era psicológico e leva Mead à seguinte pergunta: “A consideração psicológica feita por Cooley que coloca o *self* na mente serve como uma consideração adequada sobre o indivíduo social na vida objetiva da sociedade?” (MEAD, 1930, p.703) Ou seja, é fácil aceitar que a ideia que um indivíduo tem seja compartilhada e confrontada com a de outros indivíduos por meio da comunicação interativa, mas essa ideia nunca chega a ser confrontada com o mundo real, com a perspectiva objetiva da experiência? Para Mead,

é desse mundo social [físico] que essas experiências internas que nós chamamos psíquicas surgem [...] O local da sociedade não é na mente, não no sentido em que Cooley usa esse termo, e a abordagem a ela não é por introspecção, embora o que acontece dentro do fórum interno de nossas experiências seja essencial para a comunicação significativa. (MEAD, 1930, p.704)

O próximo ponto discutido por Mead é a ineficiência de Cooley por não ter “ido” até os primórdios da sociabilidade humana para analisar como o *self* e o *outro* surgiram na mente humana. Segundo Mead, a distinção primitiva entre o mundo físico eo mundo psíquico foi o acontecimento responsável pelo surgimento e desenvolvimento da estrutura social. O crítico acredita que, por não ter feito esse estudo genealógico, Cooley teria tomando a realidade social como estática, e a realidade social estática pressuposta por Cooley é a em que

elemesmo vivia: ou seja, a sociologia de Cooley toma as características da comunidade democrática, cristã e norte-americana como pertencentes à natureza humana.

“Mas eu estou relutante em concluir uma discussão sobre a psicologia social de Cooley com uma nota crítica”, encerra Mead (1930, p.706) ao destacar que o sociólogo de Michigan foi bem sucedido em estabelecer o *self* e os *outros* em um mesmo plano de realidade na experiência social e em estudar a sociedade como uma extrapolação da cooperação e associação dos grupos primários. Suas percepções criativas e pensamentos construtivos, defende Mead, são profundos débitos para o conhecimento social.

Em *Charles Horton Cooley* (1942), Edward Jandy alinha-se aos comentários de George Mead. “Eles constituem não somente a mais competente apreciação da contribuição de Cooley para o pensamento da psicologia social, [...] como também representam as críticas mais iluminadoras que tivemos sobre esse aspecto das opiniões de Cooley” (JANDY, 1942, p.117). Indo direto ao ponto de conflito, Jandy explica que Mead reconhece os avanços que Cooley fez em relação a James e Baldwin, “porém, Mead suspeitava corretamente do idealismo neo-hegeliano de Cooley” (JANDY, 1942, p.117).

Mead, pragmático e behaviorista, acreditava que havia na sociedade uma dimensão objetivamente real para além da mente dos indivíduos. Afinal, não é comum que se tenha ideias equivocadas sobre os outros e sobre si mesmo? Se as relações e elementos da sociedade podem estar erradas na mentalidade humana, pressupõe-se a existência de uma realidade acima das subjetividades e que pode ser conhecida por meio da experiência. Mead (*apud* JANDY, 1942, p.119) aponta uma contradição em Cooley, pois esse postula que a individualidade se desenvolve a partir de experiências ao mesmo tempo em que defende a subjetividade da realidade social, ou seja, como o *self* poderia se desenvolver de experiências quando não há um mundo objetivo exterior à mente do indivíduo?

É por isso que Mead acusa a psicologia social de Cooley de cair em solipsismo: “a sociedade não tem existência forada mente dos indivíduos” (*apud* JANDY, 1942, p.118). Jandy aponta que Cooley está apenas reiterando a famosa expressão de Berkeley “existir é ser percebido” e acrescenta a crítica feita por Roy Sellars: se os indivíduos se relacionam com a imaginação que possuem dos outros indivíduos, “então, como posso saber que sequer existem outras pessoas? Parece que o mundo social desaparece juntamente com o mundo físico” (SELLARS *apud* JANDY, 1942, p.119). O ponto é: como falar em interação social se ela ocorre dentro dos limites da consciência de um único indivíduo?

Jandy acredita que Mead foi significativamente além de Cooley na descrição do processo pelo qual a autoconsciência se desenvolve na infância. Charles Morris apontaria que

antes de Mead (portanto, em Royce, Tarde, Baldwin, Giddings, Cooley e Wundt), a questão do mecanismo pelo qual a mente se percebe dentro de um grupo social era solenemente dado como pressuposto, como se a mente e o *self* fossem retirados de um “chapéu mágico”. “O escritor [Jandy] está persuadido de que essa não é uma crítica injusta” (JANDY, 1942, p.121).

A resposta de Mead é a de que o *self* se desenvolve gradualmente conforme a criança adquire a capacidade de tomar o lugar do *outro*, ou seja, “assume a atitude ou usa os gestos que outro indivíduo usaria e responderia a ele mesmo” (MEAD *apud* JANDY, 1942, p.121). Aqui, Mead desenvolve o conceito de *o outro generalizado*, um termo que Jandy considera tão clássico quanto *o eu refletido* de Cooley. *O outro generalizado* é o nome dado por Mead para o grupo social ou comunidade que dá ao indivíduo sua unidade, ou seja, é sua referência cultural, comportamental e moral. Além desse, há mais dois pontos em que Jandy acha que Mead foi mais pertinente que James e Cooley.

Primeiro, ao alterar o ponto de ênfase do mecanismo de desenvolvimento da autoconsciência para a capacidade cognitiva, e não a afetiva, do indivíduo. Mead considera ser um equívoco de primariedade fundamentar a consciência de si nas experiências afetivas como a autopercepção, pois para um indivíduo ter sentimentos a cerca da sua percepção de si, ele precisa primeiro perceber-se. A essência do *self*, por sua vez, é para Mead (*apud* JANDY, 1942, p.123) cognitiva: “Ela se encontra na conversação internalizada dos gestos que constituem o pensamento, ou em termos da forma como o pensamento ou reflexão procedem”.

Segundo, em diferenciar claramente *eu* do *me*. “Talvez tenhamos aqui novamente a ênfase excessiva de Cooley no elemento afetivo do *self* com uma conseqüente subestimação do cognitivo” (JANDY, 1942, p.124). Para Mead, o *eu* e o *me* são distintos, embora partes de um mesmo processo conjunto. O *eu* é um *me* anterior, o *me* pressupõe um *eu*. Essa diferenciação não é ficcional, nem irrelevante, pois indica dois papéis distintos no processo bidirecional de “dar e receber” existente no pensamento.

Enfim, no que tange à psicologia social de Charles Cooley, Edward Jandy está evidente e declaradamente ao lado de George Mead. “Mead era um pensador demasiado mordaz para ter levantado essas críticas sem ter alguma substância” (JANDY, 1942, p.125). É evidente que um partidário de Cooley, antecipa Jandy, defenderia o subjetivismo e a introspecção dos conceitos de Cooley com o argumento de que esse nada se importava com os esquemas formais da metafísica e da epistemologia. “A questão é, no entanto, que aquele que propõe uma teoria de como nós conhecemos a realidade social e como nós a abordamos está em todo caso levantando questões epistemológicas” (JANDY, 1942, p.125).

Se for para defender Cooley, explica Jandy, é necessário argumentar que ele dificilmente negaria que um indivíduo possui existência objetiva independente das ideias pessoais que os outros indivíduos possuem a cerca dele, assim como dificilmente negaria que a sociedade possui referências materiais e objetivas, como quando fala das redes de conexões sociais, por exemplo. De certa forma, o que Cooley queria dizer – mas, ressalta Jandy, disse com menos competência que Mead – era que as coisas só são socialmente reais quando as pessoas têm ideias sobre essas coisas em suas mentes.

No outro lado do campo de disputa, Norbert Wiley, em *A Mead-Cooley Merger* (2011), defende que as ideias dos dois pensadores americanos são tão próximas que poderiam ser razoavelmente combinadas ou unidas. Sua fundamentação parte da crítica feita por Mead à conceituação de *self* feita por Cooley. Assim como James, Cooley explica o *self* como sentimento de si [*self-feeling*]; já Mead baseia o *self* no conceito de reflexividade que herdou da tradição hegeliana. Enquanto a primeira é basicamente emocional, a segunda é basicamente racional, havendo, para Wiley, pontos fortes e fracos em ambos os conceitos.

A primeira crítica de Mead seria que a reflexividade é mais social, contudo, explica o comentarista, quando o sentimento de si estabelece o *eu*, ele pressupõe o outro, pressupõe – embora implicitamente – igualmente a sociabilidade. A segunda crítica de Mead é a ausência de uma explicação antropológica para o surgimento do *self*, que para ele ocorre quando os primatas passam a usar gestos simbólicos. “Mas isso é mais um estabelecimento da questão que uma resposta. Mead não tinha qualquer ideia de como esses gestos sofriam tal transformação” (WILEY, 2011, p.178).

É aqui que Wiley afirma que uma fusão entre as teorias de Cooley e Mead seria uma forma de complementar uma com a outra. Contudo, antes de desenvolver essa proposta, ele afirma que existe um enigma no relacionamento, ou ausência de relacionamento, entre George Mead e Charles Cooley. Com pouco mais de um ano e meio de diferença de idade, ambos moravam em Ann Arbor e estavam vinculados à Universidade de Michigan entre 1891 e 1894; Mead como instrutor em filosofia e Cooley como pós-graduando em economia.

“Mead e Cooley estavam ambos trabalhando no ‘*self* social’, uma importante nova perspectiva na teoria social. Além de John Dewey, eles eram provavelmente as únicas duas pessoas na Universidade concentrando-se nesse problema” (WILEY, 2011, p.169). Para um biógrafo de Mead, Gary Cook, “dado o pequeno tamanho do corpo docente em Michigan durante os anos 1890 [...] é quase certo que Mead tenha conhecido Cooley” (COOK *apud* WILEY, 2011, p.170).

A suspeita de que tenham se conhecido ganha força quando Mead escreve em uma carta que estava lendo *Social Process* de Cooley e apreciando com o livro “as imagens mentais que recorrem de Ann Arbor – as reuniões docentes e prédios e encontros de mente e corpos e nós como erámos naqueles dias” (MEAD *apud* WILEY, 2011, p.170). Além disso, Glenn Jacobs (2006) acredita que existem muitos pontos em que Mead nunca reconheceu seu débito a Cooley, como nos conceitos de tomada de papéis ou discursos mentais.

Dentre as proximidades, Wiley explica que ambos contribuíram para a teoria social do “*self*”, sendo a consciência que o indivíduo possui de si mesmo um símbolo, uma entidade significativa que, embora resida no corpo, é construída socialmente. Essa construção social se deve muito à capacidade da mente criar diálogos com entidades imaginárias de si mesmo e de outras pessoas. “A ‘imaginação empática’ de Cooley se torna, com algumas modificações, a ‘tomada do papel do outro’ de Mead” (MILLER *apud* WILEY, 2011, p.171).

Quanto ao diálogo interno ou diálogo mental, Norbert Wiley alfineta Mead: “A conversação interna é o coração do trabalho de Mead, e ele a trata como se tivesse a criado por conta própria” (WILEY, 2011, p.173). Para o comentarista, o “me” de Mead é apenas outro nome para as “companhias imaginárias” de Cooley, ambas sendo reflexividade da consciência, um diálogo entre o indivíduo e si mesmo. “Propriedade intelectual é a alma do jogo professoral, e quando ela é alocada equivocadamente, isso precisa ser corrigido” (2011, p.174).

Para Wiley, é um enigma que Cooley nunca tenha se referido a Mead e que Mead tenha se referido a Cooley uma única vez para criticá-lo severamente em seu obituário no *American Journal of Sociology*. Não apenas foram críticas exageradas, como insensíveis por Mead não ter dado a Cooley a possibilidade de se defender. “Minha solução sugerida para esse enigma é que algo aconteceu em Ann Arbor que criou um constrangimento entre os dois pensadores. Eles podem, por exemplo, ter competido pela aprovação de Dewey. É uma suposição, mas uma razoável” (WILEY, 2011, p.169).

Em seu ensaio, Mead circula pelos problemas, divaga e parece se contradizer em alguns momentos. Ele também alterna entre bater firme e retirar seus golpes. Alguma coisa, provavelmente seus sentimentos confusos em relação a Cooley, parece estar segurando ele, pelo menos por boa parte do artigo. (WILEY, 2011, p.176)

Mead não afirma explicitamente no artigo que a sociologia de Cooley é solipsista, mas o faz em *Mind, Self and Society* (1934, p.224). “Lá, ele diz que o método de Cooley ‘carrega em si a implicação de solipsismo completo: a sociedade não possui existência exceto na mente do indivíduo’” (WILEY, 2011, p.175). Isso basicamente igualaria a teoria de Cooley ao

idealismo de George Berkeley, em que somente a consciência do indivíduo existe e qualquer outra coisa que possa parecer existir é meramente uma ideia dessa consciência.

“O alegado solipsismo de Cooley é meramente uma afirmação categórica de que o social está em nossas mentes” (WILEY, 2011, p.176). Caso Mead tivesse lido Cooley com maior atenção, teria consciência de que quando esse último diz que a sociedade existe na mente das pessoas, ele “espera não parecer questionar a realidade independente das pessoas ou confundi-la com as ideias pessoais. O homem é uma coisa e as várias ideias entretidas sobre ele são outra; mas a última, a ideia pessoal, é a realidade social imediata” (COOLEY, 1922, pp.123-124).

A desculpa dada por Wiley para que Cooley tivesse induzido Mead a esse erro por dar excessiva ênfase ao caráter mental da sociedade é a timidez e a auto-imersão em que Cooley viveu. Em todo caso, “é um mistério como Mead chegou a essa interpretação, mas também parece óbvio que ele estava errado [...]. Um certo número de sociólogos [...] repetiu a acusação de Mead [...], e eles estavam tão errados quanto ele estava” (WILEY, 2011, p.177). Para o comentarista, então, se trata mais de uma questão de um estresse biográfico de Cooley do que um erro teórico devastador.

Em *The foundation of Pragmatic Sociology* (2006), Hans-Joachim Schubert trata principalmente da teoria pragmática do conhecimento encontrada na psicologia social de Charles Cooley e de George Mead. Embora seu título leve a crer que focará o surgimento da sociologia pragmática, ele se ocupa menos em explicar a proposta de Charles Peirce – tido por Schubert como o fundador do pragmatismo nos Estados Unidos - e mais em defender Cooley da severa crítica publicada por Mead no *American Journal of Sociology* em 1930.

Após relatar o que compreendeu da crítica de Mead, Schubert traça um paralelo entre os processos de significação em Peirce, Cooley e Mead para mostrar que essas críticas não se sustentam. Schubert (2006, p.51) inicia: “Charles Horton Cooley era, de acordo com George Herbert Mead, um idealista ou mentalista para quem ‘imaginações’ e não ‘interações simbólicas’ são os ‘fatos sólidos da sociedade’”. Porém, ao contrário do que dá a entender Mead, Cooley rompe com o dualismo cartesiano entre a mente e o corpo, discordando tanto do idealismo, quanto do behaviorismo. Assim como Mead, afirma Schubert, Cooley coloca a comunicação como a chave para a relação entre o sujeito (subjetividade), o objeto (mundo objetivo) e a sociedade (mundo simbólico e social).

Schubert também acusa: “É preciso dizer de antemão que Mead não produziu uma obra-prima didática com seu ensaio sobre Cooley” (SCHUBERT, 2006, p.52). Schubert, reproduzindo a confusão feita por Mead, indica que ao longo do texto, Mead afirma três vezes

que Cooley adotou o paralelismo entre o psíquico e o físico da “psicologia ordinária” para também três vezes escrever que o mesmo autor representou um avanço em relação a Baldwin, Tarde e James por ter percebido que o *eu* não é inato, mas que advém da ação da comunicação; que Cooley quebra o dualismo cartesiano colocando corpo e mente como pontos de vista de uma mesma realidade; e que Cooley reconhecia uma transição evolucionária entre o processo evolutivo direcionado pelo ambiente físico para um processo evolutivo direcionado pelo ambiente cultural.

Isso mostra que, embora todos os comentaristas reconheçam haver nesse ensaio um caráter fortemente negativo, é difícil identificar com exatidão as acusações feitas por Mead. Para Schubert (2006, p.53), “o ponto crucial para Mead é que Cooley não tinha uma teoria normativa à mão com a qual ele poderia avaliar e criticar a mudança empírica e histórica da natureza para a cultura”. E Mead achava que somente um regresso, um estudo genético, antropológico e etológico poderia chegar a essa teoria normativa. “Sem essa abordagem, Cooley pode somente desenvolver uma posição etnocêntrica” (SCHUBERT, 2006, p.53), ou seja, um retrato da comunidade cristã e democrática estadunidense.

Essa crítica a Cooley está errada por duas razões. Primeiro, Cooley, ao contrário do que Mead acredita, representou não um mentalismo ou paralelismo, mas um ponto de vista pragmático, ancorado na teoria da comunicação, da sociabilização e dos grupos primários. Segundo, essa visão deu o fundamento de uma teoria universalista discriminando entre fatos e normas. (SCHUBERT, 2006, p.53)

Para Schubert, a antropologia e a etologia só poderiam revelar que a comunicação é o fator que distingue os humanos dos outros animais, mas não indicaria a gênese normativa da comunicação. Cooley fundamenta de outra forma, “ele mostra (como faz Mead em outros momentos de seu trabalho) que a sociedade humana (ordem social) e a subjetividade (o eu) se desenvolvem pela ‘compreensão’ no processo de ação comunicativa” (SCHUBERT, 2006, p.54). Ou seja, o poder normativo da comunicação se encontra em sua imprescindibilidade para a formação da individualidade e da sociabilidade que se originam nos grupos primários.

Se as essências da individualidade e da ordem social surgem do diálogo dos grupos primários, esses precisam ser universais a toda a humanidade – e não, como Mead acusa, ser reflexo dos valores e normas culturais da comunidade interiorana norte-americana. “Por um lado, ‘compreensão’ e ‘comunicação’ são condições para o desenvolvimento do *self* porque um *self* autônomo surge unicamente da síntese de julgamentos dispares.” (SCHUBERT, 2006, p.54) Por outro lado, o *self* em desenvolvimento precisa fazer parte de um ambiente social estruturado comunicativamente para que o processo de sociabilização ocorra.

Por curiosidade, Schubert compara a concepção de continuidade entre identidade, grupo primário e sociedade em Cooley com a diferenciação que Ferdinand Tönnies faz de *Gemeinschaft* (comunidade baseada em tradição, hierarquia, hábitos e emoções) e *Gesellschaft* (sociedade controlada por convenções, leis e opinião pública). A ênfase colocada por Cooley na comunicação para distinguir os grupos primários da sociedade leva a uma teoria sociopolítica bastante distinta da de Tönnies: “Em sua teoria, o alargamento dos ideais dos grupos primários envolve por necessidade o alargamento da democracia, enquanto nenhuma teoria da democracia deriva da concepção de *Gemeinschaft* de Tönnies” (SCHUBERT, 2006, p.55).

Para Schubert, a democracia em Cooley não é um regime espelhado nas comunidades dos Estados Unidos, mas uma forma de vida que deriva dos grupos primários. “Por que Mead ignora a demanda universalista e normativa das teorias da comunicação e dos grupos primários em Cooley continua a ser um mistério” (SCHUBERT, 2006, p.56). O comentarista pondera que as diferenças entre os dois autores não são teóricas, mas são diferenças de abordagem: enquanto Mead trabalha com a psicologia social e as filosofias da ciência, ética e política, Cooley estava próximo da sociologia *micro (self)*, *meso* (grupos primários) e *macro* estruturais (opinião pública, democracia, classes, instituições, desorganização social).

Hans-Joaquim Schubert acredita que Mead acusa Cooley de mentalismo por afirmações como “a sociedade é mental” e “as imaginações são os fatos sólidos da sociedade” (COOLEY *apud* SCHUBERT, 2006, p.57). Essas afirmações talvez induzam mesmo a um entendimento incorreto, por isso o comentarista explica: “Imaginação não é uma força isolada do mundo empírico, mas uma ‘comunicação’ intersubjetiva. Mente não é uma capacidade solipsista, mas uma ‘experiência interna’, criada em conjunto com o ‘mundo externo’” (SCHUBERT, 2006, p.57). Assim, Cooley não seria mentalista, nem solipsista.

Cooley – tal qual o próprio Mead, afirma Schubert - possui uma teoria comunicativa da ação humana derivada de sua concepção antropológica: os humanos não são determinados pela genética ou pelo ambiente. Como, então, os indivíduos coordenam suas ações? “A resposta que Cooley e Mead dão é: os atores podem definir, generalizar e comunicar significados dos mundos subjetivo, social e objetivo com a ajuda do ‘significante’ ou ‘símbolos padronizados’...” (SCHUBERT, 2006, p.57) A comunicação e a compreensão, logo, são os instrumentos decisivos de organização social.

O caminho para uma sociologia interacionista levou Cooley a rejeitar, por um lado, métodos introspectivos e a filosofia da mente, por outro lado, abordagens biológicas e behavioristas como eugenia, criminologia, psicologia massiva, a teoria da imitação e a psicologia dos instintos. (SCHUBERT, 2006, p.58)

Uma vez que Cooley e Mead negavam que a ordem social pudesse ser inferida empiricamente do ambiente ou nominalmente de uma estrutura mental transcendental, suas teorias interativas de sociedade caíam na tradição pragmática estadunidense tal qual ela foi proposta por Charles Peirce. “A ordem lógica do mundo, para Peirce, deriva não da dedução a partir de normas generalizadas, nem da indução de casos singulares, mas da abdução do ‘contexto da descoberta’, como um processo construtivo de hipóteses” (SCHUBERT, 2006, p.59). A ordem social no pragmatismo não é um estado, é um processo criativo e experimental em constante mudança.

Schubert aponta que a teoria social pragmática encontrada em Cooley e Mead se desvencilha do behaviorismo, idealismo e mesmo do utilitarismo. Os indivíduos, o pragmatismo acredita, não agem unicamente em uma busca cega por objetivos pessoais e egoístas, nem por obrigações sociais ou necessidades instintivas. Eles agem em função de problemas que precisam ser superados por ações experimentais; a sociedade não é um equilíbrio entre os interesses individuais ou uma estrutura normativa predeterminada, é “um processo de permanente ‘reconstrução imaginativa’ dos significados social, subjetivo e objetivo” (SCHUBERT, 2006, p.61).

Essa teoria social implica naturalmente em uma teoria do conhecimento, uma teoria tripartite do conhecimento. Enquanto o empirismo radical de David Hume considera que o conhecimento é deduzido das experiências com o mundo exterior, o idealismo de Immanuel Kant defende que o sujeito [transcendental] possui categorias de compreensão inatas com as quais induz o reconhecimento dos objetos do mundo externo. Charles Peirce formulou uma teoria do conhecimento em que as categorias de compreensão são significativas, sendo abduzidas de um processo interativo entre os objetos, os sujeitos e os signos.

Para Mead e Cooley, afirma Schubert (2006, p.65), os significados e os valores são igualmente resultados de uma interação entre três partes, embora utilizem termos e situações diferentes para chegar à mesma teoria pragmática defendida primeiramente por Peirce. Em comum, eles perceberam que a:

Comunicação é o mecanismo criando a autonomia, bem como a heteronomia, dos quatro emaranhados mundos: significados do *mundo objetivo* são rastreáveis nem de estruturas empíricas do mundo externo ou de estruturas nominais da mente. O significado dos objetos é generalizado no uso contextual, no processo de coordenação de ação. (SCHUBERT, 2006, p.65-66)

Em termos práticos, isso significa que os significados do mundo social se desenvolvem simultaneamente pela comunicação na forma de papéis, normas e estruturas sociais. Conforme Cooley aponta, o conhecimento social, diferente do conhecimento espacial

(relativo ao mundo objetivo), não possui lastro fora do processo comunicativo. Além disso, o processo de interação simbólica também gera os significados da compreensão subjetiva. “O ‘self’ (Mead) ou o ‘eu espelhado’ (Cooley) surge em reação aos problemas de ação através da integração abduativa das demandas ou perspectivas sociais, culturais e subjetivas” (SCHUBERT, 2006, p.66).

O resultado da interação entre os três mundos (subjetivo, social e objetivo) gera um quarto mundo, ao que Peirce chama de significantes, ou seja, símbolos padronizados e generalizados. Os símbolos que surgem das situações de ação concreta ganham autonomia, ganham uma estrutura referencial que independe dos outros três mundos, embora sejam emanados da interação entre eles. Para demonstrar que a teoria comunicativa de Cooley pressupõe essa mesma teoria pragmática do conhecimento social que Peirce propôs, Schubert destaca a seguinte passagem de *Social Organization*:

De forma que a palavra normalmente vem antes, induzindo e despertando a ideia – nós não temos a última se não tivermos primeiramente a palavra. [...] Tais termos, por exemplo, como bom, certo, amor, casa, justiça, beleza, liberdade são poderosos constituintes do que eles próprios significam. (COOLEY *apud* SCHUBERT, 2006, p.67)

Diferente do que Mead acusa, portanto, Cooley possui sim uma fundamentação para sua teoria social. E, ainda, é a mesma que fundamenta a psicologia social de Mead: o pragmatismo americano. Os processos significativos que dão base para as diferentes formas de conhecimento são abertos, inter-relacionados e contingentes. As estruturas sociais, portanto, não são restritivas; o conhecimento do mundo objetivo não é fixo ou exato; e o sujeito não é normativo, mas interativamente construído. Quando surgem contradições entre as estruturas dessas três instâncias, existe maleabilidade – bem como autonomia – para que elas se reorganizem, reorganizem e incluam novas perspectivas por meio do processo comunicativo.

## 5.2 O fundamento do indivíduo

Hans-Joachim Schubert (2006) e Norbert Wiley (2011) afirmam que as críticas feitas por George Mead em 1930 foram equivocadas e mecanicamente repetidas por diversos outros comentaristas sem que esses dessem a devida atenção ao que Cooley escreveu, perpetuando um equívoco na história das teorias sociais. No centro da disputa está o mentalismo radical da concepção sociológica de Cooley quando ele afirma que “a mente humana é social, e a sociedade é mental, e que, em resumo, a sociedade e a mente são aspectos de um mesmo inteiro” (COOLEY, 1922, p.81).

Ela [a noção de *self* de Cooley] incorpora o corpo e a reflexividade, englobando ambos os componentes cognitivos e afetivos. Se o escrito é lido apenas superficialmente e descuidadamente, é fácil mal interpretar o entendimento que Cooley tem das concatenações do corpo, mente, imaginação, emoção e o *self* como reduções banais do behaviorismo para ‘natureza humana’ ou para psicologia individual. (JACOBS, 2006, p.69)

Enquanto esse item elucidará o percurso reflexivo que levou Cooley a afirmar que “a mente humana é social”, o próximo tratará da afirmação de que “a sociedade é mental”. Pois bem, a percepção de que o *self* está calcado na interação comunicativa é decorrente do pressuposto primeiro da sociologia de Cooley: o de que a sociedade e o indivíduo são duas fases de um mesmo conjunto, sendo impossível dissociá-los. “*Self* e o outro não existem como fatos sociais mutuamente exclusivos, e a fraseologia que implica que eles assim existem, como a antítese entre egoísmo versus altruísmo, está aberta à objeção de serem vagas, senão mesmo de serem falsas” (COOLEY, 1922, p.126).

Quando Cooley afirma que “Descartes poderia ter dito ‘nós pensamos’, *cogitamos*, em bons fundamentos tanto quanto ele disse *cogito*” (COOLEY, 1909, p.09), ele troca a ideia de subjetividade individual por uma subjetividade coletiva. Essa descrição coletivista do sujeito em Cooley advém de sua marcada aversão à materialidade da capacidade cognitiva: pensar é uma atividade comunicativa, interativa, social. O que ele parece acreditar é que o sujeito do conhecimento acabou compreendido como individual porque quando se pergunta pelo significado do *eu*, acaba-se por apontar o corpo como “lugar do eu” (COOLEY, 1922, p.176).

Contudo o uso do *eu* está muito mais ligado – o estadunidense percebeu – a sentimentos e reflexões do que à corporalidade. “Ele [o ‘eu’] se refere majoritariamente a opiniões, propósitos, desejos, reivindicações, e similares, concernentes a questões que envolvem nenhuma referência ao corpo” (COOLEY, 1922, p.176). O *eu* para Cooley é o sentimento de si mesmo, um elemento que existe instintivamente no humano, mas que depende do contato com outros indivíduos para se desenvolver plenamente: “é através da comunicação que nós obtemos nosso desenvolvimento mais elevado” (COOLEY, 1909, p.63).

Não é gratuitamente que Cooley traz o exemplo de Hellen Keller, uma menina que perdeu a visão e audição entre os dezoito meses e os sete anos. Algo como as documentadas histórias de Kaspar Hauser, Victor de Aveyron, Amala e Kamala, entre outras. É disso que surge a afirmação de que “sem a comunicação, a mente não desenvolve uma verdadeira natureza humana, mas remanesce em um estado anormal e indeterminado, nem humana, nem propriamente brutal” (1909, p.62). O sociólogo considera que somente com o contraste entre o *eu* e o *outro* é capaz de despertar a consciência de si mesmo.

Órgãos internos, como o fígado, não são peculiarmente considerados nossos a não ser que nós estejamos tentando comunicar algo em relação a eles, como, por exemplo, quando eles nos estão dando problemas e nós estamos tentando receber simpatia. [...] Não existe o sentimento de “eu”, como em orgulho ou vergonha, sem seus sentidos correlativos de você, ou ele, ou eles. (COOLEY, 1922, p.182)

Mesmo em situações que concernem ao corpo, é extremamente comum que o “eu” tenha referência a outras pessoas. Se alguém pensa sobre sua aparência, ela o faz em referência a um padrão social, ela o faz no sentido de “o que as outras pessoas vão pensar de minha aparência” ou “comparado aos padrões existentes, o que me caracteriza”. Dessa reflexão, Cooley extrai o “*reflectedorlooking-glass self*” (1922, p.184), aqui traduzido como “eu espelhado”. Esse modelo de autoconsciência afirma que uma pessoa nunca está sozinha quando olha para si mesma, ela sempre olhará para si com os olhos dos outros, com a visão dos padrões sociais.

Cooley, no entanto, não enfoca exclusivamente a parte afetiva do *self*, como afirma Jandy (1942, p.124). A necessidade de interagir com outros humanos existe da mesma forma na parte cognitiva que integra o “eu”. Para exemplificar, Cooley trata das influências culturais na própria estruturação cognitiva, implicando que a capacidade de conhecer não é anterior ou posterior ao desenvolvimento social, porém concomitante. Como principal argumento, está a linguagem. As observações do crescimento infantil levou Cooley a perceber que o pensamento e a linguagem não antecedem ou sucedem uma à outra, mas surgem e evoluem juntos.

Glenn Jacobs acrescenta que quando Cooley afirma que “depois que uma criança aprende a falar e o mundo social, em toda sua maravilha e provocação, abre-se em sua mente, ele inunda sua imaginação de forma que todos os seus pensamentos são conversações” (1922, pp.88-89), ele está negando a acusação de solipsista feita por Mead. Cooley não concebe a mente como anterior ao envolvimento da criança no mundo social; por isso sua teoria social não pode ser associada aos idealistas ou empiristas dentro das tradições da filosofia do conhecimento. Ela destaca o caráter interativo e interdependente dos fatores do conhecimento.

O pensamento utiliza a linguagem, logo, pensar é uma atividade social e comunicativa. “O que não vem por hereditariedade, vem por comunicação e relacionamento; e quanto mais de perto olharmos, mais evidente fica que a individualização é uma ilusão dos olhos e que a comunidade é a verdade interior” (COOLEY, 1909, p.09). Indo além da herança da linguagem e da estrutura lógica do pensamento, Cooley infere dos amigos imaginários infantis um processo mental único formado pelo pensamento, imaginação e comunicação.

Quando crianças interagem com amigos imaginários, elas não estão unicamente criando companhias, estão dando vazão à própria capacidade de pensar.

Todo pensamento parecia ser pronunciado em voz alta. Se sua mãe o chamava, ele diria, “Eu preciso ir agora”. Quando escorregava e caía no chão, ouvia-se dizer, “Você caiu? Não. Eu caí”. O ponto principal a se notar aqui é que essas conversações não são ocasionais, efusões temporárias da imaginação, mas são a expressão ingênua de uma socialização da mente que será permanente e implícita em todo pensamento posterior. (COOLEY, 1922, p.89)

Como foi escrito no capítulo anterior, podemos comparar essa transição entre conversar consigo mesmo e simplesmente pensar com a transição de uma leitura em voz alta para uma leitura silenciosa. Nos primeiros momentos de alfabetização, o leitor dita – mesmo que para si ou apenas em movimentos labiais – cada sílaba que consegue decifrar; somente depois de adquirir alguma destreza é capaz de ler sem pronunciar as sílabas.

O resultado é que para Cooley, pensar pressupõe comunicar-se e sociabilizar-se, de forma que a comunicação se torna um fundamento do desenvolvimento do *self* em sua instância afetiva e em sua instância cognitiva. “O impulso de comunicar não é tanto um resultado do pensamento como é uma parte inseparável do pensamento. Eles são como raiz e galhos, duas fases de um crescimento comum, de forma que a morte de um logo envolve a do outro” (Cooley, 1922, p.92). Em síntese: o sujeito do conhecimento emerge e se sustenta na interação social.

Cooley não foi um filósofo, ele pouco se preocupou em formalizar as estruturas e os processos do conhecimento. Ele se distanciou de qualquer metafísica inclusive quando definiu o *self* como simplesmente aquilo que se entende quando se utiliza um pronome da primeira pessoa: eu, me, mim, meu ou comigo – algo tão simples e universal que qualquer criança compreende corretamente. Parece inquestionável que ele tenha conseguido criar sua teoria sem recorrer a obscurantismos ou extrapolar a simplicidade cotidiana. Contudo, ainda assim, ao conceituar o *self*, ele acaba por implicar uma teoria, uma compreensão, das características e dos atributos encontrados no sujeito do conhecimento.

Como mostrou Hans-Joaquim Schubert (2006), seus conceitos pressupõem uma normatividade do processo epistemológico que podem ser identificados com a corrente pragmática americana. Como Cooley não trata da filosofia do conhecimento, a inferência de seu pragmatismo está em sua teoria de valores morais e econômicos.

Diferente da tradicional escola de economia nacional, que atribuiu orientação valorativa subjetiva às estruturas objetivas, sociais e culturais, e, diferente da marginal e neoclássica teoria utilitarista, para quem os indivíduos criam valores objetivos aleatoriamente, Cooley desenvolveu uma teoria não dual, mas tripolar de valoração. (SCHUBERT, 2006, p.65)

A teoria econômica de Cooley identifica três elementos no processo de definição valorativo: um organismo, uma situação e um objeto. O organismo é o sujeito que realiza alguma ação simbólica em direção ao objeto e recebe reforço ou desencorajamento da situação, o contexto sociocultural. “Valoração é apenas um outro nome para processo orgânico de tentativa, erro e acerto” (COOLEY, 1918, p.285). Assim como em uma barganha entre um feirante e um cliente para definir o preço de uma mercadoria, os símbolos recebem valor pragmático - de efeito prático - em um processo de acerto e erro entre o indivíduo, o mundo e a sociedade.

Esse processo epistemológico de interação social, Cooley descreve diretamente quando explica o processo de construção de significados, ou valores, para os símbolos linguísticos, as palavras. Novamente: “tais palavras como, por exemplo, bom, certo, verdade, amor, casa, justiça, beleza, liberdade; são poderosas construtoras daquilo que elas representam” (COOLEY, 1909, p.69). Elas nos atraem para busca que não se encerra na infância, mas que nos acompanha por toda vida com o enriquecimento do vocabulário e com a redefinição de conceitos.

Como se pode notar, diferente da acusação de Mead de que Cooley seria idealista, o sociólogo de Ann Arbor não nega a existência de um mundo real e objetivo. A teoria de Cooley implica aquilo que a filosofia de Mead afirma diretamente: o sujeito, o outro e o símbolo estão em constante interação para definir e redefinir o significado, a forma como os sujeitos reagem em consonância a um mesmo símbolo. O resultado é que além do sujeito do conhecimento emergir e se sustentar na comunicação, os significados – não há em absoluto busca por verdade – também emergem e se sustentam na interação social.

### **5.3 O fundamento da sociedade**

Entendido que “a mente humana é social”, é momento de desenvolver a afirmação de que “a sociedade é mental”. Se a sociedade já não está em algum lugar físico, em alguma instituição física, ela precisa de um novo *locus*: “para que a sociedade exista, é evidentemente necessário que as pessoas devam se reunir em algum lugar; e elas se reúnem como ideias pessoais somente na mente. Onde mais?” (COOLEY, 1922, p.119) O conceito-chave de Cooley para explicar o processo da interatividade em um ambiente social inteiramente mental são as “*personalideas*”, as ideias pessoais. Elas são juízos, são todos os sentimentos que o *self* correlaciona ao outro em sua mente. Elas são aquilo que o *self* pensa quando pensa em uma pessoa.

Em encontro com a acusação de que Cooley exclui a racionalidade de sua teoria, as ideias pessoais são descritas por ele como essencialmente sentimentais. “O poder de fazer esses julgamentos são intuitivos, imaginativos, não originados por raciocínio, mas são dependentes da experiência” (COOLEY, 1922, p.106). Por outro lado, aqui ele evita novamente cair em solipsismo, ao afirmar a dependência da experiência com o mundo objetivo. “A presença sensível [do outro] é importante principalmente para estimular-nos a fazer isso [gerar ideias pessoais]” (COOLEY, 1922, p.96).

Esses sentimentos, naturalmente, podem ter diversos fatores de definição, como associações a experiências anteriores, projeção do provável comportamento de uma pessoa, inferências a partir das feições, gestos e tons de voz. Além disso, os próprios sentimentos são definidos por diversos fatores, em geral, sociais.

Se eu vejo um rosto e sinto que aqui temos um homem honesto, isso significa que eu cheguei, no passado, a uma ideia da personalidade honesta através da comunicação [com outras pessoas], ideia com a qual os elementos visuais do rosto em frente a mim possui alguma coisa em comum fazendo emergir esse sentimento socialmente definido. (COOLEY, 1922, p.115)

O conceito das ideias pessoais é decorrência da interdependência entre imaginação, comunicação e pensamento apontado no item anterior. O outro só se torna presente para o *self* quando passa a fazer parte da imaginação do *self*. Isso significa que de todas as pessoas existentes no mundo, somente as que habitam a mente do indivíduo possuem existência social para ele. Mesmo que se trate de uma pessoa que more na mesma rua que o indivíduo, ele só terá relevância social se for imaginado. Essa imaginação pode ter diferentes graus de contato com o mundo objetivo, diferentes graus de intimidade entre os indivíduos. Mesmo um vizinho que se conhece apenas de vista povoará a mente com ideias pessoais de como essa pessoa é, o que ela faz e quais os juízos de valores que se possui dessa imaginação.

Por outro lado, mesmo pessoas que não possuam existência corporal – como os personagens fictícios, os deuses, os mortos – são membros da sociedade enquanto forem conhecidos. E, da mesma forma, uma pessoa que possua existência corporal, mas esteja isolada de forma a não ser conhecida por mais nenhuma outra pessoa, não possui existência social. Por fim, se alguém desaparecer ou perder contato por anos com uma outra pessoa ou um grupo social, independente das alterações físicas e mentais que ela sofrer, as ideias pessoais acerca dela continuarão a existir e a se modificar de forma independente na imaginação das pessoas que a conheceram.

É por isso que “vale notar aqui que não existe separação entre pessoas reais e imaginadas; em verdade, ser imaginado é se tornar real, no sentido social” (COOLEY, 1922,

p.95) e que “todas as pessoas reais são imaginárias nesse sentido” (COOLEY, 1922, p.96). Isso é mais um reforço à ideia de que pensar e comunicar-se são um único processo, pois pensar é comunicar-se e comunicar-se socialmente é uma atividade mental, é imaginar, é pensar no outro. “A integridade do corpo social em gênese é formada por uma série de comunicações” (COOLEY, 1922, p.104) e “sociedade, então, em seu aspecto imediato, é uma relação entre ideias pessoais” (COOLEY, 1922, p.119).

É importante deixar claro que “ao dizer isso, eu espero não parecer questionar a realidade independente das pessoas ou confundi-la com as ideias pessoais. O homem é uma coisa e as várias ideias entretidas sobre ele são outra” (COOLEY, 1922, p.123). Naturalmente, em termos sociais, importam as ideias pessoais. Se Cooley foge a todo custo do materialismo, o faz para negar os conceitos de sociedade como um agrupamento de indivíduos, como um contrato de liberdade por segurança, ou como uma soma de corpos e opiniões. Seu esforço é mostrar que a sociedade precisa ser um conjunto íntegro e ele só pode fazer isso se despirmos os membros de seus corpos materiais.

Quando Cooley despe a sociedade de qualquer materialidade, ele realiza sua vontade de eliminar particularidades ou individualidades; o estudo social pode se organizar por aspectos, fases, partes, mas nunca por elementos independentes do conjunto total. “Em vez de percebermos isso, nós comumente tornamos o físico como fator dominante, e pensamos no mental e no moral apenas por uma vaga analogia com ele” (COOLEY, 1922, p.120).

Ao contrário, o entendimento fantástico, irreal e praticamente pernicioso é o ordinário e tradicional de especular sobre elas [as pessoas] como corpos obscuros, sem qualquer real observação delas como fatos mentais. É o homem como o imaginamos que nós amamos ou odiamos, imitamos ou evitamos, que nos ajuda ou prejudica, que molda nossas vontades e nossas carreiras. (COOLEY, 1922, p.132-133)

Ainda mais uma vez, a imaterialidade da sociedade não dispensa o mundo objetivo; a finalidade de Cooley aqui é delimitar o objeto de estudo da sociologia. Tanto é assim, que ele resume: “Eu concluo, portanto, que as imaginações que as pessoas têm uma das outras são os fatos sólidos da sociedade, e que observar e interpretar isso deve ser o objetivo principal da sociologia” (COOLEY, 1922, p.121). E é isso que ele faz ao tentar compreender as características e elaborar as possíveis consequências dos recém-popularizados meios de comunicação de sua época: ferrovias, correios, telégrafos e jornais diários.

Como já se viu no capítulo 3, com a análise sociológica dos meios de comunicação, Cooley chegará a um ideal democrático que foi relacionado pelos comentaristas ao seu contexto interiorano norte-americano. O ponto de partida, ou o ponto de ligação entre essa análise e as ideias pessoais, é o conceito de empatia ou entendimento. “O crescimento das

ideias pessoais através do relacionamento [...] subentende um crescente poder de empatia, de entrada e compartilhamento da mentalidade de outras pessoas” (COOLEY, 1922, p.136). E esse poder de empatia, por sua vez, é o fundamento dos grupos primários.

“Por grupos primários, eu me refiro àqueles caracterizados pela íntima associação e cooperação face a face. [...] Talvez o jeito mais simples de descrever essa integridade seja dizendo que o grupo é um ‘nós’” (COOLEY, 1909, p.23). Esses grupos são primários porque são a primeira forma de sociabilização desenvolvida por uma criança e porque são a origem dos valores morais e comportamentais de um indivíduo. Neles, impera o sentimento de comunhão e cooperação; o sentimento de pertencimento faz com que seus membros se refiram ao grupo como *nós*. Exemplos são óbvios: família, círculo íntimo de amigos, a vizinhança, fraternidades, clubes.

A empatia não é inata ao humano, é desenvolvida por meio da comunicação, da relação social, do pertencimento a um grupo primário. Por isso que os grupos primários de Cooley têm inevitavelmente um caráter universal. Para provar que os grupos primários são comuns a toda a humanidade, o autor recorre ao seguinte silogismo: a natureza humana é aquilo que separa os humanos dos “animais inferiores”; essa natureza é caracterizada por toda a gama de sentimentos sociais (empatia, amor, ambição, justiça) que se desenvolvem a partir do pertencimento um a grupo primário; logo toda a humanidade necessariamente viveu ou vive em grupos primários, pois é a partir deles que um humano adquire as características que o distingue dos “animais inferiores”.

O objetivo de Cooley aqui é chegar a um contra-ataque ao individualismo, deslegitimar ou, ao menos, propor uma alternativa ao lema “interesses privados, benefícios públicos” que pareceu guiar a sociedade dos Estados Unidos à desigualdade e injustiça social ao longo do século XIX. “Unidade moral [...] admite e recompensa ambição extenuante; mas essa ambição precisa, ou ser pelo sucesso do grupo, ou, pelo menos, não ser inconsistente com ele” (COOLEY, 1909, p.35). A resposta de Cooley para a questão é um meio termo em que há espaço para particularidades dentro da complexidade social; sua mensagem principal é a de que um indivíduo usará toda a sua força de vontade e ambição para gerar benefícios a ele e a seu grupo, desde que tenha pelos outros indivíduos o sentimento de “nós”.

Assim, surge a importância da comunicação na sociedade ideal para Cooley. Se, como ele afirma, a empatia entre indivíduos é o fundamento da natureza social da humanidade, será também ela a base para a melhor sociedade moderna possível. Os ideais primários (*primaryideals*) são, como a expressão já o indica, os ideais compartilhados dentro dos grupos primários: empatia, solidariedade, altruísmo. Para Cooley, os ideais mais caros e duradouros

aos humanos são baseados nesses ideais primários, seja o cristianismo, a democracia ou o socialismo. E por que a humanidade ainda não vive sob um único conjunto moral, como uma grande família feliz?

Não é porque nós não queremos isso. [...] O fracasso em colocar esses impulsos em prática é, claro, em parte devido à fraqueza moral de um caráter pessoal [...] mas indo para além disso e olhando para a questão do ponto de vista da mente maior, a causa do fracasso parece ser a dificuldade de organização. (COOLEY, 1909, p.52-53)

O entendimento de Cooley é que esses sentimentos ideais são fortes e primordiais nos grupos primários porque há empatia, proximidade, relação intensa e íntima. O que falta aos indivíduos para que enxerguem as outras pessoas de sua cidade, país e até mundo como *nós* é o contato. “Gestos e fala asseguram isso no grupo face a face; mas somente o recente e admirável avanço das máquinas comunicativas torna uma mente livre concebível atenuada em uma vasta escala” (COOLEY, 1909, p.54). Uma sociedade destituída de comunicação rica o suficiente para gerar empatia entre seus indivíduos pode apenas resultar em uma estrutura social mecânica, inerte e desumana. É por isso que boa parte do segundo livro da trilogia de Cooley, o dedicado à organização social, trata da comunicação.

É importante salientar que Cooley, em momento nenhum, afirma ou demonstra conscientemente implicar tamanha função à comunicação. As afirmações de que a obra de Cooley coloca a interação social como origem e mantenedora da sociedade são leituras desse trabalho e de outros comentaristas. Explicitamente, Cooley parece pouco consciente da importância que as relações simbólicas tomam em sua teoria social. Os sistemas de comunicação, Cooley afirma, são ferramentas que estão em constante desenvolvimento e que geram alterações no modo de vida de cada indivíduo e instituição.

“Por comunicação se refere aqui aos mecanismos pelos quais as relações humanas existem e se desenvolvem – todos os símbolos da mente, junto com os meios de transmiti-los através do espaço e preservá-los no tempo” (COOLEY, 1909, p.61). Ela, naturalmente, abrange os gestos, os símbolos, a fala, a linguagem, a escrita, o desenho, a impressão, os telégrafos, as ferrovias e quaisquer outros meios de conquistar o tempo e o espaço. Estudar essas ferramentas é uma forma eficiente de abordar a sociedade, “como alguém que quiser dominar o caráter orgânico da indústria e comércio pode muito bem começar com um estudo do sistema ferroviário e da quantidade e qualidade das mercadorias que ele carrega” (COOLEY, 1909, p.64).

Cooley assim o faz, ele analisa a sociedade a partir dos meios de comunicação. A linguagem, ele acredita, deu origem ao acúmulo de herança social, à opinião pública, às regras

de conduta moral, às instituições sociais. “A opinião pública sem dúvida começou a surgir dentro de tribos, e cristalizou na forma de ditos correntes que serviam de regras de pensamento e conduta” (COOLEY, 1909, p.71). Com a linguagem, o conhecimento e os costumes primitivos passaram a se acumular, generalizar e desenvolver. A mente individual passa a ser uma diferenciação interdependente da mente coletiva, da mente maior (*larger mind*).

A escrita, por sua vez, deu capacidade de registrar ideias e instituições; ela fez a mente maior se diversificar ao mesmo tempo em que os pensamentos se tornavam mais contínuos e objetivos. As tradições se tornaram grandes sistemas éticos e políticos, possibilitando impérios e reinos, possibilitando as grandes religiões monoteístas. O poder de difusão e permanência da escrita foi ainda exacerbado pela invenção da imprensa, que resultou majoritariamente em maior difusão dos sistemas sociais modernos. “Impressão significa democracia, porque ela traz conhecimento para o alcance das pessoas comuns; e conhecimento, no longo prazo, certamente fortalece sua reivindicação por poder” (COOLEY, 1909, p.75).

Ao chegar às tecnologias de comunicação contemporâneas à sua obra, Cooley ganha um forte senso profético e otimista. Para ele, existem quatro fatores de eficiência principais na comunicação: expressividade, durabilidade, mobilidade e acessibilidade. Enquanto as duas primeiras características dificilmente se alteraram desde a impressão – “para a maioria dos propósitos, nosso discurso não é melhor do que o era na era de Elizabeth, se é que tão bom” (COOLEY, 1909, p.81). Por outro lado, o barateamento da impressão, o avanço das ferrovias, o surgimento do telégrafo e do telefone, a popularização da fotografia e da fonografia, alteraram radicalmente os dois últimos fatores.

“Não é exagero dizer que essas mudanças são a base, do ponto de vista mecânico, de praticamente tudo o que é característico na psicologia da vida moderna” (COOLEY, 1909, p.81). Essa psicologia, para Cooley, pode ser definida em duas palavras: alargamento e animação. As relações estão cada vez mais amplas e rápidas, o isolamento cada vez mais improvável. “Que prática estranha é, quando você pensa nela, que um homem deva se sentar à mesa para seu café da manhã e, em lugar de conversar com sua mulher e filhos, segure em frente a sua face uma espécie de tela em que está inscrita uma fofoca mundial!” (COOLEY, 1909, p.83)

Ao mesmo tempo em que o alargamento e animação da comunicação social geram uma vida sobrecarregada de informações e estímulos superficiais, produzidos unicamente para ocupar a mente sem exercitá-la, também promovem uma sociabilidade ampla e comunal.

“Nós sabemos que as pessoas de todo o país estão rindo das mesmas piadas ou comovendo-se com a mesma amena excitação sobre o jogo de futebol e nós absorvemos a convicção de são boas pessoas da mesma forma que nós mesmos” (COOLEY, 1909, p.84-85).

A comunicação moderna é causa da expansão da natureza humana, da possibilidade da humanidade viver cada vez mais sob a regência das faculdades nobres, inteligência e empatia, em lugar da autoridade, castas e rotina. No aspecto político, esses meios de comunicação tornam possível a opinião pública moderna, que por sua vez leva à democracia tal e qual Cooley a concebe como modelo ideal de governo. “Nosso governo, sob a Constituição, não era originalmente uma democracia, e não foi intencionada para ser pelos homens que a fizeram” (COOLEY, 1909, p.85). A Constituição dos Estados Unidos da América, explica Cooley, prevê somente uma república representativa; a participação direta dos cidadãos não estava prevista.

A sociedade ideal para o sociólogo teria indivíduos devotados a seu trabalho e conscientes da importância dele para o conjunto da sociedade. A diversidade e a divisão de tarefas não seriam casuais e aleatórias, mas organizadas e produtivas. Na teoria de Cooley, então, a organização social não é determinada pelos meios de comunicação, mas está fundamentada neles. É o que ele implica quando escreve que: “se ainda não temos uma sociedade orgânica nesse sentido, nós ao menos temos as condições mecânicas das quais ela necessita” (COOLEY, 1909, p.97).

A democracia ideal, no entanto, advém da própria natureza humana, sendo, portanto, inevitável. “O mundo está claramente se democratizando, é apenas uma questão de quão rápido o movimento pode se realizar, e o que, dentre várias condições, ele realmente envolve” (COOLEY, 1909, p.120). Como foi explicado, a democracia possui seus valores calcados nos ideais primários, que, por sua vez, são as qualidades que caracterizam as relações dentro dos grupos primários. Uma vez que os grupos primários são o fundamento da sociabilidade – e a sociabilidade aquilo que distingue o homem dos animais –, a democracia é também parte da própria essência da natureza humana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Charles Horton Cooley parece não perceber a importância que a comunicação ganhou em sua teoria; sua atenção estava nos valores morais, na unidade orgânica entre o indivíduo e o coletivo, na relação interativa entre todos os elementos sociais e seus respectivos conceitos. Não há qualquer juízo de valor nessa constatação. A comunicação social simplesmente não era ainda um objeto de pesquisa distinguível naquele momento em que até mesmo a sociologia batalhava por espaço nas universidades estadunidenses. Para ganhar alguma autonomia e identidade, o campo da comunicação social ainda levaria décadas.

O que se quer aqui é fugir de distorções ocasionadas pelo viés que estrutura essa dissertação. Se parecer que Cooley era mais um comunicólogo que sociólogo, é porque esse aspecto dele foi destacado pela pesquisa. Da mesma forma, uma dissertação da área da psicologia ou da economia o destacaria como psicólogo ou economista. Cooley provavelmente repetiria seu mantra: são diferentes aspectos de um mesmo conjunto. Da mesma forma, por haver diversas maneiras de enxergar as estruturas de sua teoria, é preciso cautela em caracterizá-la como pragmática, organicista, interacionista, idealista, solipsista ou qualquer outra: outra vez, são diferentes aspectos de um mesmo conjunto.

Edward Jandy (1942) se refere recorrentemente ao organicismo de Cooley, e o próprio Cooley se diz organicista, mas parece-nos um termo equivocado para designar sua teoria social. No capítulo que acrescentou em 1922 a *Human Nature and the Social Order*, ele explica a evolução humana em dois processos – não sistemas - históricos, um biológico e outro social. Cooley foi definitivamente holista, sua aversão às atomizações é inquestionável. Porém, se enxerga relações e unidade, as enxerga no sentido da ecologia humana, afastando-se da biologia social organicista de Herbert Spencer e aproximando-se das concepções ecológicas da escola de Chicago.

Fazemos essa distinção principalmente com o argumento de que Cooley negava primariamente qualquer forma de materialismo e individualidade. Cooley não admite uma organização social determinada pelos aspectos genéticos, físicos ou materiais dos seres humanos, ele a enxerga em termos de desenvolvimento maior ou menor da natureza humana. A diferença é significativa. Quando se entende o indivíduo a partir do ponto de vista orgânico, seu funcionamento adequado pode ser dependente do contexto, contudo, sua identidade é independente do conjunto. Já na ecologia, um indivíduo que seja excluído do corpo social perde sua identidade juntamente com suas relações.

Exemplificando, podemos dizer que no organicismo um coração fora de seu sistema circulatório perde suas relações sem deixar de ser um coração, uma vez que o queo caracteriza como tal é sua constituição física para desempenhar determinada função. Ele é um coração porque seus átrios, ventrículos e fibras musculares foram evolutivamente selecionados para eficientementebombear sangue. Por outro lado,na ecologia, importa as relações *práticas* que o elemento mantém com seu contexto;aquilo que perde as relações com o sistema deixa de ser relevante paraa ecologia.

No organismo, a dualidade cartesiana não é descartada, há distinção entre o sujeito e mundo que o cerca, há indivíduos e uma divisão de tarefas.Embora Cooley tivesse uma ideia orgânica de como seria uma sociedade ideal – cada pessoa desempenha sua função com motivação e objetivos coletivos –sua obra teórica explica a sociedade em termos ecológicos. Exemplo disso é queele considera, ao estilo da escola de Chicago, as patologias morais frutos de condições ambientais do indivíduo, sendo uma responsabilidade social e não uma degeneração biológica ou inferioridade orgânica.

Talvez exatamente por insistirem se declarar organicista, Cooley não percebeu que alterou a fundamentação de suas teorias sociais de sistemas(orgânicos) para relações (ecológicas). As relações aqui podem ser entendidas como comunicação desde que o termo abranja sentidos tão diversos como: empatia, sugestões, imaginações, interação simbólica, meios de comunicação, opinião pública.Na teoria de Cooley, essas relações precisam possuir lastro pragmático, ou seja, só importam se existem em termos práticos. Quando Cooley afirma que somente o que é imaginado faz parte da vida social de um indivíduo, ele está excluindo tudo aquilo que não possui efeitos práticos.

A teoria de Cooley é, então, despreziosamente pragmática.Ela coloca a comunicação como mecanismo de prova e contraprova epistemológica, tanto subjetiva, objetiva, simbólica, como social. A comunicação é o fundamento do reconhecimento do indivíduo (o eu espelhado) e do reconhecimento social (as estruturasda organização e dos processos sociais). Embora aponte com honestidade a influência de William James, cujo pragmatismo era radical e militante, Charles Cooley não parece reconhecer em si o pragmatismo imbuído discretamente em sua obra.

Ainda em relação ao pragmatismo, parece haver aqui uma duplicidade de termos, pois enquanto HannoHardt, Lewis Coser e Hans-Joachim Schubert delimitam a escola pragmática americana, Herbert Blumer e Francisco Rüdiger preferem delimitar o interacionismo simbólico. Para esse pesquisador, a teoria de Cooley se aproxima muito de ambas as definições. Os membros e as máximas se confundem, podendo talvez ser apenas dois

enfoques diferentes para um mesmo conjunto de ideias que pairava nos Estados Unidos da América na virada para o século XX.

Schubert explica o pragmatismo:

Do ponto de vista pragmático, o valor dos objetos e das ideias não podem ser separados nem do “domínio da mente” (*res cogitans*), nem do “mundo das coisas” (*res extensa*). Os mundos objetivo, social e subjetivo ganham significado no processo comunicativo ou nas situações utilitárias. A verdade das afirmações conseqüentemente não vem das estruturas da mente ou das qualidades empíricas, mas é construída tentativamente em discursos. (SCHUBERT, 2006, p.61)

Blumer resume o interacionismo simbólico em três premissas:

A primeira premissa é que os seres humanos agem em relação às coisas baseados nos significados que essas coisas possuem para eles. [...] A segunda premissa é que o significado dessas coisas é derivado, ou originado, da interação social que um indivíduo tem com seus iguais. A terceira premissa é que esses significados são manipulados em, e modificados por, um processo interpretativo usado pela pessoa ao lidar com as coisas com que ele se depara. (BLUMER, 1986, p.02)

De forma simplificada, parece que a comunicação é abordada na teoria social de Cooley a partir de dois aspectos distintos (mas partes de uma mesma realidade total, ele enfatizaria). Enquanto em *Human Nature and the Social Order* (1922) ele trata prioritariamente da comunicação pessoal, em *Social Organization* (1909), ele analisa a comunicação massiva. Ambos o indivíduo e a sociedade estão fundamentados na comunicação porque a capacidade de pensar e a capacidade de sociabilizar são, em suas essências, processos comunicativos.

Na teoria social de Cooley, a comunicação faz parte da natureza humana, sem ela, só é possível desenvolver-se parcialmente humano. Isso porque o indivíduo não se reconhece desde sempre, sua capacidade cognitiva depende da comunicação assim como se constitui um processo comunicativo; o primeiro porque se pensa por meio de símbolos (palavras, gestos, sentimentos) adquiridos pela interação social, o segundo porque o próprio pensar é comunicar-se consigo mesmo e com as ideias pessoais a respeito do mundo objetivo.

Ao acompanhar o crescimento de seus filhos, Cooley percebe que eles não nasceram com a consciência subjetiva. Ele relata que seu filho levou um tempo para compreender que “eu” não era o nome de seu interlocutor e que ele também era um “eu”. É dessa forma que Cooley percebeu que o “eu espelhado” possui três fases interativas: a primeira, ideias que o sujeito tem de si (mundo subjetivo); a segunda, as ideias que as pessoas têm desse sujeito (referência ao mundo objetivo); e terceira, as ideias que o sujeito imagina que as pessoas tenham dela (consolidação pragmática dos significados).

Do ponto de vista da sociedade, Cooley acha que os laços que constituem a unidade social são aqueles próprios aos grupos primários - a empatia, o altruísmo, a colaboração, o sentimento de existência de um “nós” - uma configuração primária de sociabilidade universal

a toda a humanidade. Esses sentimentos que fundamentam os grupos primários seriam produtos do processo comunicativo, da interação de valores e símbolos.

Por isso o desenvolvimento dos meios de comunicação em massa faria os ideais primários extrapolar o escopo familiar, comunitário e presencial, para se tornarem nacionais e até mundiais. A organização social, para Cooley, tem origem nos grupos primários - que ele caracteriza pela compreensão e simpatia. Estendendo esse processo social de empatia por meio dos meios de comunicação em massa, se chegaria à verdadeira democracia. A conclusão, então, é a de que a comunicação recebe a função de fundamento do conhecimento, do indivíduo e da sociedade na teoria social de Cooley.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELL, Robert Cooley. Introduction. In: **The Two Major Works of Charles Horton Cooley**. Glencoe: The Free Press, 1956.

ARAÚJO, Carlos Alberto. A pesquisa norte-americana. In Hohlfeldt, Antonio; Martino, Luiz; França, Vera Veiga (orgs.). **Teorias da Comunicação: Conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BLUMER, Herbert. **Symbolic interactionism: perspective and method**. Berkeley: University of California Press, 1969.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BRINKLEY, Alan. **American History: a Survey**. New York: McGraw-Hill, vol. II, 1999.

CINCOTTA, Howard (ed.). **An outline of American history**. Washington: United States Department of State, 1994.

COOLEY, Charles Horton. The Theory of Transportation [1894]. In: ANGELL, Robert Cooley (org.). **Sociological Theory and Social Research: Selected Papers of Charles Horton Cooley**. New York: Kelley, p. 17–120, 1969a.

\_\_\_\_\_. Genius, Fame and the Comparison of Races [1897]. In: ANGELL, Robert Cooley (org.). **Sociological Theory and Social Research: Selected Papers of Charles Horton Cooley**. New York: Kelley, p. 121–159, 1969b.

\_\_\_\_\_. **Human Nature and the Social Order**. New York: C. Scribner's Sons, [1902], 1922.

\_\_\_\_\_. **Social Organization: A Study of the Larger Mind**. New York: C. Scribner's Sons, 1909.

\_\_\_\_\_. Valuation as a Social Process. **The Psychological Bulletin**, n. IX, p.441-451, 1912.

\_\_\_\_\_. **Social Process**. New York: C. Scriber's Sons, 1918.

\_\_\_\_\_. A Primary Culture for Democracy. **Publications of the American Sociological Society**, n.13, p.01-10, 1918.

\_\_\_\_\_. The Roots of Social Knowledge. **American Journal of Sociology**, vol. 32, p.59-79, 1926.

\_\_\_\_\_. **Life and the Student**. New York: Alfred a Knopf, 1931.

COSER, Lewis. Charles Horton Cooley. In: **Masters of Sociological Thought: ideas in historical and social context**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, p.305-330, 1971.

\_\_\_\_\_. Tendências Americanas. In: BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert (orgs.) **História da análisesociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, p.379-420, 1980.

CROTHERS, George. **American History**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1964.

CZITROM, Daniel. **Media and the American Mind: From Morse to McLuhan**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1982.

EMERSON, Ralph Waldo. **Representative Men**. Boston: Phillips, Sampson and Co., 1850. Disponível em: <http://www.emersoncentral.com/montaigne.htm>. Acesso em 09/03/2015.

EUFRASIO, Mario Antonio. **Estrutura urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940)**. São Paulo: 34, 1999.

FACKLER, Mark. Charles Horton Cooley and the Futuristic Vision. **Qualitative Sociology**, Vol.5(3), p.182-198, 1962.

FARIS, Ellsworth. The Primary Group: Essence and Accident. **American Journal of Sociology**, n. 38, p. 41-50, 1932.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUTMAN, Robert. Cooley: a perspective. **American Sociological Review**, vol. 23, n.3, p.251-256, 1958.

HARDT, Hanno. **Critical communication studies: essays on communication, history, and theory**. New York: Routledge, 1992.

JACOBS, Glenn. **Charles Horton Cooley: Traveler in the Inner and Social Worlds. The Discourse of Sociological Practice**, vol. 06, n. 02, p.143-164, 2004.

\_\_\_\_\_. **Charles Horton Cooley: Imagining Social Reality**. Amherst: University of Massachusetts Press, 2006.

\_\_\_\_\_. Influence and Canonical Supremacy: An Analysis of How George Herbert Mead Demoted Charles Horton Cooley in the Sociological Canon. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, vol. 45, n. 02, p.117-144, 2009.

JANDY, Edward. **Charles Horton Cooley: his Life and his Social Theory**. New York: The Dryden Press, 1942.

KNOWLTON, Jerome. Thomas McIntyre Cooley. **Michigan Law Review**, vol.5, p.309-325, 1907.

MARCHESSAULT, Janine. **Marshall McLuhan: Cosmic Media**. London: SAGE, 2005.

MATELART, Armand; MATTELART, Michèle. **Histoire des theories de la communication**. Paris: La Découverte, 1995.

MEAD, George Herbert. Cooley's Contribution to American Social Thought. **American Journal of Sociology**, vol. 35, p.693-706, 1930.

MORIN, Edgar. **O Método**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

RITZER, George. Cooley, Charles Horton. **Encyclopedia of Social Theory**. SAGE publications, p.150-155, 2004

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da comunicação**. Porto Alegre: Penso, 2011.

SCHILLER, Dan. **Theorizing Communication: a History**. New York: Oxford University Press, 1996.

SCHWARTZ, Barry Emerson. Cooley and the American Heroic Vision. **Symbolic Interaction**, n. 08, p.103-120, 1985.

SIMONSON, Peter. **Refiguring Mass Communication: A History**. Urbana, Chicago, Springfield: University of Illinois Press, 2010.

\_\_\_\_\_. Charles Horton Cooley and the Origins of U.S. Communication Study in Political Economy. **Democratic Communiqué**, vol.25, ed. 01, p.01-22, 2012.

SCHUBERT, Hans-Joachim. The foundation of Pragmatic Sociology: Chales Horton Cooley and Gorge Hebert Mead. **JournalofClassicalSociology**, vol.6, p.50-74, 2006.

SILVA, Vagner Luís da. O desenvolvimento da crítica social norte-americana. **Revista Aurora**, ano IV, n. 06, p.100-108 , 2010.

SKLANSKY, Jeff. Corporate Property and Social Psychology: Thomas M. Cooley, Charles H. Cooley, and the Ideological Origins of the Social Self. **Radical HistoryReview**, n.76, p.90-114, 2000.

SUBTIL, Filipa. Harold A. Innis: O viés da comunicação. **Comunicação pública**, vol. 08, n. 13, p.125-130, 2013.

WARNER, Robert. Foreword. In: BARTLETT, Nancy; KOEHLER, Kathleen. **A Book of Days: 150 Years of Student Life at Michigan**. Ann Harbor: The Alumni Association of The University of Michigan, 1987. n.p.

WILEY, Nobert. A Mead-Cooley Merger. **The American Sociologist**, vol. 42, p. 168-186, 2011.

WOOD, Arthur Evans. Charles Horton Cooley: An Appreciation. **American Journal of Sociology**, vol. 35, p.707-717, 1930.